

46

1º
semestre
2024

INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades



INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades

46
1º
semestre
2024

3 PREFÁCIO/PREFACE

ARTIGOS/ARTICLES

- 9 A Desinformação como Instrumento de Dominação Capitalista
Disinformation as a Tool of Capitalist Domination
Thiago Henrique de Jesus Silva
- 28 Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública
Transforming the Public into Sustainable: An Analysis of International Scientific Production on Sustainability and Sustainable Development in Public Administration
Lizy Manayra Santos Oliveira, Diego de Queiroz Machado
- 56 A Abordagem Psicanalítica do Tempo em Laplanche
The psychoanalytic approach to time in Laplanche
Anne Santos Stone, Fábio Roberto Rodrigues Belo
- 73 Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value
Propostas para um Ecossistema de Inovação Social Predisposto para a Co-Criação de Valor
Lívia Nogueira Pellizzoni, Cristine Hermann Nodari
- 106 Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina
Empowerment of Black and Brown Women Entrepreneurs in Latin America's Largest Microcredit Program
Cicero Leonardo de Carvalho Ribeiro, Francisco Edson Rodrigues da Silva, Sandra Maria dos Santos, Augusto César de Aquino Cabral
- 131 Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima
Dominic Ongwen Case at the International Criminal Court or When the Defendant, in Actuality, is Also a Victim
Ivanez Pinheiro Prestes, Edna Raquel Hogemann

Prefácio

O primeiro artigo do presente número da *Interações* analisa o papel da desinformação como instrumento de dominação capitalista na era digital. O autor, Thiago Henrique de Jesus Silva, apresenta uma análise sobre a forma como as grandes empresas de tecnologia e media utilizam algoritmos e a coleta massiva de dados para promover os seus interesses comerciais e políticos. O artigo destaca a interseção entre capitalismo, tecnologia digital e disseminação da desinformação, explorando o modo como as plataformas digitais tanto podem facilitar movimentos sociais quanto amplificar preconceitos. O autor aborda também a monetização de dados pessoais e o surgimento do “capitalismo de vigilância”, levantando importantes questões sobre privacidade, autonomia e controle na sociedade da informação. A contribuição do trabalho de Thiago Silva insere-se no debate sobre a democratização do acesso à informação e a necessidade de regulação adequada das tecnologias digitais em nossa era.

Diego de Queiroz Machado e Lizy Manayra Santos Oliveira oferecem uma análise abrangente da produção científica internacional sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na administração pública. Utilizando técnicas bibliométricas e análise de redes, os autores mapeiam as principais características das publicações neste campo emergente, incluindo clusters de coautoria, periódicos influentes e temas de pesquisa em evidência. O estudo revela um crescimento significativo na produção acadêmica sobre o tema na última década, especialmente a partir de 2020, e identifica áreas promissoras para pesquisas futuras. Além de fornecer uma visão geral do estado atual da pesquisa, o artigo propõe uma agenda que pode orientar investigações futuras e influenciar a formulação de políticas públicas mais alinhadas com os objetivos de sustentabilidade, assunto particularmente relevante no contexto dos desafios globais atuais e das metas definidas pela ONU para o desenvolvimento sustentável.

O trabalho de Anne Santos Stone e Fábio Roberto Rodrigues Belo tem como principal objetivo analisar as contribuições de Jean Laplanche para a compreensão do tempo na psicanálise. A sua análise incide sobre dois textos fundamentais de Laplanche, contrastando as suas elaborações com as concepções freudianas sobre o tempo.

Prefácio

O estudo destaca o movimento “copernicano” proposto por Laplanche ao descentrar o eu da experiência temporal e enfatizar o papel do outro na constituição psíquica. São explorados os conceitos-chave como tradução, destradição e retradição, utilizando o luto como paradigma para compreender o processo de temporalização humana. A análise revela que, para Laplanche, a temporalidade humana está intrinsecamente ligada à experiência libidinal do sujeito e à relação com o outro da situação originária. O artigo conclui que essa abordagem oferece uma perspectiva inovadora sobre as complexas relações entre tempo, alteridade e constituição psíquica na teoria psicanalítica contemporânea.

Cristine Nodari e Livia Pellizoni propõem-se desenvolver um conjunto de proposições para analisar a predisposição à cocriação de valor entre os atores de um Ecossistema de Inovação Social (EIS) na região do Cariri Cearense, Brasil. As autoras realizam um estudo de caso qualitativo, analisando o Projeto Museus Orgânicos e as interações entre diversos atores culturais. Através de análise documental, observação não-participante e entrevistas semiestruturadas, o estudo caracteriza o ecossistema do Cariri como um EIS e examina a forma como ocorre a cocriação de valor entre os atores. A investigação revela como as interações entre os atores contribuem para a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento regional, sendo destacada a importância da confiança, do capital relacional e das práticas partilhadas na co-criação de valor social. O artigo visa assim contribuir para a compreensão das dinâmicas de cocriação de valor em ecossistemas de inovação social, oferecendo indicações relevantes para acadêmicos e profissionais na área.

No artigo seguinte, Leandro Sousa e Maria Silva exploram o empoderamento de empreendedoras “pretas e pardas” participantes do programa de microcrédito Crediamigo no Brasil. Leandro Sousa e Maria Silva conduziram um estudo qualitativo com sete empreendedoras em Fortaleza, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os resultados indicam que o programa contribui significativamente para o empoderamento econômico e psicológico das participantes, promovendo autonomia financeira, autoconfiança e reconhecimento social. Contudo, o estudo revela que o empoderamento doméstico permanece um desafio, com a persistência de desigualdades na divisão de tarefas do lar. O artigo destaca a importância de considerar a interseccionalidade de gênero e raça nas políticas de microcrédito, sugerindo a necessidade de abordagens mais abrangentes para promover um empoderamento feminino holístico entre mulheres “pretas e pardas” empreendedoras.

No último artigo deste número, Ivanez Prestes realiza uma análise crítica do julgamento de Dominic Ongwen pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). O seu trabalho examina o complexo caso de Ongwen, um ex-criança soldado que se tornou comandante do Exército de Resistência do Senhor em Uganda. O autor explora as nuances éticas e legais de julgar alguém que foi simultaneamente vítima e perpetrador de crimes graves. Através de uma revisão da literatura e análise do caso, o artigo questiona a seletividade e imparcialidade do TPI, bem como os desafios da atribuição de responsabilidade criminal a ex-crianças soldados. Ivanez Prestes argumenta que o tribunal não considerou adequadamente o histórico traumático de Ongwen ao determinar sua culpabilidade. O estudo oferece uma reflexão crítica sobre os limites da justiça internacional em casos complexos envolvendo atores com status ambíguo de vítima/ perpetrador em conflitos armados.

Vasco Almeida

Maria João Barata

Preface

The first article in this issue of *Interações* analyzes the role of disinformation as an instrument of capitalist domination in the digital era. The author, Thiago Henrique de Jesus Silva, presents an analysis of how major technology and media companies use algorithms and massive data collection to promote their commercial and political interests. The article highlights the intersection between capitalism, digital technology, and the spread of disinformation, exploring how digital platforms can both facilitate social movements and amplify prejudices. The author also addresses the monetization of personal data and the emergence of “surveillance capitalism,” raising important questions about privacy, autonomy, and control in the information society. Thiago Silva’s work contributes to the debate on democratizing access to information and the need for adequate regulation of digital technologies in our era.

Diego de Queiroz Machado and Lizy Manayra Santos Oliveira offer a comprehensive analysis of international scientific production on sustainability and sustainable development in public administration. Using bibliometric techniques and network analysis, the authors map the main characteristics of publications in this emerging field, including co-authorship clusters, influential journals, and prominent research themes. The study reveals significant growth in academic production on the topic over the last decade, especially since 2020, and identifies promising areas for future research. In addition to providing an overview of the current state of research, the article proposes an agenda that can guide future investigations and influence the formulation of public policies more aligned with sustainability objectives, a particularly relevant topic in the context of current global challenges and the UN’s sustainable development goals.

The work of Anne Santos Stone and Fábio Roberto Rodrigues Belo aims to analyze Jean Laplanche’s contributions to understanding time in psychoanalysis. Their analysis focuses on two fundamental texts by Laplanche, contrasting his elaborations with Freudian conceptions of time. The study highlights the “Copernican” movement proposed by Laplanche in decentering the ego from the temporal experience and emphasizing the role of the other in psychic constitution. Key concepts such as translation, de-translation, and re-translation are explored, using mourning as a

paradigm to understand the process of human temporalization. The analysis reveals that, for Laplanche, human temporality is intrinsically linked to the subject's libidinal experience and the relationship with the other in the originary situation. The article concludes that this approach offers an innovative perspective on the complex relationships between time, otherness, and psychic constitution in contemporary psychoanalytic theory.

Cristine Nodari and Lívia Pellizoni aim to develop a set of propositions to analyze the predisposition for the co-creation of value among actors in a Social Innovation Ecosystem (SIE) in the Cariri region of Ceará, Brazil. The authors conduct a qualitative case study, analyzing the Organic Museums Project and the interactions between various cultural actors. Through document analysis, non-participant observation, and semi-structured interviews, the study characterizes the Cariri ecosystem as an SIE and examines how the co-creation of value occurs among the actors. The investigation reveals how interactions between actors contribute to the preservation of cultural heritage and regional development, highlighting the importance of trust, relational capital, and shared practices in social value co-creation. The article thus aims to contribute to understanding the dynamics of value co-creation in social innovation ecosystems, offering relevant insights for academics and professionals in the field.

In the following article, Leandro Sousa and Maria Silva explore the empowerment of black and brown female entrepreneurs participating in the Crediamigo microcredit program in Brazil. Leandro Sousa and Maria Silva conducted a qualitative study with seven entrepreneurs in Fortaleza, using semi-structured interviews and content analysis. The results indicate that the program significantly contributes to the economic and psychological empowerment of participants, promoting financial autonomy, self-confidence, and social recognition. However, the study reveals that domestic empowerment remains a challenge, with persistent inequalities in the division of household tasks. The article highlights the importance of considering the intersectionality of gender and race in microcredit policies, suggesting the need for more comprehensive approaches to promote holistic female empowerment among black and brown women entrepreneurs.

In the final article of this issue, Ivanez Prestes conducts a critical analysis of the trial of Dominic Ongwen by the International Criminal Court (ICC). Her work examines the complex case of Ongwen, a former child soldier who became a commander in the Lord's Resistance Army in Uganda. The author explores the ethical and

Preface

legal nuances of trying someone who was simultaneously a victim and perpetrator of serious crimes. Through a literature review and case analysis, the article questions the selectivity and impartiality of the ICC, as well as the challenges of attributing criminal responsibility to former child soldiers. Ivanéz Prestes argues that the court did not adequately consider Ongwen's traumatic background in determining his culpability. The study offers a critical reflection on the limits of international justice in complex cases involving actors with ambiguous victim/perpetrator status in armed conflicts.

Vasco Almeida

Maria João Barata

A Desinformação como Instrumento de Dominação Capitalista

Thiago Henrique de Jesus Silva

Universidade Federal do Ceará - thiago.silva@ufpi.edu.br

Resumo

Este artigo examina a interseção entre o capitalismo, a tecnologia digital e a disseminação da desinformação. Destaca-se como as grandes corporações, especialmente as empresas de tecnologia, utilizam algoritmos e a coleta massiva de dados para promover seus interesses comerciais e políticos. Autores como Chomsky e Herman (2002), Schiller (1991), Klein (2000), McChesney (2013) e Vaidhyathan (2021) oferecem percepções sobre como os meios de comunicação de massa, as

redes sociais digitais e os algoritmos contribuem para a perpetuação de uma visão ideológica dominante. Analisa-se a dinâmica de poder na era digital, evidenciando como as plataformas digitais reproduzem e ampliam desigualdades sociais. Além disso, destaca-se a desinformação como instrumento aos interesses capitalistas, evidenciando como a manipulação algorítmica dos dados e a segmentação de audiência são utilizadas para direcionar campanhas de desinformação.

Palavras-chave: capitalismo, desinformação, plataformas digitais.

Disinformation as a Tool of Capitalist Domination

Abstract

This article examines the intersection between capitalism, digital technology, and the spread of misinformation. It highlights how large corporations, especially technology companies, use algorithms and massive data collection to promote their commercial and political interests. Authors such as Chomsky e Herman (2002), Schiller (1991), Klein (2000), McChesney (2013) and Vaidhyathan (2021) offer insights into how mass media, digital

social networks, and algorithms contribute to perpetuating a dominant ideological view. The dynamics of power in the digital age are analyzed, showing how digital platforms reproduce and amplify social inequalities. Furthermore, misinformation is highlighted as a tool serving capitalist interests, demonstrating how algorithmic manipulation of data and audience segmentation are used to direct misinformation campaigns.

Keywords: Capitalism, disinformation, digital platforms.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a interseção entre o capitalismo, a tecnologia digital e a disseminação da desinformação, destacando como as grandes corporações, especialmente as empresas de tecnologia, utilizam algoritmos e a coleta massiva de dados para promover seus interesses comerciais e políticos. Autores como Chomsky & Herman (2002), Schiller (1991), Klein (2000), McChesney (2013) & Vaidhyanathan (2021) oferecem perspectivas sobre como os meios de comunicação de massa, as redes sociais digitais e os algoritmos contribuem para a perpetuação de uma visão ideológica dominante, marginalizando vozes dissidentes e promovendo uma cultura consumista e individualista.

A análise se aprofunda na dinâmica de poder na era digital, destacando como as plataformas digitais são utilizadas para organizar movimentos sociais, mas também como podem facilitar a disseminação da desinformação e amplificar preconceitos e estereótipos sociais. Autores como Tufekci (2018), Noble (2018), Zuboff (2019) & O'Neil (2016) oferecem visões sobre como os algoritmos de busca e as tecnologias digitais reproduzem e ampliam desigualdades sociais e como o capitalismo de vigilância utiliza os dados pessoais dos usuários como uma mercadoria valiosa para promover seus interesses econômicos.

O artigo também destaca a desinformação como instrumento aos interesses capitalistas, evidenciando como a manipulação algorítmica dos dados e a segmentação de audiência são utilizadas para direcionar campanhas de desinformação e influenciar o comportamento dos consumidores. Autores como Farias & Magalhães (2021), além de Arencibia, Corozo & Cardero (2023), exploram como as empresas de tecnologia monetizam dados pessoais e promovem uma economia da desinformação, priorizando o lucro em detrimento da veracidade e relevância das informações compartilhadas.

Por fim, o artigo ressalta a importância do debate sobre a democratização do acesso à informação e a regulação adequada das tecnologias digitais, diante da crescente concentração de poder nas mãos das empresas transnacionais de tecnologia. A disseminação de *fake news* não é apenas um problema de informação, mas também uma questão de poder e controle sobre os rumos da sociedade global.

DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA À DESINFORMAÇÃO: O TRAJETO DA DOMINAÇÃO CAPITALISTA

A disseminação da desinformação como um mecanismo de dominação no contexto do sistema capitalista é um fenômeno complexo que tem raízes profundas nas estruturas econômicas e políticas. Autores como Chomsky & Herman (2002), em sua obra seminal *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, oferecem uma análise crítica das formas pelas quais os meios de comunicação de massa são utilizados para promover agendas corporativas e governamentais. Eles argumentam que, sob o capitalismo, os interesses das grandes corporações e do Estado frequentemente se alinham, resultando em uma mídia que funciona como um ‘guardião do *establishment*’, marginalizando vozes dissidentes e perpetuando uma visão ideológica dominante.

Chomsky & Herman (2002) desenvolvem a teoria do modelo da propaganda para explicar como a mídia opera em uma estrutura de poder capitalista. Segundo eles, a mídia corporativa não é um mero veículo de informação neutra, mas sim um instrumento de controle social que molda e manipula a opinião pública em favor dos interesses das elites dominantes. Este modelo se baseia em cinco filtros que determinam o que é notícia e como é apresentado ao público: propriedade das mídias, publicidade, fontes de notícias, *flak* (ataques coordenados contra vozes dissidentes) e anti-corpos (contra narrativas que desafiam a ideologia dominante).

Chomsky & Herman (2002) destacam que as grandes corporações de mídia, controladas por conglomerados empresariais, tendem a promover uma visão de mundo que protege seus próprios interesses financeiros e políticos. Além disso, Chomsky & Herman (2002) também argumentam que as fontes de notícias são frequentemente limitadas a uma elite de especialistas e autoridades, cujas opiniões refletem predominantemente a perspectiva do *establishment*. Vozes dissidentes e críticas são marginalizadas ou ignoradas, contribuindo para a perpetuação de uma visão ideológica dominante que legitima o *status quo* e desencoraja o questionamento das estruturas de poder existentes.

Essa visão é complementada por Schiller (1991), que aponta a maneira contundente como as corporações exercem influência sobre a produção e distribuição da informação, moldando a cultura de acordo com seus interesses comerciais. Schiller (1991) argumenta que, à medida que as corporações se tornam mais centralizadas e globais, sua capacidade de controlar a narrativa midiática e promover uma visão de

mundo consumista e individualista se fortalece, consolidando assim sua dominação sobre a esfera pública.

Schiller (1991) também destaca como a globalização econômica tem contribuído para a concentração de poder nas mãos de um punhado de empresas transnacionais, que exercem uma influência desproporcional sobre a produção e distribuição da cultura global. Isso resulta em uma homogeneização da cultura, onde as expressões culturais locais e regionais são subjugadas em favor de uma cultura globalizada dominada pelos interesses das grandes corporações.

Klein (2000) argumenta que as corporações têm buscado não apenas vender produtos, mas também vender uma ideologia, uma narrativa sobre quem somos e o que valorizamos como sociedade. Ela destaca como as marcas corporativas se tornaram onnipresentes em todos os aspectos da vida cotidiana, desde roupas e alimentos até espaços públicos e eventos culturais. Essa logomania, como Klein (2000) a chama, não apenas promove um consumismo desenfreado, mas também molda as identidades individuais e coletivas segundo os interesses corporativos.

McChesney (2013) argumenta que, sob o capitalismo neoliberal, as grandes corporações de tecnologia exercem um poder desproporcional sobre a infraestrutura digital, manipulando algoritmos e dados para maximizar lucros e influenciar opiniões públicas. Também é destacado que as plataformas digitais, inicialmente celebradas como ferramentas de empoderamento e democratização, foram gradualmente subvertidas por imperativos comerciais e interesses corporativos dominantes. A ênfase na maximização de lucros levou as grandes empresas de tecnologia a priorizarem a monetização da atenção dos usuários, em detrimento da qualidade e veracidade da informação. Isso resultou na criação de algoritmos que favorecem o sensacionalismo, a polarização e o conteúdo viral, em detrimento de uma discussão informada e crítica.

Além disso, McChesney (2013) e Silva e Lima (2024) ressaltam que as grandes corporações de tecnologia exercem um controle significativo sobre o fluxo de informações na Internet, através da coleta massiva de dados pessoais e da manipulação dos algoritmos de recomendação. Essas empresas utilizam essas informações para personalizar o conteúdo que os usuários veem, criando bolhas informativas que reforçam suas próprias visões de mundo e limitando a exposição a perspectivas divergentes. Como resultado, a Internet, longe de promover a diversidade e o debate democrático, muitas vezes amplifica vozes e agendas já dominantes, marginalizando alternativas e vozes dissidentes.

Atualmente, as experiências humanas são coletadas e transformadas em dados

comportamentais sem o consentimento ou benefício direto dos próprios indivíduos. Isso é feito através da constante coleta de dados sobre nossas atividades *online* e *offline*, usados para alimentar algoritmos e sistemas de análise. Trata-se do capitalismo de vigilância, cunhado por Zuboff (2019).

No contexto do capitalismo de vigilância, onde as experiências humanas são transformadas em dados comportamentais, a desinformação pode ser vista como uma ferramenta poderosa para influenciar e manipular essas experiências digitalizadas. Os agentes que promovem a desinformação podem aproveitar a coleta de dados em larga escala para identificar padrões de comportamento e vulnerabilidades psicológicas nos usuários, visando direcionar e personalizar seus esforços de disseminação de informações falsas.

Além disso, os algoritmos que alimentam o capitalismo de vigilância podem inadvertidamente promover a disseminação de desinformação ao priorizar conteúdos sensacionalistas ou polarizadores que geram mais engajamento e cliques. Isso cria um ciclo em que a desinformação é amplificada através de algoritmos que buscam maximizar o tempo de visualização e a interação do usuário.

Por outro lado, a desinformação também pode ser utilizada como uma ferramenta para coletar dados comportamentais. Por exemplo, ao criar conteúdos enganosos que incitam reações emocionais extremas, os agentes de desinformação podem induzir os usuários a compartilhar informações falsas ou clicar em determinados *links*, o que fornece dados valiosos sobre as preferências e tendências do público.

Assim, o capitalismo de vigilância e a desinformação estão interconectados em um ciclo de retroalimentação, onde a coleta de dados alimenta a disseminação da desinformação, e a desinformação por sua vez fornece mais dados para a análise comportamental. Isso destaca a importância de abordar tanto a desinformação quanto as práticas de coleta de dados em larga escala para mitigar os efeitos negativos do capitalismo de vigilância na sociedade.

É possível afirmar que a desinformação é uma nova forma do capitalismo de perpetuar o *status quo* e sua ideologia, pois, segundo Araújo (2021, p. 473), “O *Big Data* torna-se então uma sofisticada esfera de acumulação de capital na forma de valor, capaz de quantificar e precificar dados que correspondem à coisificação das experiências humanas”. No contexto contemporâneo, a disseminação da desinformação tem-se mostrado uma ferramenta poderosa para proteger e promover os interesses das elites dominantes, bem como para perpetuar a visão ideológica que sustenta o sistema capitalista.

Araújo (2021) afirma que a tecnologia é uma dimensão estrutural no movimento de produção e formação da realidade, tanto em seus conteúdos quanto em suas formas objetivas e subjetivas. Além disso, destaca-se que a ideologia opera na forma como esse conteúdo é vivenciado subjetivamente pelos indivíduos enquanto sujeitos na experiência social. Isso sugere que a tecnologia desempenha um papel fundamental na maneira como a realidade é moldada e interpretada pelos indivíduos, e que a ideologia influencia a percepção e compreensão dessas experiências sociais.

Nesse contexto, a dimensão estrutural da tecnologia na produção e formação da realidade pode ser entendida como a infraestrutura digital que possibilita a criação, compartilhamento e consumo de conteúdo. A desinformação se aproveita dessa infraestrutura, utilizando técnicas como *clickbait*, manipulação de algoritmos de recomendação e disseminação em redes sociais para se espalhar rapidamente e alcançar inúmeras pessoas.

Além disso, a ideologia desempenha um papel crucial na forma como a desinformação é percebida e interpretada pelos indivíduos. As crenças, valores e preconceitos de uma pessoa podem influenciar sua disposição para acreditar em informações falsas que correspondam às suas visões de mundo ou que confirmem seus preconceitos existentes. Portanto, a desinformação não é apenas um fenômeno técnico, mas também ideológico, pois molda e é moldada pelas percepções e atitudes das pessoas em relação ao mundo ao seu redor.

A desinformação pode ser utilizada para manipular a opinião pública em favor das agendas corporativas e políticas, obscurecendo a verdade e distorcendo a percepção da realidade. Arencibia, Corozo & Cardero (2023) classificam o fenômeno da desinformação como instrumento para corroer a veracidade da realidade existente. Os autores exploram que as *fake news*, especialmente disseminadas por meio das redes sociais digitais, criam incertezas e distorcem a percepção da realidade, obscurecendo alternativas à narrativa dominante. Essa estratégia é identificada como parte de um contexto mais amplo de pós-verdade, onde a ideologia da sociedade consumista busca suprimir a distinção entre realidade e possibilidade de transformação.

Arencibia, Corozo & Cardero (2023) reconhecem a natureza pejorativa dessa manipulação da informação, que busca eliminar a consideração de alternativas diante das contradições internas e externas do capitalismo. Através da imersão das pessoas na esfera digital e da dependência criada pela relação entre trabalho e capital, o capitalismo perpetua uma alienação crescente, garantindo a continuidade do sistema vigente. “Questão que, desde o pensamento marxista, é conhecida como uma das

características distintivas da ideologia capitalista, para estabelecer interpretações distorcidas dos fatos que coexistem na realidade¹” (Arencibia, Corozo & Cardero, 2023, p. 79, tradução própria).

O presente artigo indica que a disseminação de *fake news* não é algo novo, mas está profundamente ligada às relações capitalistas de produção. O termo *fake news*, segundo Arencibia, Corozo & Cardero (2023), ganhou destaque devido à sua capacidade de se reproduzir em larga escala, especialmente devido ao papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e das plataformas digitais, que permitem que essas notícias falsas se espalhem rapidamente através das redes sociais digitais. Isso sugere que a intensificação das interações sociais no ambiente digital tem contribuído para a disseminação e expansão das *fake news*.

Com o avanço da tecnologia digital, o algoritmo se torna uma parte intrínseca do processo de formação do sujeito na experiência social. Isso significa que nossas interações e comportamentos são agora quantificados e registrados através da digitalização dos modos de existência. Em outras palavras, cada interação que temos online deixa um rastro digital que pode ser analisado e usado para entender e moldar nossas vidas.

DINÂMICAS DE PODER NA ERA DIGITAL

Vaidhyanathan (2021) aponta que o modelo de negócios do *Facebook*, baseado na coleta massiva de dados pessoais e na segmentação de audiência para fins publicitários, incentiva a proliferação de desinformação. Ao priorizar o engajamento do usuário e maximizar o tempo gasto na plataforma, o algoritmo do *Facebook* muitas vezes favorece conteúdos sensacionalistas e polarizadores, mesmo que sejam falsos ou enganosos. Essa dinâmica cria um ambiente propício para a disseminação de informações falsas e teorias da conspiração, minando a confiança na informação factual e comprometendo o debate público saudável.

Além de examinar os danos causados pela disseminação de desinformação, Vaidhyanathan (2021) também destaca as falhas do modelo de negócios do *Facebook* em proteger a privacidade dos usuários e garantir a responsabilidade das plataformas por seu papel na disseminação de conteúdo prejudicial. Ele argumenta que a falta

1 Issue that since Marxist thought is known as one of the distinctive features of capitalist ideology, to establish distorted interpretations of the facts that coexist in reality.

de transparência e prestação de contas do *Facebook* em relação às suas práticas de moderação de conteúdo e políticas de privacidade é uma ameaça à democracia e à liberdade de expressão.

Na era digital, as dinâmicas de poder relacionadas à disseminação da desinformação são profundamente influenciadas pelo surgimento das redes sociais digitais e outras plataformas online. Em *Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*, Tufekci (2018) mergulha profundamente na análise das dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos, examinando como as plataformas digitais, especialmente o X (antigo *Twitter*), têm sido utilizadas como ferramentas essenciais para a organização e mobilização de protestos em todo o mundo. Ela destaca como essas tecnologias proporcionaram uma nova forma de resistência e ativismo, permitindo que grupos de pessoas se mobilizassem de maneira rápida e descentralizada, desafiando estruturas de poder estabelecidas.

Tufekci (2018) também examina as limitações e desafios enfrentados pelos movimentos sociais que dependem das redes sociais digitais para sua organização. Ela discute como a arquitetura algorítmica das plataformas digitais pode influenciar quais mensagens são amplificadas e quais são suprimidas, muitas vezes favorecendo conteúdos sensacionalistas e polarizadores em detrimento de discussões mais equilibradas e informadas. Além disso, Tufekci (2018) aborda preocupações relacionadas à privacidade e segurança dos ativistas, destacando os riscos de vigilância e repressão por parte de governos autoritários e agências de inteligência.

Essas plataformas possibilitam a disseminação instantânea de informações, criando um ambiente propício para a propagação de informações falsas e teorias conspiratórias. Tufekci (2018) argumenta que a natureza descentralizada e viral das redes sociais digitais pode facilitar a manipulação da opinião pública e a organização de campanhas de desinformação em larga escala. Ela destaca como essas plataformas têm sido utilizadas para minar movimentos sociais e protestos, desacreditando seus líderes e semear dúvidas entre os participantes.

Noble (2018) oferece uma análise contundente e perspicaz sobre como os algoritmos dos mecanismos de busca *online*, como o *Google*, podem perpetuar e amplificar o racismo e outras formas de discriminação. O trabalho de Noble (2018) ajuda para compreender as implicações sociais e políticas das tecnologias digitais em nossas vidas cotidianas, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação e à construção de conhecimento.

Noble (2018) investiga que os algoritmos de busca, apesar de serem frequentemente percebidos como objetivos e imparciais, refletem e reforçam preconceitos e estereótipos sociais. Ela destaca como certas comunidades e grupos sociais são sistematicamente marginalizados e sub-representados nos resultados de pesquisa, enquanto estereótipos negativos são reforçados por meio da associação automática de determinadas palavras-chave a imagens ou informações pejorativas.

Ao examinar a interação entre os algoritmos de busca e questões sociais sensíveis, como raça, gênero e classe, Noble (2018) expõe que as tecnologias digitais podem reproduzir e amplificar desigualdades já existentes na sociedade. Ela demonstra que a falta de diversidade e representatividade entre os desenvolvedores de algoritmos pode levar a vieses algorítmicos que prejudicam comunidades marginalizadas, reforçando narrativas dominantes e perpetuando a opressão estrutural.

Zuboff (2019) apresenta uma análise profunda sobre a ascensão do que ela chama de capitalismo de vigilância, um sistema econômico no qual as empresas de tecnologia acumulam e utilizam os dados pessoais dos usuários como um recurso econômico fundamental. Zuboff (2019) argumenta que, nesse contexto, a manipulação algorítmica dos dados se tornou uma ferramenta poderosa para moldar o comportamento humano e influenciar a tomada de decisões, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A autora destaca como as empresas de tecnologia, como o *Google* e o *Facebook*, coletam dados massivos sobre os usuários em diversas interações *online* e *offline*, utilizando algoritmos sofisticados para analisar e prever comportamentos. Esses dados são então utilizados para personalizar conteúdos e anúncios, criando uma experiência altamente customizada para cada usuário. No entanto, Zuboff (2019) adverte que essa personalização extrema pode levar à formação de bolhas informativas, onde os usuários são expostos apenas a informações que confirmam suas próprias visões de mundo, limitando assim a diversidade de perspectivas e reforçando polarizações sociais.

Por sua vez, O'Neil (2016) examina como algoritmos matemáticos, muitas vezes opacos e complexos, estão sendo cada vez mais utilizados em uma variedade de contextos sociais, desde a concessão de crédito até a avaliação de desempenho de professores e policiais. O'Neil (2016) argumenta que esses *weapons of math destruction* (armas de destruição matemática) podem perpetuar e até mesmo ampliar desigualdades existentes, ao invés de mitigá-las.

Um dos principais pontos levantados por O’Neil (2016) é a falta de transparência e prestação de contas associada aos algoritmos de tomada de decisão. Ela destaca como a opacidade desses algoritmos pode levar a resultados injustos e discriminatórios, especialmente para grupos marginalizados. Além disso, O’Neil (2016) ressalta que a crescente dependência de algoritmos para tomar decisões importantes pode minar a autonomia e a responsabilidade humana, ameaçando os princípios democráticos fundamentais.

A DESINFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO AOS INTERESSES CAPITALISTAS

Na era digital, a disseminação da desinformação muitas vezes ocorre por meio da manipulação de dados e da linguagem imagética. Os agentes que propagam desinformação podem utilizar dados distorcidos ou fabricados para criar narrativas enganosas e persuasivas. Esses dados, quando apresentados de forma visualmente atraente, podem ser mais convincentes e persuasivos para o público.

Além disso, a linguagem imagética é frequentemente usada na disseminação de desinformação, por memes, infográficos falsos e vídeos manipulados. Esses elementos visuais podem ser compartilhados rapidamente nas redes sociais digitais e alcançar inúmeras pessoas, contribuindo para a propagação da desinformação.

Ao mesmo tempo, as práticas discursivas associadas à desinformação muitas vezes refletem e reforçam as ideologias dominantes, incluindo aquelas que sustentam o sistema capitalista. Por exemplo, a desinformação pode ser usada para promover agendas políticas ou econômicas que beneficiam determinados interesses capitalistas, às custas da precisão e da verdade.

Assim, o presente artigo sugere que a mediação da realidade na era digital, por meio de dados e linguagem imagética, pode ser explorada pelos propagadores de desinformação para promover seus objetivos. Essa exploração pode, por sua vez, contribuir para a manutenção e reforço das estruturas de poder capitalistas, ao mesmo tempo, em que mina a confiança na informação precisa e verificada.

A desinformação é amplamente reconhecida como um instrumento usado para promover os interesses capitalistas em diferentes contextos. No cenário atual, onde os dados pessoais se tornaram uma valiosa mercadoria na economia da informação, a disseminação de desinformação pode ser estrategicamente empregada para ma-

nipular o comportamento dos consumidores e moldar suas percepções de mundo consoante os interesses comerciais das empresas. Empresas e entidades com objetivos econômicos têm várias formas de se beneficiar da desinformação.

A manipulação algorítmica dos dados pode ser utilizada para segmentar e direcionar campanhas de desinformação de maneira altamente eficaz. As empresas de tecnologia têm acesso a vastas quantidades de dados sobre os usuários, o que lhes permite identificar grupos específicos de pessoas suscetíveis a determinadas mensagens ou narrativas. Essa segmentação precisa pode ser explorada por atores maliciosos, sejam eles interesses corporativos ou políticos, para promover agendas que servem aos seus interesses, muitas vezes à custa da verdade e da integridade democrática.

Portanto, a manipulação de algoritmos e dados pelas grandes corporações de tecnologia pode ser vista como um instrumento para promover interesses capitalistas, facilitando a disseminação da desinformação e a promoção de narrativas que protegem e reforçam as estruturas de poder existentes. Essa interseção entre tecnologia, interesses corporativos e desinformação destaca a importância de uma abordagem crítica e regulatória para lidar com os desafios associados ao uso cada vez mais difundido de algoritmos e dados na sociedade contemporânea.

Vaidhyanathan (2021) contextualiza suas análises em um quadro mais amplo de interesses corporativos e políticos que se beneficiam da manipulação da informação nas redes sociais digitais. Empresas e grupos de interesse podem aproveitar a capacidade de microsegmentação do *Facebook* para direcionar mensagens personalizadas para públicos específicos, muitas vezes visando influenciar opiniões e comportamentos em seu próprio benefício. Essa prática pode distorcer o processo democrático, minando a soberania do eleitor e enfraquecendo a participação cívica informada.

É possível afirmar que o capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), modelo que monetiza dados coletados através da vigilância digital, alimenta a economia política da desinformação, por exemplo, por meio da coleta e exploração de dados, que alimentam algoritmos que amplificam conteúdo que gera engajamento, independentemente da veracidade; e por algoritmos opacos e enviesados, que amplificam conteúdo que confirma visões preexistentes, criando bolhas de informação e tornando os usuários mais suscetíveis à desinformação.

Os dados apresentados na pesquisa de Bozarth e Budak (2021) indicam que a *DoubleClick*, adquirida pela *Google* em 2007, é a principal fonte de receita para uma variedade de portais, sugerindo sua forte presença na monetização de *sites* que propagam desinformação. A estimativa de que 61% da receita da desinformação vem

dos dez maiores servidores de anúncios ressalta a concentração de lucro nesse setor. Além disso, o levantamento do *Global Index of Disinformation* (2019) revela que a *Google* é a maior fonte de receita para sites de desinformação, prevendo uma receita significativa para milhares de *sites*. A constatação de que sistemas de publicidade programática como *AppNexus*, *Criteo* e *OpenX* são mais exibidos em canais de desinformação levanta questões sobre a responsabilidade dessas plataformas na veiculação de anúncios em *sites* que propagam informações falsas. Esses dados destacam a importância das empresas de tecnologia e publicidade na monetização da desinformação *online*, ressaltando a necessidade de medidas para combater esse problema.

Em seu levantamento empírico sobre quais são as publicidades nativas exibidas em sistemas de mídia programática em um *site* de desinformação do Brasil, Santos Jr. (2024) afirma que o financiamento da desinformação é viabilizado via sistemas de publicidade programática, tanto por grandes empresas como a *Google*, quanto por empresas mais específicas, como a MGID. A publicidade programática refere-se a um modelo automatizado de inserção de anúncios em páginas da *web*, onde os espaços publicitários são comprados e vendidos em tempo real por meio de plataformas digitais.

Uma das características mais relevantes desse modelo é que ele quebra as associações tradicionais entre marcas e os *sites* que produzem o conteúdo. Em vez de as marcas negociarem diretamente com os editores de conteúdo para exibir anúncios em seus *sites*, a publicidade programática implementa uma plataforma intermediária que governa as trocas de compra e venda de espaço publicitário. Isso significa que as marcas podem ter seus anúncios exibidos em uma variedade de *sites* sem necessariamente conhecer ou aprovar o conteúdo específico desses *sites*.

Essa falta de controle direto das marcas sobre onde seus anúncios são exibidos cria um ambiente propício para a propagação da desinformação. Os *sites* que produzem conteúdo falso ou enganoso podem lucrar com a exibição de anúncios por meio dessas plataformas de publicidade programática, mesmo que as marcas não tenham a intenção de apoiar ou associar suas marcas a esse tipo de conteúdo.

Portanto, Santos Jr. (2024) sugere que a publicidade programática desempenha um papel significativo no financiamento da desinformação, permitindo que *sites* questionáveis lucrem com a exibição de anúncios de grandes marcas, mesmo que estas não tenham conhecimento ou controle sobre onde seus anúncios são exibidos. Isso destaca a importância de abordar não apenas a produção de conteúdo desinformado, mas também os sistemas de financiamento que o tornam lucrativo.

Segundo Farias & Magalhães (2021, p. 61), “A monetização dos dados pessoais trouxe uma nova ordem econômica que utiliza informações extraídas das pessoas, através da vigilância, como matéria-prima gratuita para práticas comerciais [...]”. Essa prática de coleta e utilização de dados como matéria-prima para práticas comerciais levanta preocupações significativas. Em primeiro lugar, há a questão da violação da privacidade e da intimidade das pessoas, uma vez que informações pessoais são coletadas muitas vezes sem o consentimento claro dos usuários. Isso pode criar um ambiente de vigilância invasiva, onde os indivíduos se tornam constantemente monitorados e rastreados sem o seu conhecimento.

Orlowski (2019) destaca que essas empresas baseiam seu modelo de negócio na venda da garantia aos anunciantes de que terão sucesso em suas campanhas publicitárias. Para alcançar esse objetivo, as empresas de tecnologia coletam uma vasta quantidade de dados por meio do rastreamento contínuo dos hábitos das pessoas na Internet. Esses dados são então utilizados para criar modelos preditivos que estimam as ações e comportamentos individuais, permitindo que as empresas determinem o que mostrar para cada usuário com o intuito de manipular seus hábitos de consumo. O produto final vendido por essas empresas não é apenas espaço publicitário, mas sim a gradual e quase imperceptível alteração no comportamento dos cidadãos, de modo que vejam o mundo conforme os interesses dos anunciantes.

Dessa forma, Orlowski (2019) sugere que, em um mundo onde a presença *online* se tornou essencial, a comunicação e a cultura estão intrinsecamente ligadas às práticas de desinformação e manipulação. A partir dessa interpretação, podemos compreender como as estratégias de negócio das empresas de tecnologia moldam não apenas os padrões de consumo, mas também a percepção e compreensão do mundo pelos usuários, criando um ambiente onde a desinformação e a manipulação se tornam ferramentas comuns na comunicação digital.

É importante destacar como essa estratégia das grandes empresas de tecnologia não apenas molda os hábitos de consumo, mas também tem um impacto significativo na esfera pública e na formação de opinião. Ao manipular sutilmente o conteúdo que os usuários veem e consomem *online*, essas empresas podem influenciar não apenas as decisões de compra, mas também as percepções e atitudes em relação a questões sociais, políticas e culturais.

Essa manipulação do comportamento dos cidadãos através da personalização algorítmica do conteúdo também levanta questões éticas sobre privacidade, autonomia e liberdade de escolha. Os usuários muitas vezes não estão cientes do grau em que

suas informações pessoais são coletadas e utilizadas para moldar suas experiências *online*, o que levanta preocupações sobre consentimento informado e controle sobre seus próprios dados. Com isso, o artigo afirma que, à medida que os algoritmos das plataformas de tecnologia filtram e priorizam determinados conteúdos com base em interesses comerciais, há um risco real de distorção da realidade e perpetuação de bolhas de filtro que limitam a exposição a perspectivas diversas e informadas.

Essa prática ilustra como a economia política da desinformação está diretamente relacionada ao capitalismo de dados, pois a manipulação das pessoas por meio da desinformação requer amplo acesso aos seus dados. Em outras palavras, é destacado como as empresas que praticam o capitalismo de vigilância se beneficiam da coleta e análise de dados pessoais para prever e influenciar o comportamento das pessoas. Esses dados são transformados em *commodities* comercializadas para diversos clientes, permitindo não apenas que corporações direcionem suas estratégias de *marketing* de forma mais eficaz, mas também que governos autoritários exerçam controle sobre a população.

Sugere-se que o capitalismo de vigilância e a economia da desinformação estão interligados, já que a capacidade de manipular as pessoas por meio da desinformação depende da disponibilidade de dados pessoais. Isso levanta preocupações sobre privacidade, autonomia e poder, destacando a necessidade de regulamentações mais rigorosas para proteger os direitos dos cidadãos em um ambiente digital cada vez mais dominado pela coleta e uso de dados pessoais.

O comportamento humano no mundo digital se tornou uma mercadoria valiosa na sociedade da informação atual. Para obter essa mercadoria, empresas de extração de dados utilizam uma variedade de métodos. De acordo com Zuboff (2019), o componente central do capitalismo de vigilância é o *big data*. Esse fenômeno envolve a captura de pequenos dados das ações e interações mediadas por computador dos indivíduos em suas atividades cotidianas. Nenhum detalhe é considerado trivial na coleta de dados, incluindo interações em redes sociais digitais, buscas na Internet, comunicações por *e-mail*, textos, fotos, músicas, localizações, padrões de comunicação, compras, movimentos e muitos outros aspectos. Esses dados são coletados, agregados, analisados, embalados e vendidos repetidamente, formando a base do capitalismo de vigilância.

As plataformas digitais reguladas por algoritmos, como *Facebook* e *Google*, têm se tornado terreno fértil para a disseminação da desinformação, em um contexto onde o capitalismo de vigilância e a desinformação se entrelaçam com a Economia Polí-

tica da Comunicação (EPC). A EPC, de maneira crítica, conforme Rêgo & Dourado (2013), examina os interesses comerciais das empresas de comunicação na produção de conteúdo, reconhecendo os meios de comunicação de massa como indústrias que fabricam produtos culturais. Esses produtos culturais servem principalmente para gerar audiência, que por sua vez é convertida em receita publicitária, resultando em lucro para os produtores.

Bolaño (1996) ressalta que o desenvolvimento de sistemas de informação em larga escala, criados para impulsionar a acumulação de capital, é fundamental para a internacionalização da indústria cultural. Assim, as telecomunicações se tornaram centrais na reestruturação do padrão de desenvolvimento capitalista. Na EPC, reconhece-se que todas as formas de comunicação mediadas envolvem o uso de recursos materiais escassos, o que influencia nossa compreensão e capacidade de transformar o mundo.

As plataformas digitais algorítmicas desempenham um papel significativo nesse contexto, pois são impulsionadas principalmente por interesses comerciais. Elas se tornaram ferramentas essenciais para os negócios do capitalismo de dados, o que contribui para a proliferação da desinformação. Embora essas plataformas contêmham uma variedade de conteúdos, desde pessoais até noticiosos, a imprecisão sobre o que é considerado notícia alimenta ainda mais a desinformação, pois a produção de notícias é cada vez mais descentralizada e compartilhada por diversos usuários (Farias & Magalhães, 2021).

Farias & Magalhães (2021) afirmam que nas plataformas algorítmicas, o critério predominante para avaliar os conteúdos é frequentemente de natureza pecuniária, ou seja, o que importa é o potencial de gerar retorno financeiro. Esse valor-algoritmo, então, se torna crucial em uma economia da informação, onde os conteúdos muitas vezes não se enquadram na concepção tradicional de notícias. Esse modelo de negócios adotado pelas plataformas transforma essa economia da informação em uma verdadeira economia da desinformação, onde a prioridade está na rentabilidade financeira em detrimento da veracidade ou relevância das informações compartilhadas.

É possível afirmar que a desinformação é também um instrumento político no contexto capitalista. Arencibia, Corozo & Cardero (2023) destacam que há indícios de que governos e entidades militares, como os Estados Unidos, têm estruturas especializadas para organizar ciberataques usando *fake news* como arma. Essas operações podem ser conduzidas mediante tropas cibernéticas, contratadas por partidos polí-

ticos e agências governamentais, com o objetivo de influenciar a opinião pública e manipular a percepção da realidade.

Essas táticas têm consequências profundas, minando a confiança na informação e na mídia tradicional, e contribuindo para a criação de uma sociedade polarizada e desinformada. O impacto é sentido globalmente, com a disseminação de *fake news* afetando não apenas a política, mas também questões sociais, econômicas e de segurança nacional.

Arencibia, Corozo & Cardero (2023) alertam que o avanço das *fake news* como uma estratégia política, especialmente por parte de potências como os Estados Unidos, não apenas reflete uma crise de valores na sociedade da informação, mas também apresenta um risco significativo de manipulação e desinformação em escala global.

A militarização da informação por parte de certos governos, aliada ao crescente investimento em inteligência artificial, aponta para uma possível “corrida armamentista” na promoção da desinformação. Essa tendência coloca em risco não apenas a integridade das informações, mas também a soberania nacional de países menos desenvolvidos, que podem se tornar dependentes de tecnologias controladas por potências dominantes.

Além disso, a concentração de poder nas mãos daqueles que controlam a infraestrutura e os dados da Internet ressalta a importância do debate sobre a democratização do acesso à informação e da regulação adequada das tecnologias digitais. A disseminação de *fake news* não é apenas um problema de informação, mas também uma questão de poder e controle sobre os rumos da sociedade global (Arencibia, Corozo & Cardero, 2023).

A concentração crescente de poder nas mãos das empresas transnacionais de tecnologia suscita preocupações sobre a democratização do acesso à informação e o controle sobre o destino da sociedade. O controle dessas empresas sobre a infraestrutura e os dados da Internet confere-lhes um poder considerável sobre a vida socioeconômica e política de outros países, especialmente os em desenvolvimento, que arriscam se tornar dependentes de tecnologias controladas por grandes potências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma concentração cada vez maior de capital e produção nas mãos de empresas do setor de tecnologia, como a *Alphabet*, *Meta*, *Microsoft*, o que reflete uma profunda transformação no cenário econômico mundial. A análise das dinâmicas

contemporâneas de desinformação revela uma interseção complexa entre interesses capitalistas, poder político e tecnologia digital. O fenômeno da desinformação, impulsionado pelo capitalismo de vigilância e pela economia da informação, emerge como um instrumento estratégico para promover agendas comerciais e políticas, minando a integridade da informação e influenciando a percepção da realidade.

É visto que as grandes corporações de mídia e tecnologia, impulsionadas por interesses comerciais, exercem um controle desproporcional sobre a produção e distribuição de informações, moldando a opinião pública em favor das elites dominantes e perpetuando uma visão ideológica dominante.

A ascensão das redes sociais digitais e das plataformas algorítmicas amplifica ainda mais esse fenômeno, facilitando a disseminação viral de desinformação e criando bolhas informativas que reforçam visões de mundo preexistentes. A manipulação algorítmica dos dados pessoais dos usuários pelas grandes corporações de tecnologia alimenta essa dinâmica, permitindo a personalização do conteúdo para promover interesses comerciais e políticos específicos.

No entanto, a desinformação não é apenas uma questão de informação distorcida; é também uma questão de poder e controle sobre o destino da sociedade global. A militarização da informação por parte de certos governos, aliada ao investimento maciço em inteligência artificial, sugere uma escalada na promoção da desinformação, com potencial para manipular situações em escala global e minar a soberania nacional de países menos desenvolvidos.

Além disso, a concentração crescente de poder nas mãos das empresas transnacionais de tecnologia levanta preocupações sobre a democratização do acesso à informação e o controle sobre o destino da sociedade. O domínio dessas empresas sobre a infraestrutura e os dados da Internet confere-lhes um poder considerável sobre a vida socioeconômica e política de outros países, especialmente os em desenvolvimento, que arriscam se tornar dependentes de tecnologias controladas por grandes potências.

Portanto, diante dessas considerações, torna-se evidente a necessidade urgente de uma abordagem crítica e regulatória para lidar com os desafios associados à disseminação da desinformação no contexto contemporâneo. Essa abordagem deve visar não apenas a promoção da transparência e responsabilidade por parte das empresas de mídia e tecnologia, mas também a proteção dos direitos dos cidadãos à privacidade, autonomia e participação informada na esfera pública digital. A democratização do acesso à informação e a promoção de um debate público saudável são fundamentais

para o fortalecimento da democracia e a defesa dos valores democráticos na sociedade da informação do século XXI.

REFERÊNCIAS

- Araújo, W. P. (2021). A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas tecnológicas de dominação social. *Ethic@*, v. 20 n. 2, 461-488. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2021.e82589>
- Arencibia, M. G., Corozo, E. H. V., & Cardero, D. M. (2023). Fake news: An analysis from political economy. *Economics*, 12(2), 72-82. <https://doi.org/10.11648/j.eco.20231202.15>
- Bolaño, C. R. (1996). Economia política, globalização e comunicação. *Novos Rumos*, 25(11), 15-23. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.11.v0n25.2047>
- Bozarth, L., & Budak, C. (2021). Market Forces: Quantifying the Role of Top Credible Ad Servers in the Fake News Ecosystem. In: *ICWSM*. p. 83-94.
- Chomsky, N., & Herman, E. S. (2002). *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. New York: Pantheon.
- Farias, J. A., & Magalhães, C. M. (2021). O Capitalismo de Vigilância e a Política da Desinformação. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, (40), 60-79. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n40.2021.a3>
- Global Disinformation Index. (2019). The Quarter Billion Dollar Question: How is Disinformation Gaming Ad Tech?. <https://disinformationindex.org/wp-content/uploads/>
- Klein, N. (2000). *No logo: Taking aim at the brand bullies*. Canada: Knopf Canada.
- McChesney, R. W. (2013). *Digital disconnect: How capitalism is turning the internet against democracy*. New York: The New Press.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New York: Illustrated.
- O’Neil, C. (2016). *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishing Group.

- Orlowski, J. (Director). (2019). *O Dilema das Redes* [Filme]. Estados Unidos da América: Netflix.
- Rêgo, I. N. B., & Dourado, J. L. (2013). Economia Política da Comunicação e uma Reflexão Teórica sobre a Mídia nas Sociedades Capitalistas. *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Mossoró, RN, Intercom.
- Santos Jr, M. A. (2024). Estudo exploratório do financiamento da desinformação na web: fraudes, apostas, trading e clickbaits. *Contracampo*, (43), 1, 1-16. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v43i1.56987>
- Silva, T. H. J., & Lima, N. C. (2024). Tecnologização do ambiente digital como facilitador da propagação da desinformação. *Esferas*, (29). <https://doi.org/10.31501/esf.v1i29.14855>
- Schiller, H. I. (1991). *Culture, Inc: The corporate takeover of public expression*. New York: Oxford University Press.
- Tufekci, Z. (2018). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. New York: Yale University Press.
- Vaidhyathan, S. (2018). *Antisocial media: How Facebook disconnects us and undermines democracy*. New York: Oxford University Press.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs.

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

Lizy Manayra Santos Oliveira

Universidade Federal do Ceará - lizymanayra@ufc.br

Diego de Queiroz Machado

Universidade Federal do Ceará - diegomachado@ufc.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção científica sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade dentro da perspectiva da Administração Pública. O estudo amplia a compreensão das principais características das publicações científicas no tema, utilizando ferramentas de bibliométrica e análise de redes. Foi selecionada a base de dados da Scopus para a busca dos artigos com os termos “sustainab*” ou “public administration”, refinando pelas áreas de Negócios e de Economia. A produção sobre sustentabili-

dade e desenvolvimento sustentável na Administração Pública aumentou significativamente na última década, com um crescimento notável a partir de 2020. Periódicos como o CIRIEC, o Journal of Cleaner Production e o Public Administration Review se destacam. Este estudo contribui com uma visão abrangente das tendências e tópicos centrais em pesquisa sobre sustentabilidade e administração pública, reforçando a seriedade em torno da integração de princípios de sustentabilidade na governança pública.

Palavras-chave: Setor público, princípios de sustentabilidade, pesquisas interdisciplinares.

Transforming the Public into Sustainable: An Analysis of International Scientific Production on Sustainability and Sustainable Development in Public Administration

Abstract

This research aims to analyze scientific production on sustainable development and sustainability from the perspective of Public Administration. The study expands the understanding of the main characteristics

of scientific publications on the topic, using bibliometric and network analysis tools. The Scopus database was selected to search for articles with the terms “sustainab*” or “public administration”, refining by the areas

of Business and Economics. Production on sustainability and sustainable development in Public Administration has increased significantly in the last decade, with notable growth from 2020 onwards. Journals such as CIRIEC, the Journal of Cleaner Production and the Public Administration Review stand out. This

study contributes with a comprehensive view of the trends and central topics in research on sustainability and public administration, reinforcing the seriousness surrounding the integration of sustainability principles into public governance.

Keywords: Public sector, sustainability principles, interdisciplinary research.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável está ancorado na Declaração de 1987, sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD], 1987). A difusão de tal conceito reforçou a necessidade da criação de novas formas de medir e avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, visando manter o balanço dinâmico de um sistema complexo em longo prazo (Hardi & Zdan, 1997). Com o passar dos anos, a temática obteve mais expressividade e tem ganhado destaque, seja no contexto prático efetivo, seja no contexto teórico, através das discussões da comunidade científica nas mais diversas áreas (Kruger et al., 2011).

Um importante marco para o avanço das questões ambientais foi a colaboração internacional para o desenvolvimento sustentável, culminando na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram adotados por todos os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. O progresso dos países para alcançar essas metas é monitorado de perto pelas agências da ONU, bem como por organizações independentes e iniciativas cidadãs (Wilson & van der Velden, 2022).

O Estado tem o papel fundamental na sustentabilidade e deve agir como facilitador na redução das tensões entre crescimento econômico e proteção ambiental, incentivando ações voluntárias e realizando sensibilizações (Silva & Barki, 2012).

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

Percebe-se um crescimento nos estudos sobre sustentabilidade no âmbito da Administração Pública.

Marques et al. (2021), por exemplo, realizaram uma pesquisa bibliométrica com foco nas tendências globais de pesquisa sobre o tema valores, administração pública e sustentabilidade. Já Nunes et al. (2023) analisaram políticas públicas para energias renováveis sob a perspectiva da economia circular por meio de uma revisão sistemática da literatura a respeito dos beneficiários e convergências das circularidades.

Na era pós pandemia, Goloshchapova et al. (2023) pesquisaram o papel do governo eletrônico em relação ao desenvolvimento econômico, defendendo que, à medida que o mundo se torna mais complexo, será necessário um novo modelo de governação e desenvolvimento de políticas para acompanhar estas mudanças. Tudo isto garantiria a prosperidade econômica e o desenvolvimento sustentável da economia mundial.

Para contribuir para um entendimento mais ampliado do tema no âmbito público, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade dentro da perspectiva da Administração Pública. O estudo amplia a compreensão das principais características das publicações científicas no tema, utilizando ferramentas de bibliométrica e análise de redes. Desse modo, são investigados os principais clusters de coautoria entre autores, assim como os periódicos e os termos em evidência dentro da temática.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela relevância em disponibilizar uma visão abrangente do panorama atual dos estudos sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na Administração Pública, já que os trabalhos existentes são estudos disciplinares ou focados em contextos específicos, o que torna oportuno a revisão da literatura com uma abordagem interdisciplinar para desenvolver uma compreensão holística deste campo do conhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo desenvolvimento sustentável foi popularizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Comissão Brundtland) em seu relatório de 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*. Nos anos seguintes, tornou-se moda nos diálogos ambientais. Ecologistas e ambientalistas usam

a sustentabilidade para refletir o equilíbrio, distinguindo a antiga era industrial da nova era ecológica (Khator, 1998).

Nesse sentido, as demandas sociais em panorama mundial estão em constantes mudanças e as instituições precisam reconsiderar seu papel dentro da sociedade, realinhando as diretrizes organizacionais para as práticas de sustentabilidade, que atualmente é uma grande preocupação da humanidade. Assim, as circunstâncias da sociedade mudaram e as instituições precisam alterar de forma significativa seus padrões de produção e consumo (Van Marrewijk, 2003).

Conforme Leksin e Profiryev (2017), os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “crescimento sustentável” tornaram-se nas últimas décadas um dos mais utilizados nos documentos estratégicos fundamentais dos Estados e da comunidade mundial como um todo. Os compromissos assumidos pelos países diante da comunidade internacional têm direcionado as administrações no dever de zelar e cumprir fielmente as políticas públicas ambientais. Assim, é crescente número de nações cada vez mais engajadas com a governança ambiental global por meio de acordos internacionais, como o Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Kirsop-Taylor & Hejnowicz, 2022).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm visibilidade por buscarem “transformar nosso mundo”, representando uma nova maneira coerente de pensar sobre como questões tão diversas como pobreza, educação e mudança climática se encaixam por meio de 17 objetivos (Melo et al., 2022). Mesmo uma leitura superficial sugere que, se totalmente implementadas, proporcionarão uma boa governança global. Os ODS 16 e 17 demonstram que a administração pública e os funcionários públicos são essenciais na promoção e manutenção da coesão e da prosperidade de uma sociedade. A administração pública é central para a continuação do contrato social de todas as sociedades, com exceção das mais totalitárias (Massey, 2022).

Para um avanço significativo, é necessário um novo sistema mais aberto, amplo e competitivo, sob preceitos mais estratégicos. Nesse ambiente desafiador, os formuladores de políticas estão enfrentando impasses na implementação da agenda 2030 da ONU. Assim, são necessários administradores públicos treinados, competentes e incorruptíveis, trabalhando em nível local. Somente assim os ODS serão amplamente alcançáveis (Massey, 2022).

Há uma tendência de que as organizações, de maneira geral, construam sentidos e os disseminem por meio de enunciados que não se alinham às suas práticas, ou seja, que mantenham distante o significado de sustentabilidade de seu referente. Desta

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

forma, há uma pretensão de manter a eficiência operacional e financeira sem comprometer sua legitimidade diante de outros constituintes institucionais. Esse cenário indica uma necessidade de uma construção conjunta e o compartilhamento de significados heterogêneos acerca do tema (Zanoni & Oliveira, 2023).

Zanoni e Oliveira (2023) afirmam ainda que a sustentabilidade é, contemporaneamente, um fator legitimador, configurando-se como mais uma pressão institucional à qual as organizações devem/precisam responder de alguma forma. Assim, são necessários esforços de investigação que se concentrem no ambiente em mudança da administração pública e nas estratégias através das quais os administradores públicos podem se adaptar a esse cenário (Khator, 1998).

O poder público deve agir em prol do meio ambiente, cobrando um maior empenho nas mudanças dos hábitos de todos os agentes envolvidos em suas atividades (Santos et al., 2017). Assim, legislações e estudos fornecem as bases para a inserção de práticas socioambientais sob a forma de diretrizes que, apesar de legais e teóricas, fornecem caminhos para ações e práticas concretas. Os diversos países precisam avançar na implementação de leis e na melhoria de suas atuações para obter resultados significativos para o desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se utilizou de um método de pesquisa com inspirações na bibliometria e na análise de redes, visando mapear a produção científica sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na Administração Pública, em termos de citação, autoria, redes de colaboração, periódicos, países e temas de pesquisa. As técnicas bibliométricas estão sendo usadas atualmente para uma variedade de propósitos como determinação de vários indicadores científicos, avaliação de produção científica, seleção de periódicos para bibliotecas e previsão do potencial de pesquisa de um determinado campo (Khiste & Paithankar, 2017).

Para o estudo foi selecionada a base de dados da Scopus, já que é considerada a maior banco de dados de resumos e de citações de literatura revisada por pares, sendo uma importante ferramenta científica (Khiste & Paithankar, 2017).

Utilizou-se como palavras-chave para a busca os termos “sustainab*” ou “public administration” nos títulos, palavras-chave ou resumos dos documentos. Essa busca foi realizada em 23 de outubro de 2022. O resultado deste primeiro filtro de busca foi

de 1608 documentos na base.

Foram, então, aplicados filtros acerca da área de publicação destes trabalhos, limitando-se às áreas de Negócios, Gestão e Contabilidade e de Economia, Econometria e Finanças, o que gerou um conjunto menor de 459 documentos. Daí, foram selecionados apenas artigos científicos publicados em periódicos, sem considerar editoriais, pequenas comunicações, notas de pesquisas, etc., gerando uma amostra de 284 artigos científicos. Esses critérios de busca são evidenciados na tabela 1.

Tabela 1

Descrição dos Critérios de Busca

Etapas	Descrição dos filtros em cada etapa	Qtde. de artigos
1	Busca os termos “sustainab*” ou “public administration” nos títulos, palavras-chave ou resumos dos documentos.	1.608
2	Delimitação da área de publicação destes trabalhos, limitando-se às áreas de Negócios, Gestão e Contabilidade e de Economia, Econometria e Finanças	459
3	Seleção apenas dos artigos científicos publicados em periódicos, sem considerar editoriais, pequenas comunicações, notas de pesquisas, etc.	284

Em seguida, o resultado foi exportado e gravado o conteúdo em um formato de arquivo separado por tabulações, objetivando-se a utilização dos dados em softwares para análise. Como software de apoio à construção e análise das redes de colaboração e dos temas de pesquisa, foi utilizado o VOSviewer® (versão 1.6.11), UCINET 6.123 e a extensão Biblioshiny do pacote Bibliometrix para o software R. O programa UCINET 6.123 permitiu a investigação quantitativa das redes com o objetivo de identificar as suas medidas estruturais, principalmente a densidade/conectividade de cada rede.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados e a discussão acerca das características dos artigos que compõem a amostra desta pesquisa. Para tanto, esta seção foi dividida em cinco subseções: a primeira com foco nos aspectos gerais das publicações; a segunda relativos aos artigos mais influentes; a terceira com foco nos periódicos

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

científicos mais influentes; a quarta apresenta os autores e as redes de coautoria; e a última seção apresenta as palavras-chave.

4.1 Características gerais dos artigos e periódicos

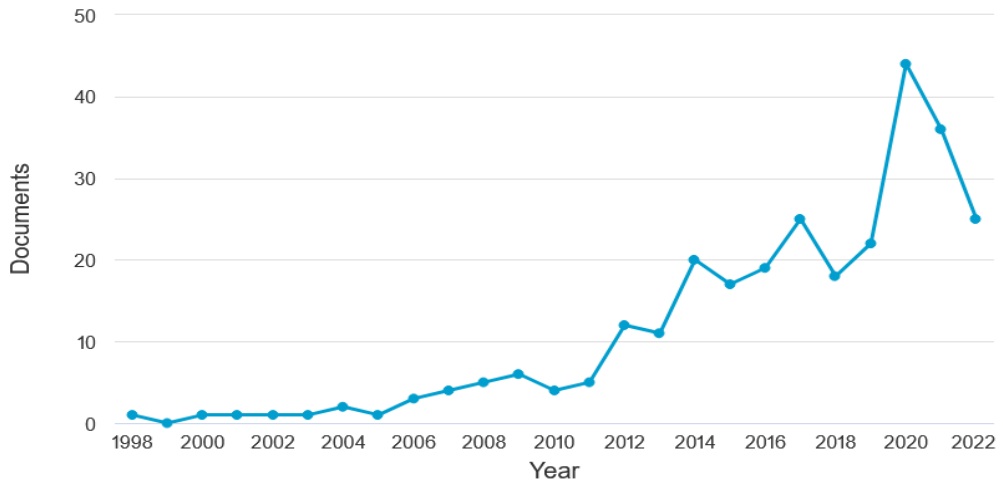
Os artigos que compõem a amostra deste estudo foram primeiramente analisados em termos das características gerais das publicações. Do total de 284 artigos, percebe-se que a primeira publicação está vinculada ao ano de 1998. O artigo trata da existência de um novo paradigma, abordando a transição da administração do desenvolvimento à administração do desenvolvimento sustentável. Khator (1998) argumenta que o paradigma da administração do desenvolvimento sustentável é marcadamente diferente do paradigma tradicional da administração do desenvolvimento em sua ênfase, escopo, tratamento da política, visão das culturas indígenas, objetivos, modo de operação, sistema de tomada de decisão, uso de ajuda externa e responsabilidade pelo desempenho.

Este artigo identificou duas áreas nas quais a administração do desenvolvimento sustentável pode orientar investigadores e profissionais: (1) avanço de estratégias administrativas que criam e melhoram padrões de desenvolvimento sustentável em todos os países; e (2) uma busca de teorias e estruturas mais sofisticadas para sustentar a vitalidade da administração pública como disciplina. A administração do desenvolvimento sustentável, enquanto novo núcleo, pode preencher o vazio criado pelo desaparecimento da administração do desenvolvimento.

A Figura 1 evidencia o crescimento do tema ao longo do tempo, demonstrando um interesse em torno da temática em estudo concretizado em número de publicações, principalmente depois de 2014. De forma precisa, foram identificados 18 artigos em 2018, 22 artigos em 2019, 44 artigos em 2020, 37 artigos em 2021 e 24 artigos em 2022. É adequado ressaltar que o valor final de publicações de 2022 ainda deve ser maior que o mencionado, já que a pesquisa foi realizada no mês de outubro do referido ano. Analisando os últimos anos, há um crescimento expressivo do tema entre 2016 e 2020.

Figura 1
Artigos Publicados por Ano

Documents by year



Os artigos que compõem a amostra deste estudo foram primeiro analisados em termos de citações recebidas. Do total de 284 artigos, 3 já receberam mais de 200 citações. Para minimizar o viés, que poderia ser causado ao considerar o número de citações isoladamente, calculou-se a média por ano. Os 10 artigos com maior média de citações são apresentados na Tabela 2.

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

Tabela 2

Artigos Mais Citados

Referência	Título	Periódico	Qtde. de citações	Citações/ano
Kivimaa (2014)	Government-affiliated intermediary organisations as actors in system-level transitions	Research Policy	174	19,33
Zhang, Xu, Zhang, He e Zhou (2020)	Study on sustainable urbanization literature based on Web of Science, scopus, and China national knowledge infrastructure: A scientometric analysis in CiteSpace	Journal of Cleaner Production	56	18,66
Baudier, Ammi e Deboeuf-Rouchon (2020)	Smart home: Highly-educated students' acceptance	Technological Forecasting and Social Change,	56	18,66
Koppenjan e Enserink (2009)	Public-private partnerships in urban infrastructures: Reconciling private sector participation and sustainability	Public Administration Review	237	17,92
Hezri e Dovers (2006)	Sustainability indicators, policy and governance: Issues for ecological economics	Ecological Economics	234	13,76
Sharma, Yadav e Chopra (2020)	Artificial intelligence and effective governance: A review, critique and research agenda	Sustainable Futures	41	13,66
Tosun (2001)	Challenges of sustainable tourism development in the developing world: the case of Turkey	Tourism Management	243	11,04
Bello, Lovelock e Carr (2017)	Constraints of community participation in protected area-based tourism planning: the case of Malawi	Journal of Ecotourism,	66	11
Suárez (2011)	Collaboration and professionalization: The contours of public sector funding for nonprofit organizations	Journal of Public Administration Research and Theory	129	10,75
Croci, Lucchitta, Janssens-Maenhout, Martelli e Molteni (2017)	Urban CO2 mitigation strategies under the Covenant of Mayors: An assessment of 124 European cities	Journal of Cleaner Production	64	10,66

O artigo de Kivimaa (2014) examina o papel das organizações intermediárias afiliadas ao governo nas transições no nível do sistema, partindo de dois campos teóricos, intermediação de inovação e transições de sustentabilidade. Segundo a autora, o papel de intermediários trabalhando entre atores, como produtores e usuários, raramente foi abordado especificamente na literatura de transições, particularmente no regime de energia. Assim, o papel das organizações intermediárias na promulgação de mudanças em regimes sociotécnicos, particularmente de intermediários entre os atores tradicionais do setor público e do setor privado, é de interesse do artigo. Análises empíricas de duas organizações finlandesas, Sitra e Motiva, mostram que os intermediários provavelmente se envolveram em processos estratégicos de gerenciamento de nicho de diversas maneiras, com cada organização tendo suas próprias características distintas.

O artigo mostrou ainda que existe uma diversidade de intermediações envolvidas em processos de inovação e transições de sistemas, algumas das quais ocorrem em organizações afiliadas ao governo – que podem fornecer, se não uma alternativa, pelo menos um complemento aos processos tradicionais. Assim, os intermediários, normalmente negligenciados na literatura sobre transições para a sustentabilidade, podem ser intervenientes influentes.

A pesquisa de Zhang et al. (2020) utiliza a literatura da Infraestrutura Nacional de Conhecimento da China (CNKI), da Web of Science e da Scopus (W&S) sobre urbanização sustentável, selecionando 3.640 estudos para analisar sistematicamente o status da pesquisa, o curso de desenvolvimento e as tendências potenciais. Os resultados mostram que: (1) O número de estudos sobre urbanização sustentável no CNKI está diminuindo a cada ano, enquanto tem aumentado gradualmente na W&S. A China tem atualmente a maior quantidade de literatura no campo da urbanização sustentável. Os EUA, a China e a Alemanha têm os estudos mais influentes. A Academia Chinesa de Ciências e a Universidade Politécnica de Hong Kong são líderes neste campo. Os cinco principais tópicos nos estudos da W&S são modelos de desenvolvimento urbano e administração pública, questões de planejamento urbano, proteção dos ecossistemas urbanos, alterações no uso do solo urbano e poluição e consumo de recursos durante a urbanização. Os cinco principais tópicos dos estudos do CNKI são estratégia de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano, urbanização e urbanização populacional, financiamento de terras e economia urbana e planejamento de desenvolvimento urbano.

Controlar razoavelmente o ritmo da expansão urbana, coordenar eficientemente

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

o desenvolvimento urbano e rural, formular estratégias de desenvolvimento urbano baseadas em evidências e garantir o padrão de vida dos assentamentos urbanos são os principais problemas da urbanização sustentável e tornar-se-ão orientações importantes para pesquisas futuras relacionadas.

O estudo de Baudier, Ammi e Deboeuf-Rouchon (2020) testa uma escala desenvolvida para medir a percepção do consumidor sobre o Conceito de Casa Inteligente. O modelo foi construído utilizando algumas das construções dos modelos de aceitação de tecnologia existentes, como os modelos UTAUT2 e TAM2. Com base nas descobertas, os nativos digitais parecem prontos para adotar o Conceito de Casa Inteligente. Utilizando jovens franceses com elevado nível de escolaridade, a pesquisa contribui com novos *insights* sobre o comportamento dos nativos digitais em relação às casas inteligentes.

O artigo de autoria de Koppenjan e Enserink (2009) identifica práticas de governança que ajudam ou dificultam a conciliação da participação do setor privado em projetos de infraestrutura urbana com o objetivo de aumentar a sustentabilidade do ambiente urbano, com base em uma revisão da literatura sobre experiências com a participação do setor privado em projetos de infraestrutura. Assim, o estudo inseri o contexto da necessidade de iniciativas para estimular as partes privadas a investirem os seus recursos em infraestruturas públicas urbanas, diante da falta de fundos públicos e das ineficiências na prestação de serviços público. Os potenciais benefícios dessa participação são contrabalançados por preocupações sobre a compatibilidade do foco do setor privado no retorno do investimento a curto prazo com a perspectiva de longo prazo necessária para atingir as metas de sustentabilidade.

O artigo de autoria Hezri e Dovers (2016) aborda o papel dos indicadores de sustentabilidade como método de avaliação da sustentabilidade no contexto emergente da governança. Com foco nos processos políticos que envolvem a produção de indicadores de sustentabilidade, a pesquisa aprofunda duas questões: qual é a utilidade potencial dos indicadores para a política; e de que forma os indicadores podem influenciar a governança?

Já o estudo de Sharma et al. (2020) trata da inteligência artificial (IA) e governança eficaz. A IA tem um enorme potencial em questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental. As potenciais áreas abrangidas variam desde aplicações em energia e serviços públicos, agricultura, até à proteção ambiental. A primeira aplicação é usar dados de satélite para prever a radiação solar global, visando combater o aquecimento global, ou para proteger a pesca mundial, proporcionando transparência na detec-

ção dos padrões de pesca nos oceanos ou no mar. A segunda aplicação está no setor agrícola, que certamente está fadado a uma revolução com a IA.

O artigo de autoria de Cevat Tosun apresenta uma análise dos desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável nos países em desenvolvimento, com referências especiais à Turquia, como parte do mundo em desenvolvimento. Constatou-se que os fatores que surgiram como desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável estão relacionados às prioridades da política econômica nacional, à estrutura da administração pública, ao surgimento de questões ambientais, à supercomercialização e à estrutura do sistema internacional de turismo.

Quanto aos periódicos científicos, CIRIEC Journal of Public, Social and Cooperative Economy, Journal of Cleaner Production e o Public Administration Review destacam-se por apresentarem altos níveis de produtividade, com 12 ou mais publicações acerca de sustentabilidade no contexto da Administração Pública, conforme Tabela 3.

Tabela 3

Periódicos Mais Produtivos e Mais Citados

Periódicos mais produtivos	Registros	Periódicos mais citados	Citações
Journal of Cleaner Production	15	Public Administration Review	739
CIRIEC Journal of Public, Social and Cooperative Economy	15	Journal of Cleaner Production	333
Public Administration Review	12	Tourism Management	243
International Journal of Public Administration	10	Ecological Economics	234
Transylvanian Review of Administrative Sciences	7	Research Policy	174
Public Integrity	6	Journal of Public Administration Research and Theory	129
Economic Annals-XXI	6	Economy of Region	67

O Public Administration Review distingue-se dos demais periódicos em termos de números de citação, com publicações representativas e amplamente disseminadas pela comunidade científica. Dois dos artigos com mais citações, conforme subseção 4.1, foram publicados no Journal of Cleaner Production, que também possuem um impacto significativo para o campo, apresentando número de citação superior a 300.

4.2 Publicações em termos de países

Os três países com mais publicações são: Espanha (47), Estados Unidos (36) e Itália (28). Isso evidencia que é nesses países que a temática é mais discutida e, conseqüentemente, espera-se que mais aplicada no contexto público.

A Tabela 4 apresenta o índice de impacto das publicações realizadas nos países mais representativos em número de publicações. O referido índice foi criado a partir da divisão do número total de citações das publicações de um determinado país pelo número total de publicações do país.

Tabela 4

Índice de Impacto dos Principais Países

País	Artigos publicados	Total de citações	Índice de impacto
Países Baixos	8	295	36,87
Estados Unidos	36	823	22,86
Itália	28	407	14,53
Portugal	12	158	13,17
China	8	86	10,75
Espanha	47	391	8,32
Federação Russa	16	132	8,25
Reino Unido	12	97	8,08
Brasil	12	67	5,58
Roménia	16	39	2,44
Ucrânia	20	25	1,25

Percebe-se que os Países Baixos conseguiram o melhor índice. Os temas dos artigos produzidos no país são variados, indo da questão da governança e da implementação de iniciativas de desenvolvimento sustentável até a discussão de edificações e de programas de desenvolvimento urbano no contexto da administração pública e da política urbana.

O artigo de maior impacto dos Países Baixos, garantindo a expressividade do índice, é de autoria de Koppenjan e Enserink (2009), sendo um dos estudos mais citados da amostra, conforme apresentado na subseção anterior.

Em seguida, observa-se os Estados Unidos com segundo melhor índice de impacto de suas publicações. Apesar de não ser o país com o maior número de publicações,

os Estados Unidos tiveram o maior número de citações, demonstrando a importância das pesquisas realizadas no país. A explicação pode estar relacionada com o investimento em pesquisas de alto impacto ou com a difusão dos artigos publicados em inglês.

Por fim, a Itália, em terceiro lugar, destaca-se com artigos abordando a temática da economia circular, inovações para a sustentabilidade ambiental e análise qualitativa de riscos para avaliação de “projetos verdes” nas organizações públicas.

4.3 Autores e grupos de coautoria

Os 284 artigos foram elaborados por um total de 714 autores. O autor Tomás B. Ramos, filiado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, é o autor com mais artigos publicados e está presente na coautoria de quatro trabalhos da amostra selecionada. Os artigos do autor envolvem principalmente os seguintes temas: estrutura para avaliação de economia circular em organizações; aprendizados do setor público; ferramenta de avaliação de desempenho de sustentabilidade para organizações do setor público; políticas e práticas de sustentabilidade nas organizações do setor público da Administração Pública Portuguesa; e a integração de práticas e ferramentas ambientais na Administração Pública Portuguesa.

O autor Richard M. Walker, filiado ao Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Universidade da Cidade de Hong Kong, tem três artigos publicados na lista selecionada. Dois artigos do autor foram elaborados conjuntamente com o autor Tomás B. Ramos, envolvendo os temas de ferramenta de avaliação de desempenho de sustentabilidade para organizações do setor público e políticas e práticas de sustentabilidade em organizações do setor público da Administração Pública Portuguesa. O terceiro artigo é uma análise empírica de organizações públicas sobre sustentabilidade, desempenho e estratégia organizacional. O artigo, realizado em coautoria com Gareth Enticott, fez uma análise empírica do governo inglês nos aspectos de desempenho social, econômico e ambiental ou sustentável. Publicado em 2005, o estudo ressalta que há evidências sobre a relação entre responsabilidade social e desempenho das organizações apenas analisando negócios privados, ou seja, nenhum conhecimento sistemático foi construído em torno de órgãos públicos.

A lista selecionada tem mais um autor com três artigos publicados, Pierluigi Morano, pesquisador acadêmico da Universidade de Bari da Itália. Os artigos do autor envolvem principalmente os seguintes temas: modelo de apoio à decisão de investi-

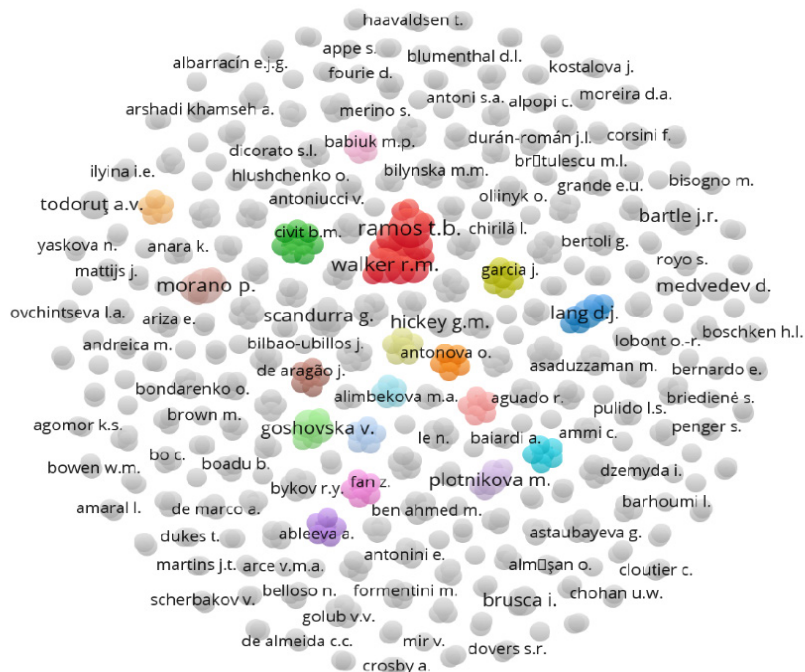
Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

mento por meio de títulos de impacto social, modelo para apoiar as decisões da administração pública para a seleção de investimentos em edifícios históricos; e modelo de avaliação da viabilidade financeira da habitação social na requalificação urbana.

Analisando a quantidade de citações, o autor com mais citações é Cevat Tosun, professor da Escola de Turismo e Gestão Hoteleira, Universidade Mustafa Kemal (Turquia), que publicou o trabalho sobre os desafios do desenvolvimento do turismo sustentável no mundo em desenvolvimento no contexto da Turquia (2001), obtendo 243 citações.

Conforme Figura 2, os autores estão distribuídos em 269 grupos de coautoria, cuja quantidade de membros varia de 1, para grupos de autores isolados, até no máximo 15 autores.

Figura 2
Redes de Coautoria e Autores Isolados



Acerca dos 269 grupos formados pelas redes de coautoria, destacam-se aqueles com um maior número de autores, localizados nas áreas mais centrais da Figura 2, enquanto os grupos de autores isolados se localizam mais na região periférica. A Tabela 5, a seguir, apresenta esses grupos maiores, com seus autores e uma breve descrição dos principais temas das pesquisas desenvolvidas.

Tabela 5*Maiores Grupos de Coautoria e Seus Temas de Pesquisa*

Grupo	Autores	Qtd. de autores	Descrição
1	Tomás B.Ramos, Ana Rita Domingues, Sandra Caeiro, Joana Cartaxo, Marco Painho, Paula Antunes, Rui Santos, Nuno Videira, Richard M. Walker, Donald Huisingh, Inês Figueira, Gareth Enticott, Hinrika Droege, Andrea Raggi, Luís Nogueiro.	15	Políticas, práticas de sustentabilidade, desempenho e estratégia organizacional nas organizações do setor público. Estrutura para avaliação da economia circular nas organizações.
2	Arena, A.P. Civit, B.M. Covacevich, M.S., Magnano, L., Milo Vaccaro, M., Rodriguez, A.A., Rótolo, G.C., Ulgiati, Vassillo, C.	9	Percepção e conscientização das opções de economia circular nos setores relacionados à agricultura.
3	Bickel, M.W., Heinrichs, H., Kirst, E., Kümmerer, K., Lang, D.J., Plawitzki, J., Weiser, A.	7	Uso de metal mais sustentável – Lições aprendidas de documentos de estratégia nacional/ Caminhos específicos do município para a sustentabilidade. Experiências e recomendações
4	Caroline Renata Delle, F., Garcia, J., Gustavo De Lima, R., Lins, H.N., Pfitscher, E.D., Salgueirinho Osório De Andrade Guerra, J.B., Suni, A.	7	Estrutura de avaliação de sustentabilidade para institutos de ciência e tecnologia

O Grupo 1 reúne pesquisadores de cinco diferentes trabalhos publicados, sendo o autor Tomás B. Ramos, filiado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, um importante ator-ponte por estar na coautoria de quatro desses trabalhos. Os quatro artigos de Tomás B. Ramos têm como foco, além de abordar a

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

questão das políticas e práticas de sustentabilidade, a cocriação de uma ferramenta de avaliação de desempenho em sustentabilidade para organizações do setor público. A administração pública central portuguesa é a base para apoiar as análises dos artigos do autor. O autor Richard M. Walker também faz parte desse grupo. O grupo 1 é formado com 15 autores, totalizando 5 trabalhos publicados. O grupo 2 reúne nove pesquisadores, com pesquisa no tema de percepção e conscientização das opções de economia circular nos setores relacionados à agricultura.

O grupo 3 reúne sete pesquisadores de dois diferentes trabalhos publicados, sendo o autor Daniel J. Lang aquele que atua como ator-ponte por estar na coautoria desses dois trabalhos. Daniel J. Lang é filiado da Faculdade de Sustentabilidade de uma universidade pública em Lüneburg, Baixa Saxônia, Alemanha.

Em 2019, Ev Kirst, Daniel J. Lang, Harald Heinrichs e Jule Plawitzki, Jule apresentaram uma abordagem para o desenvolvimento de uma forma de gestão da sustentabilidade específica para municípios. O trabalho se concentra em 14 áreas-chave e envolve um procedimento de cinco etapas para uma implementação bem-sucedida. A abordagem tem como base os resultados de dois estudos de caso nas cidades alemãs de Friburgo na Brisgóvia e Cidade Hanseática de Lueneburg.

Posteriormente, em 2020, Annika Weiser, Manuel W. Bickel, Klaus Kümmerer e Daniel J. Lang publicaram um trabalho a partir da análise de 37 documentos de estratégias nacionais relacionadas a recursos minerais em todo o mundo quanto às suas condições contextuais, motivação e objetivos. Seguindo as entradas gerais para estratégias de transição, foram identificados quatro grupos de documentos de estratégia que compartilham semelhanças em suas abordagens e apoiam o desenvolvimento de recomendações específicas para o desenho de estratégias futuras em termos de conteúdo e processo. Ao longo de todos os documentos analisados no artigo, percebe-se as estratégias existentes carecem de uma abordagem abrangente para promover a sustentabilidade ao longo do ciclo de vida dos metais. Para os autores, muitas das questões relacionadas com a utilização sustentável de metais devem ser respondidas internacionalmente.

O grupo 4 é formado por sete autores. Em 2016, os autores produziram um quadro, considerando as preocupações sociais, económicas e ambientais, para avaliar até que ponto os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) estão a contribuir para a difusão de práticas sustentáveis. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo desvendar o que até que ponto os ICT estão a contribuir para a difusão de práticas sustentáveis, indicando quantitativamente a extensão de suas contribuições. Os resultados

mostram que os Instituto de Tecnologia de Massachusetts e Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique são caracterizados como “excelentes”. Por outro lado, três instituições brasileiras, analisando pelas mesmas métricas, são avaliados como “regulares”. Para os autores, essas instituições podem servir de espelho para a divulgação de práticas sustentáveis para o corpo docente, o corpo discente e a comunidade envolvente. Assim, esta pesquisa apresenta um avanço na utilização do métodos de ferramentas de avaliação internacionais mais relevantes atualmente (GRI, ISCN), combinando-os com uma ferramenta brasileira baseada em dados nacionais (A3P).

A centralidade de grau (*degree centrality*) foi calculada para todos os atores na rede. A Tabela 6 mostra os autores com as maiores centralidades de grau. A centralidade de grau indica que esses são os autores que mais colaboraram, publicando conjuntamente com outros autores. Essa medida leva em conta o número de coautores que colaboraram com um determinado autor, juntamente com número de publicações que os mesmos fizeram conjuntamente.

Tabela 6
Centralidade Autores

Autor	Ligações	Quantidades de artigos	Citações do autor
Tomás B. Ramos	13	4	59
Richard M. Walker	11	3	73
Paula Antunes	10	2	29
Sandra Caeiro	10	2	29
Ana Rita Domingues	10	2	29
Marco Painho	10	2	29
Donald Huisinghf	10	2	29
Rui Santos	10	2	29
Nuno Videira	10	2	29
Inês Figueira	9	1	26
Joana Cartaxo	9	1	3

O autor Tomás B. Ramos, que está na coautoria de quatro trabalhos, tem 13 ligações e 59 citações. Isso indica que o autor com mais publicações possui também o maior número de publicações em conjunto com outros autores. Posteriormente, aparece o autor Richard M. Walker com 11 ligações para a publicação de três artigos.

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

O autor tem um total de 73 citações.

Já a autora Paula Antunes apresenta 10 ligações na publicação de dois artigos e tem um total de 29 citações. A autora participou da autoria dos seguintes artigos: “Cocriação de uma ferramenta de avaliação de desempenho de sustentabilidade para organizações do setor público” e “Políticas e práticas de sustentabilidade nas organizações do setor público: O caso da Administração Pública Central Portuguesa”. Os seguintes autores também possuem 10 ligações, participando desses dois artigos citados: Sandra Caeiro, Ana Rita Domingues, Marco Painho, Donald Huisinghf, Rui Santos e Nuno Videira.

A autora Inês Filgueira apresenta 9 ligações para a autoria de um documento, com um total de 26 citações. Já Joana Cartaxo também apresenta 9 ligações para a autoria de um documento, com um total de 3 citações.

Para uma melhor análise, o conceito de densidade também é importante. A densidade se traduz pelo quociente das ligações existentes entre os atores da rede em relação ao total de ligações potenciais ou possíveis. A densidade demonstra a alta ou baixa conectividade entre os autores da rede. Realizando-se o cálculo para os autores das publicações, obteve-se a densidade de 0,003; indicando que apenas 0,3% (de um total de 100%) do potencial de interação da rede está sendo utilizado. Essa densidade é considerada muito baixa. Tal resultado demonstra que a colaboração entre os estudiosos da mencionada área pode evoluir 99,7%, influenciando conseqüentemente no desenvolvimento de novos estudos sobre o tema. Portanto, percebe-se que há um grande potencial de melhoria na colaboração entre os autores da rede acadêmica, o que poderia resultar em um maior desenvolvimento de estudos e de avanços na área em questão. É importante incentivar essa colaboração para promover a inovação e o progresso na pesquisa.

Conforme Tabela 7, foi constatado que 96,9% dos autores produziram apenas um artigo. Para Lotka (1926), o número de autores que fazem n contribuições em um determinado campo científico é aproximadamente $1/n^2$ daqueles que fazem uma só contribuição e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60%. Era esperado que aproximadamente 173 autores publicassem 2 artigos, 77 publicassem 3 artigos e 43 publicassem 4 artigos. Os resultados foram bem inferiores aos números esperados.

Tabela 7*Produtividade por Autor*

Artigos por autor	Número de autores	% Número de autores
1	692	96,9%
2	19	2,7%
3	2	0,3%
4	1	0,1%

Esse resultado reforça um excesso de dispersão de pesquisa por muitos autores com poucas publicações cada e talvez pouca maturidade científica acerca do tema. O resultado deve-se também a diversidade de temas ligados ao contexto da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

4.4 Palavras-chave e temas de pesquisa

Em relação aos principais temas de pesquisa dos artigos, é possível identificar, com a análise das palavras-chave, os temas centrais das publicações envolvendo desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na Administração Pública. Foram identificadas 1.417 palavras-chave, com uma quantidade máxima de ocorrência de 93 vezes para Administração Pública, seguida de 58 vezes para desenvolvimento sustentável. A Tabela 8 apresenta as palavras-chave com pelo menos dez ocorrências nos artigos da amostra.

Tabela 8*Relação de palavras-chave com maior quantidade de ocorrências*

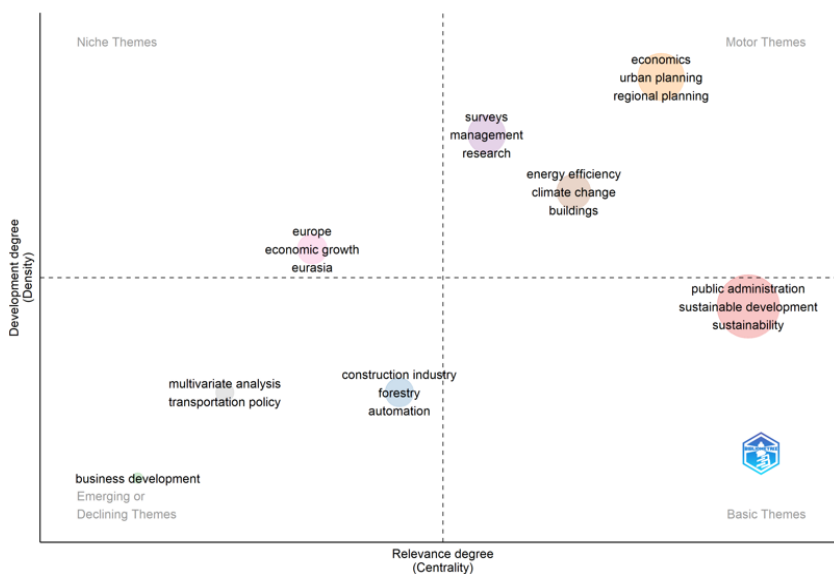
Qtde. de ocorrências	Palavras-chave
93	Administração Pública
58	Desenvolvimento sustentável
37	Sustentabilidade
14	Tomada de decisão
11	Economia, Setor público
10	Inovação

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

Considerando-se as palavras-chave como os rótulos que informam acerca do conteúdo dos artigos, identifica-se que esses trabalhos trazem temas de pesquisa principalmente relacionados à administração pública, que foi um dos termos utilizados como filtro inicial para a busca de artigos na Scopus. Além disso, tem-se indicativos de pesquisas nas áreas de economia e tomada de decisão. A Figura 3 apresenta como os diferentes tópicos estão sendo trabalhados dentro da temática.

Figura 3

Mapa Temático



No lado superior direito, estão os temas motor, em que “economia”, “planejamento urbano” e “planejamento regional” são os temas centrais e em menor medida “eficiência energética” e “mudanças climáticas”.

É relevante a presença de estudos associados a temas envolvendo a economia e o planejamento urbano e regional, evidenciando um alinhamento com as metas do ODS 11 de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (Melo et al., 2022).

Zhang et al. (2020) em uma análise da produção, identificaram a emergência de temas sobre o controle do ritmo da expansão urbana, a coordenação eficiente do desenvolvimento urbano e rural, a formulação de estratégias de desenvolvimento urbano baseadas em evidências e a garantia do padrão de vida dos assentamentos

urbanos. Estudos recentes sobre os modelos de vida e de produção alternativos e mais sustentáveis vêm buscando propor tipologias, como as Comunidades Ecológicas Intencionais, caracterizadas por ser bons exemplos ou “laboratórios” de desenvolvimento sustentável (Escribano et al., 2020).

Temas como eficiência energética e alterações climáticas também se encontram dentre os mais desenvolvidos. Quando considerados os efeitos das alterações climáticas sobre o turismo, Santos-Lacueva et al. (2019) informam que as alterações climáticas afetam o turismo e o turismo afetam as alterações climáticas. Portanto, são necessárias estratégias de adaptação e mitigação para garantir a sustentabilidade dos destinos. Comparando o Caribe mexicano e o Mediterrâneo espanhol, a investigação centra-se na percepção do risco, na definição da agenda, no envolvimento das partes interessadas e nas limitações da ação pública.

O quadrante inferior esquerdo mostra temas emergentes ou em declínio. Assim, a análise multivariada e as política de transporte foram aspectos poucos explorados, considerados temas emergentes. A política de transporte possui enfoque na logística reversa (Brandão et al., 2022), na utilização de veículo elétrico (Fan et al., 2022) e na evolução do sistema de transporte com foco particular na sustentabilidade (Leuenberger et al., 2014; Klinsrisuk et al., 2013).

Entende-se como emergentes também, os temas: “indústria da construção” e “silvicultura”. Dentre os estudos da sustentabilidade na indústria da construção, há um enfoque na logística reversa na construção civil (Brandão et al., 2022) e no papel dos municípios na transformação para uma construção mais sustentável (Salmi et al., 2022).

O quadrante superior esquerdo indica temáticas desenvolvidas, mas com laços externos irrelevantes. O estudo envolvendo o contexto econômico da Eurásia e Europa é um tema periférico, investigado de maneira isolada com poucas relações com outras temáticas. Tendo em vista a variedade de tópicos evidenciados, percebe-se que a temática constitui um campo científico multidisciplinar, bastante profícuo e diversificado. Percebe-se um interesse indo de temas gerais, como a elaboração de planejamento urbano, até aspectos mais específicos, como a construção sustentável. Temáticas como planejamento urbano e eficiência energética ainda continuam sendo fundamentais para o contexto atual.

Com base nessas temáticas, é possível propor uma agenda de pesquisas futuras relacionadas à sustentabilidade e gestão pública. Os clusters de temas sugerem áreas de pesquisa promissoras que podem ajudar a avançar o conhecimento e informar políticas públicas mais eficazes. Segue, na Tabela 9, uma proposta de agenda de pesquisa.

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

Tabela 9

Agenda de pesquisas futuras

Cluster	Descrição e temas de pesquisa
	<p>Desenvolvimento Sustentável e Administração Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da integração de princípios de desenvolvimento sustentável na administração pública.
1	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das estratégias de governança que promovem o desenvolvimento sustentável em nível governamental. • Exame das implicações políticas e práticas da adoção do desenvolvimento sustentável como objetivo central na Administração Pública
	<p>Finanças, Economia e Desenvolvimento Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exame das estratégias de financiamento para promover o desenvolvimento sustentável em nível nacional e internacional.
2	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das implicações econômicas das políticas de desenvolvimento sustentável para a estabilidade financeira. • Estudo das práticas de gestão financeira nas organizações públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade.
	<p>Elaboração de Políticas e Planejamento urbano e regional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da eficácia das políticas ambientais na tomada de decisões e no planejamento regional.
3	<ul style="list-style-type: none"> • Análise comparativa de abordagens na elaboração de modelos de desenvolvimento urbano e administração pública. • Exploração das melhores práticas na integração do planejamento urbano com questões ambientais e proteção dos ecossistemas urbanos.
	<p>Desenvolvimento Sustentável, Eficiência Energética e Mudanças climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das estratégias de governança para promoção de iniciativas de eficiência energética para minimizar os efeitos das mudanças climáticas em nível governamental.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Exame das implicações das políticas de turismo, concentrando-se na governação das alterações climáticas e na agenda dos destinos turísticos.
	<p>Turismo Sustentável e Accountability</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investigação sobre os impactos socioambientais do turismo sustentável e seu potencial para promover a accountability em destinos turísticos.
5	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de estratégias de mudança de comportamento dos turistas em direção ao turismo responsável. • Avaliação de abordagens inovadoras para promover a accountability em setores de turismo sustentável.
	<p>Crescimento Econômico, União Europeia e Política Econômica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo das políticas econômicas adotadas pela União Europeia para promover o crescimento econômico sustentável.
6	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das relações entre políticas econômicas, crescimento econômico e impacto ambiental na Europa. • Investigação sobre o papel da União Europeia como modelo para políticas econômicas sustentáveis em outras regiões.

Essa agenda de pesquisa aborda uma ampla gama de questões relacionadas à sustentabilidade e à gestão pública, incluindo políticas ambientais no planejamento urbano, eficiência energética e mudanças climáticas. Ela pode servir como ponto de partida para pesquisadores interessados em contribuir para a compreensão e o aprimoramento dessas áreas críticas que estão estreitamente ligadas aos ODS e às noções de boa governação (Massey, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade dentro da perspectiva da Administração Pública. A caracterização do campo de estudo permitiu evidenciar os principais *clusters* de coautoria entre autores, assim como os termos em evidência nas publicações sobre a temática. Para tanto, foram considerados os artigos indexados na categoria de “Negócios, Gestão e Contabilidade” e “Economia, Econometria e Finanças” da plataforma Scopus.

Os resultados indicam um incremento da produção acadêmica na última década, principalmente a partir de 2020. Dentre os periódicos mais relevantes, o CIRIEC Journal of Public, Social and Cooperative Economy, o Journal of Cleaner Production e o Public Administration Review apresentam altos níveis de produtividade acadêmica, tendo cada um 12 ou mais publicações acerca da temática do referido estudo. O Journal of Cleaner Production possui grande impacto nesse campo teórico, com publicações relevantes e altamente difundidas pela comunidade científica.

Por fim, a análise das palavras-chave e temas de pesquisa permitiu o reconhecimento de diversos clusters de palavras-chave, como eficiência energética, economia e planejamento urbano, mostrando a amplitude e a diversidade de tópicos no campo da sustentabilidade e gestão pública. Isso oferece oportunidades para pesquisas interdisciplinares e colaborativas. Em complemento, a proposta de uma agenda de pesquisa baseada no mapa temático fornece direção para futuras investigações. Esses tópicos podem ser a base para estudos mais aprofundados que ajudem a informar políticas públicas mais eficazes e práticas de gestão sustentável.

Em termos de implicações e contribuições desta pesquisa, ressalta-se que este estudo oferece uma visão abrangente das tendências e dos tópicos centrais em pesquisa sobre sustentabilidade e administração pública. Isso pode ajudar os pesquisadores a

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

entenderem melhor quais questões estão em foco na área e identificar lacunas no conhecimento. Assim, este estudo reforça a seriedade em torno da integração de princípios de sustentabilidade na governança pública. Isso pode influenciar a formulação de políticas e práticas administrativas mais alinhadas com objetivos de sustentabilidade e com o gerenciamento eficaz das partes interessadas em políticas e projetos sustentáveis.

Em suma, esta pesquisa contribui para a compreensão do estado atual da pesquisa, destacando áreas de relevância e fornecendo uma estrutura para futuras investigações. Essas descobertas têm o potencial de influenciar positivamente a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a sustentabilidade e o bem-estar social.

Conceitualmente, o artigo avança com uma discussão relevante acerca de um assunto, que, apesar de ser um tema emergente e importante mundialmente para o desenvolvimento de atividades e políticas sustentáveis na esfera da administração pública, ainda permanece pouco explorado em algumas nações, como no contexto acadêmico latino-americano.

REFERÊNCIAS

- Baudier, P., Ammi, C., Debooeuf-Rouchon, M. (2020). Smart home: Highly-educated students' acceptance. *Technological Forecasting and Social Change*, 153, 119355.
- Brandão, R., Hosseini, M.R., Macêdo, A.N., Melo, A.C. & Martek, I. (2022). Public administration strategies that stimulate reverse logistics within the construction industry: a conceptual typology?. *Engineering, Construction and Architectural Management*, 29(8), 2924-2949.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987. *Nosso Futuro Comum*. <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>
- Escribano, P., Lubbers, M. J., & Molina, J. L. (2020). A typology of ecological intentional communities: Environmental sustainability through subsistence and material reproduction. *Journal of Cleaner Production*, 266, 121803.

- Fan, Z., Yanjie, J., Huitao, L., & Yuqian, Z., Blythe, P., & Jialiang, F. (2022). Travel satisfaction of delivery electric two-wheeler riders: Evidence from Nanjing, China. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 162(C), 253-266.
- Goloshchapova, T.; Yamashev, V.; Skornichenko N. & StrielkowskI, W. (2023). E-Government as a Key to the Economic Prosperity and Sustainable Development in the Post-COVID Era. *Economies*, 11(4), 1-23.
- Hardi, P. & Zdan, T. J. (1997). *Assessing sustainable development: principles in practice*. Winipeg: IISD.
- Hezri, A. A. & Dovers, S. R. (2006). Sustainability indicators, policy and governance: Issues for ecological economics. *Ecological Economics*, 60(1), 86-99.
- Khator, R. (1998). The new paradigm: from development administration to sustainable development administration, *International Journal of Public Administration*, 21(12), 1777-1801.
- Khiste, G. & Paithankar, R. (2017). Analysis of Bibliometric Term in Scopus. *International Journal of Library Science and Information Management (IJLSIM)*, 3(3), 81-88.
- Kirsop-Taylor, N.A. & Hejnowicz, A.P. (2020) Designing public agencies for 21st century water–energy–food nexus complexity: the case of Natural Resources Wales. *Public Policy and Administration*.
- Kivimaa, P. (2014). Government-affiliated intermediary organisations as actors in system-level transitions. *Research Policy*. 43(8), 1370-1380.
- Klinsrisuk, R., Nitivattananon, V., & Wongsurawat, W. (2013). Effective coordination and integration of energy and transport policies for CO2 mitigation in Thailand. *Environment, Development and Sustainability*, 15(5), 1227-1244.
- Koppenjan, J. F. M., & Enserink, B. (2009). Public–Private Partnerships in Urban Infrastructures: Reconciling Private Sector Participation and Sustainability. *Public Administration Review*, 69, 284-296.
- Kruger, S. D.; Freitas, C. L.; Pfitscher, E. D. & Petri, S. M. (2011). Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior - Uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). *Revista GUAL*, 4(3), 44-62.

Transformando o Público em Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Internacional sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública

- Leuenberger, D.Z., Bartle, J., & Chen, C. (2014). Sustainability and transportation *Public Works Management & Policy*, 19(4), 316-321.
- Leksin, V. N. & Profiryev, B.N. (2017). Socio-economic priorities for the sustainable development of Russian arctic macro-region. *Economy of Regions*, 4(4), 984-1004.
- Lotka, A.J. (1926). The Frequency Distribution of Scientific Productivity. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 16(12), 317-323.
- Marques, I.; Leitão, J.; Carvalho, A. & Pereira, D. (2021). Public administration and values oriented to sustainability: A systematic approach to the literature. *Sustainability (Switzerland)*, 13(5), 1-27.
- Massey, A. (2022). Sustainable Development Goals and their Fit with Good Governance. *Global Policy*, 13(Suppl. 1), 79-85.
- Melo, L. S. A.; Oliveira, M. M.; Dantas, N. S. & Martins, M. F. (2022). Análise da produção científica internacional sobre cidades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 12(3), 90-108.
- Nunes, A.M.M.; Coelho Junior, L.M.; Abrahão, R.; Santos Júnior, E.P.; Simioni, F.J.; Rotella Junior, P. & Rocha, L.C.S. (2023). Public Policies for Renewable Energy: A Review of the Perspectives for a Circular Economy. *Energies*, 16(1).
- Salmi, A., Jussila, J., & Hämäläinen, M. (2022). The role of municipalities in transformation towards more sustainable construction: the case of wood construction in Finland. *Construction Management and Economics*, 40(11-12), 934-954.
- Santos, F. L.; Carneiro, A. F.; Souza, J. A. & Souza, R. M. S. (2017). Análise da Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela Cidade Portal da Amazônia. *Gestão e Sociedade*, 11(28), 1583-1610.
- Santos-Lacueva, R., Ariza, E., Romagosa, F., & Saladié, Ò. (2019). The vulnerability of destinations to climate change: A comparative analysis of contextual socio-political factors. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(8), 1217-1238.
- Sharma, G.D., Yadav, A., & Chopra, R. (2020). Artificial intelligence and effective governance: A review, critique and research agenda. *Sustainable Futures*, 2, 100004.

- Silva, R. C. & Barki, T. V. P. (2012). Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. *Revista do Serviço Público*, 2(63), 157-175.
- Tosun, C. (2001). Challenges of sustainable tourism development in the developing world: The case of Turkey. *Tourism Management*, 22(3), 289-303.
- Van Marrewijk, M. (2003). Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability Between Agency and Communion. *Journal of Business Ethics*, 44, 95-105.
- Wilson, C. & van der Velden, M. (2022). Sustainable AI: An integrated model to guide public sector decision-making. *Technology in Society*. 68.
- Zhang, D., Xu, J., Zhang, Y.; Wang, J., He, S., & Zhou, X. (2020). Study on sustainable urbanization literature based on Web of Science, scopus, and China national knowledge infrastructure: A scientometric analysis in CiteSpace. *Journal of Cleaner Production*. 264.
- Zanoni, B. L. & Oliveira, S. A. (2023). Reflexões sobre o sentido de sustentabilidade em organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 63(2), 1-20.

A Abordagem Psicanalítica do Tempo em Laplanche

Anne Santos Stone

Universidade Federal de Minas Gerais - stoneanne@live.com

Fábio Roberto Rodrigues Belo

Universidade Federal de Minas Gerais - fabiobelo76@gmail.com

Resumo

No presente artigo, buscamos apresentar e discutir o trabalho de Jean Laplanche sobre a noção de temporalidade propriamente humana. Para isso, temos como foco seus textos dedicados a essa questão, *Le temps et l'autre* [O tempo e o outro] (1991) e *Temporalité et traduction : pour une remise au travail de la philosophie du temps* [Temporalidade e tradução: por um retorno ao trabalho da filosofia do tempo] (1989), ambos publicados no livro *La révolution copernicienne inachevée*, de 1992. O movimento teórico de Laplanche vai, primei-

ro, no sentido de revisitar a teoria de Freud sobre a temporalidade. A partir desse retorno, Laplanche apresenta suas próprias elaborações para pensar em uma temporalidade própria do ser humano. Com isso, indicamos que a inserção do sujeito em uma temporalidade só é possível por meio da intervenção do outro da situação originária, responsável por instaurar o início dos processos de tradução psíquica. Isso permite o movimento do sujeito no tempo, através da dinâmica dos processos de tradução, destradição e retradição.

Palavras-chave: temporalidade, tempo, tradução, Laplanche, psicanálise.

The psychoanalytic approach to time in Laplanche

Abstract

In this article, we aim to present and discuss Jean Laplanche's work on the concept of truly human temporality. To achieve this, we focus on his texts dedicated to this topic, namely *Le temps et l'autre* [Time and the other] (1991) and *Temporalité et traduction : pour une remise au travail de la philosophie du temps* [Temporality and translation: for a return to the question of the philosophy of time] (1989), both published in the book *La révolution copernici-*

enne inachevée, from 1992. Laplanche's theoretical approach involves revisiting Freud's theory of temporality. From this return point, Laplanche presents his thoughts and reflections on the subject of the temporality of human beings. Thus, we suggest that the insertion of the subject into its own temporality is only possible through the intervention of the other of the original situation, responsible for establishing the starting point of the transla-

tion processes. According to Laplanche, what enables the subject's movement through time is primarily the dynamics of the translation, detranslation, and retranslation processes.

Keywords: temporality, time, translation, Laplanche, psychoanalysis.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As perguntas que guiam a escrita deste artigo são as seguintes: como se dá a leitura do tempo de Jean Laplanche face às teorias de Freud sobre o assunto? Como ele, a partir das reflexões freudianas, apresenta suas próprias hipóteses sobre o que é o tempo para a psicanálise?

Nesta pesquisa, procuramos mostrar como Laplanche trabalha a noção de tempo em Freud a partir da teoria da sedução generalizada (TSG), tendo como base os textos *Le temps et l'autre* [O tempo e o outro] (1991) e *Temporalité et traduction: pour une remise au travail de la philosophie du temps* [Temporalidade e tradução: por um retorno ao trabalho da filosofia do tempo] (1989), ambos publicados no livro *La révolution copernicienne inachevée*, de 1992.

Sabemos que são abundantes, dentro da psicanálise, os trabalhos dedicados à temporalidade, embora não pretendamos nos ater a eles. Entretanto, como foi escrito, nosso recorte metodológico visa apresentar reflexões sobre o tempo humano a partir da teoria da sedução generalizada. Começamos por destacar alguns pontos principais para pensar no tempo proposto por Freud a fim de apresentar, em seguida, os comentários de Laplanche sobre o tempo freudiano — movimento de retorno necessário, como veremos, para que Laplanche lance suas próprias hipóteses fundamentais.

1. FREUD, O TEMPO E A ATEMPORALIDADE

Consideramos que a obra de Freud é atravessada pela noção de tempo em diversos aspectos. Mas, ainda assim, a ideia de uma temporalidade não recebeu dele elaborações teóricas pormenorizadas e sistematizadas, se compararmos com o trabalho dedicado a outros termos. É na defesa de uma *atemporalidade* do inconsciente que Freud desenvolve grande parte de sua teoria — e, como veremos, sua noção de tempo surge exatamente como suporte para justificar o funcionamento atemporal do inconsciente.

Desde os textos mais iniciais, como o *Projeto para uma psicologia científica* (1895), e até mesmo em textos posteriores, como *O início do tratamento* (1913), a ideia de uma atemporalidade inconsciente está presente. Nesses escritos, Freud (1950[1895] /1995; 1913/2010) defende que o sistema inconsciente não funciona a partir de um tempo cronológico, pelo contrário: os processos inconscientes se organizam, segundo ele, de forma independente de uma cronologia, independente de uma concepção precisa e organizada que situa os acontecimentos do passado, do presente e do futuro.

Sobre essa independência de uma organização temporal linear do inconsciente, consideramos ser válido mencionar *O mal-estar na civilização* (1930) para complexificar um pouco mais a nossa discussão inicial. Freud (1930[1929] /2010) descreve, nesse texto, a cidade de Roma — as suas sucessivas construções ao longo do tempo, os seus vestígios, o seu passado desvelado por escavações — como metáfora para o funcionamento do psiquismo. O psiquismo possui essa capacidade de conservação do passado: os resquícios psíquicos, suas marcas e inscrições, continuam a produzir efeitos posteriores sobre a vida psíquica dos sujeitos. Mesmo que, assim como as construções de Roma, o psiquismo possa vir a ser afetado por “interferências destruidoras” (p. 23), a manutenção de tais resquícios do passado é “antes a regra do que a surpreendente exceção” (p. 24).

Já em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud compara o tempo inconsciente ao tempo dos processos conscientes: segundo ele, a atemporalidade só faria sentido se fosse comparada a um tempo perceptivo-consciente (Freud, 1920/2010). Isto torna-se relevante se considerarmos que a concepção de uma atemporalidade inconsciente sustenta, de forma importante, as elaborações teóricas propostas por Freud. Podemos observar essa importância, por exemplo, quando ele sugere que, na experiência terapêutica com o analisando, o analista se comporte “tão ‘atemporalmente’ quanto o inconsciente mesmo, se quiser aprender e alcançar algo” (Freud, 1918[1914] /2010, p. 18).

Tal forma de compreender o funcionamento inconsciente determina, de maneira considerável, não só a compreensão dos processos inconscientes e das suas operações, mas também a dinâmica da própria situação analítica, sendo o inconsciente e a sexualidade o seu material de trabalho por excelência — a sua especificidade, conforme indica Laplanche (1991/1992). Diante de tais aspetos iniciais do tempo dentro da proposta freudiana, partiremos para as principais considerações apresentadas por Laplanche.

2. COMENTÁRIOS DE LAPLANCHE A PARTIR DA NOÇÃO DE TEMPO EM FREUD

Laplanche (1991/1992) destaca que há em Freud uma espécie de divisão no trabalho sobre a temporalidade humana. Segundo ele, existem duas teorias freudianas sobre o tempo: a primeira, que designa teoria *implícita* do tempo, quando Freud trata de um tempo a nível histórico, o que, segundo Laplanche, está ilustrado em *Totem e tabu* (1912–1913); e a segunda, uma teoria *explícita* do tempo cujo delineamento é feito para defender a atemporalidade do inconsciente, conforme introduzimos neste artigo.

É no texto *Nota sobre o “bloco mágico”* (1925) que está presente, de acordo com Laplanche (1991/1992), a maior parte da explicitação freudiana do tempo. Freud (1925/2011) pensa no funcionamento do aparelho Pcp-Cs como análogo a um bloco mágico. Resumidamente, o bloco mágico se trata de um dispositivo que serve para fazer anotações que podem ser facilmente apagadas mediante a renovação da sua superfície, o que possibilita que sejam feitas novas anotações. Entretanto, ao se iluminar adequadamente a superfície do bloco mágico, é possível verificar que os traços anteriormente feitos ainda se mantêm marcados nela, bem menos perceptíveis, demandando uma análise mais minuciosa para serem vistos, embora estejam ali. O bloco mágico, portanto, serve de analogia ao funcionamento do tempo — um tempo perceptivo, diz Freud — característico do sistema Pcp-Cs.

O sistema Pcp-Cs é responsável por acolher as percepções externas: ele recebe os estímulos da exterioridade, mas, por si só, não é capaz de conservar tais percepções de forma duradoura. Os traços considerados duradouros (como as lembranças mais antigas, a memória etc.) são, em teoria, recolhidos pelo sistema inconsciente (Ics), que está situado abaixo, como prolongamento estrutural do sistema Pcp-Cs. Ou seja,

A Abordagem Psicanalítica do Tempo em Laplanche

esses sistemas são, para Freud (1925/2011), “*separados, mas inter-relacionados*” (p. 272); o sistema Pcp-Cs é *permeado* pelo sistema Ics. Para Freud, o Ics possui inervações de investimento que se estendem e recolhem as percepções externas do sistema Pcp-Cs “em breves abalos periódicos” (p. 273). Nesse seguimento,

É como se o inconsciente, através do sistema Pcp-Cs, estendesse para o mundo exterior antenas que fossem rapidamente recolhidas, após lhe haverem experimentado as excitações. Assim, as interrupções que no Bloco Mágico acontecem a partir de fora se dariam pela descontinuidade da corrente de inervação, e no lugar de uma verdadeira suspensão do contato haveria, em minha hipótese, a periódica não excitabilidade do sistema perceptivo. *Também conjecturei que esse funcionamento descontínuo do sistema Pcp-Cs estaria na origem da ideia de tempo.* (Freud, 1925/2011, p. 274, ênfase acrescentada)

É justamente sobre o aspecto rítmico e descontínuo do aparelho perceptivo (Pcp-Cs) em Freud, de abertura e fechamento periódicos, que Laplanche (1991/1992) tece suas primeiras reflexões no artigo *Le temps et l'autre*. Esboçamos alguns desses comentários a seguir.

O primeiro comentário desenvolvido por Laplanche (1991/1992) parte da seguinte ideia: ligar a *percepção do tempo* a um *funcionamento periódico e rítmico do tempo* seria deduzir a *consciência do tempo* a partir da consciência do funcionamento de um aparelho *sobre* o tempo. Se o tempo linear é derivado de outro tempo, um tempo rítmico, que mescla interrupção e ligação com a exterioridade para se tornar o tempo perceptivo descrito por Freud (1925/2011), essa dedução funcionaria, segundo Laplanche (1991/1992), como uma espécie de duplicidade: não se trata só de uma noção de tempo perceptivo, mas do *tempo do tempo*, isto é, o ritmo.

Para termos consciência do tempo, é preciso que haja esta dobra rítmica: interrupção e conexão, claro e escuro. Laplanche (1991/1992), portanto, está de acordo com Freud (1925/2011) aqui: é o funcionamento descontínuo do sistema Pcp-Cs, esse apagar/acender do sistema perceptivo, que torna possível perceber o tempo, nunca plenamente linear, mas sempre rítmico. O tempo linear, conclui-se logicamente, é uma construção posterior, derivada da conexão entre os pedaços descontínuos de tempo.

A novidade trazida por Laplanche (1991/1992) é que a imagem freudiana das antenas ou tentáculos do sistema Pcp-Cs revela o perigo de conceber o mundo consti-

tuído a partir de um sujeito narcísico. A percepção do mundo está ligada à extinção periódica da excitação, ao fechamento rítmico oposto à ação do que é externo. O ser vivo precisa cortar esse excesso de mundo, de percepção, para que possa se constituir.

Nesse ponto de sua argumentação, fica a impressão de um aspecto fundamental a se desenvolver: a íntima relação entre o sexual e o tempo. É possível levantar uma hipótese: o excesso de percepção não diz respeito ao “mundo”, mas, sim, ao sexual, ao excesso de excitação proveniente do outro. É desse excesso que precisamos nos defender [*retranchement*], por assim dizer, na trincheira do não-percebido, cujo paradigma é o sono. Com isso, concluímos que o outro adulto é quem dita o ritmo no início do processo de constituição do sujeito, nos modos a partir dos quais ele intervém.

O segundo comentário que elegemos de Laplanche a respeito dessa noção de tempo na teoria freudiana, é o de que o modelo de tempo perceptivo proposto por Freud (1925/2011) não dá conta de explicar a complexidade do tempo humano, do humano que teoriza sobre o mundo e sobre si mesmo, que auto teoriza e historiciza o si mesmo (Laplanche, 1987/1992). O tempo freudiano proposto a partir do aparelho perceptivo é, segundo Laplanche (1991/1992), profundamente rudimentar e possui aplicabilidade para pensar na noção de tempo em outros seres e organismos muito menos complexos que o ser humano — um tempo que não se aplica, portanto, a seres nos quais opera a complexa dinâmica do psiquismo e da intervenção precoce e radical do outro. Essa espécie de “deslize” mecanicista e biologicista é indicada por Laplanche em diversos momentos da obra freudiana. Não à toa que, segundo Laplanche (1991/1992), a comparação feita por Freud para pensar no aparelho perceptivo gira em torno de pseudópodes e antenas, gira em torno de uma percepção de tempo pouco complexa.

O terceiro comentário que desejamos apresentar — e, talvez, o primordial, se considerarmos as demais elaborações laplancheanas — questiona a centralidade que é colocada sobre o próprio sujeito para explicar não só a constituição e o funcionamento do inconsciente na obra freudiana, mas também a própria noção de tempo: ambos estariam centrados em um sujeito que se constitui a partir de um inconsciente *inato, biológico e instintual* (Laplanche, 1991/1992). Esse movimento de *extravio* daquilo que Laplanche (1992/2016) considera fundamental e indissociável — o inconsciente e a sedução — acaba por tirar de cena a centralidade do outro, a importância do primado do outro sobre a fundação do inconsciente. Há um retorno, em Freud (1925/2011), a uma teoria autocentrada, autoengendrada no próprio sujeito; uma negação, para Laplanche, da “estrangeiridade” do inconsciente.

A Abordagem Psicanalítica do Tempo em Laplanche

A crítica de Laplanche (1991/1992) à concepção de tempo em Freud se dirige, portanto, à imagem de um inconsciente que é “meu próprio fundamento”. Em vez disso, o inconsciente é, primordialmente, um “estrangeiro em mim”. Freud (1925/2011), para Laplanche (1991/1992), parece simplificar excessivamente a noção de tempo, ao colocar o *eu* numa ideia monádica, como centro da experiência do tempo, e situando a exterioridade como algo que se passa além dessa “primeira centralidade”: um inconsciente fechado sobre si mesmo; um inconsciente que, *a priori*, compõe o próprio mundo interior e, uma vez ou outra, reencontra o mundo exterior.

Laplanche (2006/2015) mostra a necessidade de descentralizar o inconsciente: este não mais ligado a uma ideia inata e centralizada de constituição, mas sim à intervenção precoce e radical do inconsciente sexual do outro. Logo, a experiência do tempo em Laplanche (1991/1992) está necessariamente calcada na figura do outro, como discutiremos mais adiante. A esse aspecto originário da constituição psíquica, Laplanche (2006/2015) denomina “Situação Antropológica Fundamental”: o confronto precoce da criança com um mundo adulto que é contaminado por mensagens inconscientes (verbais e não verbais) e que, por isso mesmo, são enigmáticas. É a partir do confronto da situação originária de sedução por parte do adulto, e do processo de recalçamento originário que a ele se segue, que ocorre a fundação do inconsciente da criança (Laplanche, 1987/1992). Segundo nos indica Laplanche (1987/1992), o sujeito não é causa de si mesmo: o sujeito é *impulsionado*.

O originário é algo que transcende o tempo, mas que, ao mesmo tempo, fica ligado ao tempo. Desenvolverei a ideia de uma situação originária que, a meu ver, deve explicar uma intervenção, um surgimento, tanto do inconsciente quanto o da pulsão, ou, então, o do aparelho anímico. (Laplanche, 1987/1992, p. 63)

O contato com a externalidade, então, ocorre entrelaçado à presença do outro da situação originária, que propõe esse movimento periódico, essa presença e ausência, esse apagar e acender da percepção do tempo. Sugerimos que a percepção de uma *continuidade* da existência, a capacidade de historicizar o si mesmo em uma narrativa mais ou menos linear, é um movimento posterior; como indicamos, é uma integração dos fragmentos periódicos do aparelho perceptivo. O que há de estrangeiro, o corpo do outro, estranho ao mundo interno do sujeito (Laplanche, 2006/2015), impregna o psiquismo. Vamos desenvolver os possíveis desdobramentos disso para o que Laplan-

che propõe como uma temporalização propriamente humana. Por ora, deixemos este primeiro indicativo: o tempo, as suas primeiras percepções periódicas, e a posterior organização dessa periodicidade em uma espécie de linearidade consistem em um trabalho que possui uma *base libidinal*. Ou seja, o tempo humano é, antes de tudo, um tempo libidinizado pelo outro.

4. TEMPO DO LUTO: PARADIGMA DA TEMPORALIZAÇÃO HUMANA?

Laplanche (1991/1992) propõe que o confronto do sujeito com a perda, o confronto do sujeito com o luto, pode ser considerado um paradigma, um modelo para pensar sobre o que seria a temporalização humana. Isso porque o luto, segundo Laplanche (1991/1992), coloca a necessidade de trabalho psíquico ao sujeito: um trabalho que exige e convoca lembranças, memórias para além da situação presente, afectando assim a duração de um tempo supostamente linear. Para elaborar tal ideia, Laplanche (1991/1992) utiliza como referência o clássico texto de Freud, *Luto e melancolia*, produzido em 1915 e publicado em 1917.

Nesse texto, Freud (1917[1915] /2010) se propõe a diferenciar o luto da melancolia. O luto é compreendido como uma reação não-patológica à perda de um objeto de investimento, uma perda que dependerá de um certo lapso de tempo para que possa se configurar uma espécie de “recuperação” do sujeito enlutado. O que é necessário que se realize durante esse “lapso de tempo”, pensando a partir de Freud? O luto demanda do sujeito um complexo tempo psíquico, porque prolonga a presença do objeto perdido por meio de lembranças, pela via de um sobreinvestimento nesse objeto. Espera-se que tal sobreinvestimento no objeto perdido possa, gradualmente, ser *desligado* pelo sujeito enlutado. O objetivo final do luto é, então, para Freud (1915), “o desprendimento definitivo da libido” (Laplanche, 1987/1993, p. 247).

Outro ponto defendido por Freud (1917[1915] /2010) é o de que esse gradual processo de desligamento dos investimentos no objeto perdido, no caso do luto, se passa mais ao lado da consciência, do que do inconsciente. Esse é um dos aspectos que servem, novamente, para diferenciar o luto da melancolia: o luto, portanto, estaria localizado mais próximo dos processos conscientes, já que, segundo Freud (1917[1915] /2010), o sujeito possuiria *consciência do objeto perdido*, enquanto a perda do objeto na melancolia, ou, mais especificamente, *aquilo que se perdeu do objeto* no sujeito melancólico, seria um conflito que se passaria, necessariamente, a nível inconsciente.

Além dos aspectos citados acima, outro aspecto que, para Freud (1917[1915] /2010), não está presente no luto, mas que, caso se fizesse presente, denotaria ao luto um caráter patológico, é o conflito de ambivalência, de amor e ódio, em relação ao objeto perdido. O conflito de ambivalência para com o objeto é, em Freud (1917[1915] /2010), situado mais ao lado da melancolia, portanto, assumindo características de um adoecimento psíquico. Soma-se a essa ambivalência, presente no sujeito melancólico, a complexidade de um jogo de identificação narcísica com o objeto perdido.

Diante das elaborações de Freud (1917[1915] /2010) para diferenciar o processo de luto da melancolia, Laplanche (1991/1992) faz a seguinte provocação: como seria possível pensar em um luto que não seja minado pelo inconsciente do sujeito, e que não produza — ou que não revele — ambivalência em relação ao objeto perdido, e, mais do que isso, que não acarrete em algum nível de identificação narcísica com o objeto? A fórmula freudiana que vincula o luto ao lado da consciência, distante das implicações da ambivalência, distante do jogo de identificação narcísica, parece demasiadamente simples para Laplanche (1991/1992). O trabalho de luto, e a temporalidade que se vincula a ele, exige um trabalho mais complexo: situado mais ao lado do inconsciente e, logo, dando a centralidade não mais ao sujeito enlutado, mas, sim, à presença do outro, à alteridade que impulsionou a fundação do próprio inconsciente, como veremos.

Neste ponto de nossa discussão, vale a pena mencionar o texto freudiano *A transitoriedade*, também produzido em 1915 e publicado em 1916, pois ele vai na mesma direção à qual Laplanche (1991/1992) nos convida. No texto em questão, Freud (1916[1915] /2010) está atento a um aspecto fundamental do processo de luto, aspecto que também é defendido por Laplanche (1991/1992): que o luto não ocorre de maneira “automática” e muito menos natural. Freud (1916[1915] /2010) compreende o luto como um “enigma”, como um processo que está muito além de um mero jogo de perda e substituição do objeto perdido. Para ele, é difícil compreender o quão doloroso pode ser não só a perda propriamente dita do objeto, mas também o luto diante da *possibilidade* de perda do objeto, diante da transitoriedade do objeto.

A partir dessa discussão, articulando Freud (1916[1915] /2010) a Laplanche (1991/1992), podemos considerar que o luto exige um trabalho que depende das possibilidades psíquicas de cada sujeito, ou seja, um trabalho que está necessariamente enredado em uma trama psíquica singular. A discussão sobre a singularidade do luto leva-nos à singularidade do próprio tempo. Como no texto de Freud, cada participante da conversa, diante dos destroços da guerra, reage de um modo distinto. O luto,

como trabalho *dinâmico* entre o antes, o agora e o depois, também é um trabalho de temporalização singular. Diante da perda, alguns sujeitos ficam como que suspensos no tempo. Outros, no entanto, conseguem isolar o acontecido para abrir espaço rumo ao novo, produzindo o futuro. Essa tarefa, insistimos com Laplanche (1991/1992), depende totalmente da relação do sujeito com sua alteridade interna. E é essa hipótese que desenvolveremos a seguir.

5. O MITO DE PENÉLOPE COMO METÁFORA AO TRABALHO DO LUTO

Para pensar em tal complexidade sobre a noção de luto em psicanálise, Laplanche (1991/1992) utiliza como metáfora a passagem de Penélope, personagem da *Odisseia* de Homero. Penélope, esposa de Ulisses, espera que seu marido volte da Guerra de Troia. Após anos de espera, e sem receber qualquer notícia de Ulisses, seu pai insiste para que ela se case novamente, tentando arranjar para ela um novo pretendente. Penélope, na esperança de manter sua espera por Ulisses, responde ao pai que só se casará novamente com outro pretendente quando terminar de tecer um grande manto. Sua estratégia, então, passa a ser a de, pacientemente, tecer o manto durante o dia e, à noite, desmanchá-lo, para voltar a tecê-lo no dia seguinte, tornando seu trabalho (praticamente) interminável.

O processo de tessitura de Penélope é, para Laplanche (1991/1992), uma metáfora para pensar sobre o processo de luto, não só como a estratégia de uma esposa que deseja esperar por seu marido e despistar os novos pretendentes, mas também, e principalmente, como metáfora ao modo do *trabalho de luto*. Para realizar sua tessitura, Laplanche (1991/1992) aponta, era necessário que Penélope posicionasse os fios, organizasse-os em um tear e exercesse sobre eles um *trabalho* durante o dia, para, enfim, desmanchá-lo durante a noite, para poder novamente, no dia seguinte, tecê-los de outra forma. O que Laplanche (1991/1992) parece indicar com essa metáfora? Que Penélope, ao contrário do que propõe Freud (1917[1915] /2010), não “desliga”, não rompe e nem se desfaz dos fios de investimento que se vinculam à figura de seu esposo Ulisses enquanto objeto perdido: ela desfaz e refaz uma nova trama, a partir dos fios dos quais dispõe. Laplanche (1991/1992) acrescenta ainda que Penélope, com seus fios, os desenrola pacientemente para poder recompô-los de outra maneira. Esse trabalho adicional é noturno, *longe da clareza consciente com que Freud afirma que se quebra os fios um a um*. Este trabalho requer tempo, é repetitivo.

Laplanche (1991/1992) aponta, então, para esse trabalho de luto, que não se passa a nível consciente, como proposto por Freud (1917[1915] /2010), mas, sim, a nível inconsciente — um trabalho que é marcado pela repetição, como diz Laplanche (1991/1992). Entretanto, espera-se que, em algum momento, a nova tessitura se torne um pouco mais duradoura, que demande cada vez menos trabalho. Ademais, salientamos que esse trabalho sobre a trama necessariamente está relacionado àquilo que é originário nos sujeitos. Os fios que permitem esse *remontar*, que dão condições para que ocorra esse movimento de *retercer*, provêm daquilo que é próprio do humano: a alteridade. Ou seja, está em jogo a presença das mensagens provenientes do outro, implantadas no psicossoma da criança desde a situação originária, e cujo resto não traduzido vai para o inconsciente, que se engendra no luto do objeto perdido.

O processo de luto, portanto, possui uma relação evidente com a perda do objeto. Mas, o que Laplanche (1991/1992) aponta é que a situação do luto não se limita à perda *por si só*; a perda, necessariamente, remonta à história de vida, à trama psíquica do sujeito enlutado, que, como mostraremos a seguir, não envolve somente o outro perdido, mas também o outro da situação originária. Diante disso, concluímos que é necessário um superinvestimento no objeto perdido, mas não no sentido de realizar esse gradual desligamento dos investimentos, como foi proposto por Freud (1917[1915] /2010). É preciso sobreinvestir no sentido de realizar um modo de meditação, um *trabalho meditativo sobre a perda* (Laplanche, 1991/1992). Isso porque a perda coloca radicalmente o sujeito diante da necessidade de um trabalho que envolve considerar a ausência do ente perdido, mas também reorganizar-se perante a ausência do objeto perdido com os fios que se integram na sua memória e sua história de vida.

Parece que Laplanche (1991/1992) indica novamente a importância de pensarmos mais próximos da demanda de um *trabalho psíquico*, da necessidade de que o sujeito em luto possa se *reorganizar* narcisicamente, incorporando a perda na tentativa de, a partir disso, poder projetar novas possibilidades de existência: traduzir, destraduzir e retraduzir. E é nesse ponto que Laplanche (1991/1992) sugere uma semelhança entre o trabalho de luto e o processo analítico, pois ambos convocam um trabalho, uma reorganização por parte do sujeito. Entretanto, o processo analítico, para Laplanche (1991/1992), é considerado “mais profundo”, pois utiliza um método específico que se propõe, exatamente, a tentar desfazer traduções excessivamente sintomáticas e produzir novas retraduições, talvez, menos sintomáticas.

Conforme vimos, o luto possui suas especificidades, assim como possui o proces-

so analítico. Mas a semelhança entre ambos parece nos mostrar que há *algo de próprio do humano* nesse movimento de tradução, destradição e retradição (Laplanche, 1991/1992). Esse movimento, conforme elucidaremos no tópico a seguir, parece ser a tarefa — no sentido de uma *exigência* de trabalho psíquico — à qual todo sujeito, diante de um outro, está submetido, desde os momentos iniciais.

6. TRADIÇÃO, DESTRAÇÃO E RETRAÇÃO EM SUA EQUIVALÊNCIA COM O PROCESSO DE TEMPORALIZAÇÃO

A cena que propomos para refletir mais atentamente sobre o tempo humano é a cena de um adulto diante de um recém-nascido. Tal cena, em Laplanche (2006/2015), é duplamente assimétrica: em primeiro lugar, assimétrica porque o adulto veicula ao recém-nascido, através de seus investimentos e cuidados, mensagens comprometidas, contaminadas, por seu inconsciente sexual e que, por isso mesmo, são enigmáticas. Em segundo lugar, a assimetria é do adulto em relação a si mesmo, em relação a seu próprio inconsciente, o que se deve ao facto de que seu inconsciente também é marcado e constituído por uma alteridade radical e que é transmitido ao recém-nascido para além do seu controle. Ou seja, a situação de passividade da criança diante do adulto reativa a situação de passividade que, outrora, o próprio adulto já viveu (Laplanche, 2006/2015).

Levamos em conta, então, que é o sexual do adulto que ocupa lugar de primazia nessa cena e que o recém-nascido possui uma abertura absoluta em relação a essa estrangeiridade do adulto (Laplanche, 1992/2016). Quais as consequências disso para pensarmos no tempo humano? Retomando nossas considerações sobre os momentos iniciais de vida, e pensando junto com Laplanche (1987/1992) e a teoria da sedução generalizada, o outro adulto da cena descrita é a presença necessária para que, gradualmente, a criança possa se constituir psiquicamente. O outro adulto e sua sexualidade inconsciente, como mencionamos, têm primazia e centralidade na constituição psíquica de todos os sujeitos. Mas também — e essa será, mais especificamente, a proposta de Laplanche para pensarmos no tempo humano — a presença do outro é fundamental para que o sujeito possa vir a se integrar em relação ao tempo, a experimentar o tempo e o seu movimento, a experimentar o que compreendemos como uma capacidade de temporalização humana (Laplanche, 1989/1992a). Ou seja, a presença do outro é, ao mesmo tempo, excitante e continente para a criança.

Isso porque Laplanche (1987/1992) propõe a ideia de que o processo tradutivo e destradutivo é impulsionado pelo outro adulto, desde e a partir dos cuidados iniciais. Mas, paralelamente a isso, o processo de tradução e destradução em Laplanche (1991/1992) é pensado como a entrada do sujeito no movimento do tempo, aspecto que será tratado com mais atenção em seguida. Ou seja, os investimentos iniciais do outro adulto, e a conseqüente transmissão de mensagens que vão no sentido adulto-criança, lançam o *infans* em direção a um primeiro “a traduzir”. A tradução é a porta de entrada do sujeito no movimento do tempo, diz-nos Laplanche (1991/1992). Chegamos à ideia de que, sem a intervenção do outro, não é possível que haja a inscrição ou o ingresso em uma temporalidade humana.

Quando falamos de um primeiro “a traduzir”, somos remetidos ao que Laplanche (1991/1992) considera como sendo a *base do processo de temporalização*: o inconsciente. Como apontamos anteriormente, o adulto que investe nos cuidados de uma criança está transmitindo, inconscientemente, toda uma complexidade de mensagens. Essa situação de assimetria na relação adulto-*infans* acaba por impelir a criança ao processo de tradução. Com isso, compreendemos que o início do processo tradutivo se dá, então, diante de uma *necessidade* de tradução. Como consideramos que se dá esse movimento, ainda tendo como suporte a teoria laplancheana?

Como vimos, o adulto transmite a mensagem enigmática (comprometida por sua própria sexualidade inconsciente), facto que exige da criança um primeiro momento de tentativa de tradução. A criança, no entanto, não detém qualquer recurso para traduzir essas mensagens, o que faz com que as tentativas de tradução sejam fracasadas, falhas, deixando restos que não puderam ser traduzidos e que são recalçados (Laplanche, 1987/1992). Consideramos esse processo de recalçamento dos restos não traduzidos e não metabolizados como um primeiro tempo do recalçamento, o recalçamento originário, cenário que acaba por fundar o inconsciente (Laplanche, 1987/1992).

A atuação do recalçamento originário, todavia, caracteriza apenas o que Laplanche (1987/1992, p. 139) designa um “momento primeiro e fundante de um processo que dura a vida toda”. Isso implica dizer que a proposta tradutiva de Laplanche não deve ser compreendida como uma espécie de aquisição progressiva das capacidades tradutivas, a tal ponto que a tradução possa vir a ser completa e bem-sucedida. A essência da mensagem veiculada pelo outro é ser *enigmática* e, portanto, sempre deixará algum resto que não pôde ser traduzido e deve ser, como foi escrito atrás, recalçado.

Diante do necessário fracasso nas primeiras tentativas de tradução e da gradual aquisição de alguns recursos tradutivos (que são códigos próprios não só do meio intrafamiliar, mas também do meio cultural, transmitidos pela figura do adulto), a criança pode realizar melhores traduções para os enigmas que foram transmitidos pelo próprio adulto. Com isso, consideramos que o inconsciente representa para o sujeito uma fonte inesgotável de demanda de uma melhor tradução (Laplanche, 1991/1992). Isso porque o inconsciente nunca poderá ser traduzido perfeitamente, nem mesmo em sua totalidade.

Com isso, depreendemos que o movimento de temporalização humana, o movimento de tradução, destradição e retradição (Laplanche, 1991/1992), será necessário durante toda a existência. Como discutimos, o sujeito é, desde a sua origem, colocado num lugar em que é necessário se movimentar no sentido de reinventar e reinvestir a vida psíquica (Laplanche, 1987/1992). Retomando a metáfora de Penélope, a tessitura será feita e refeita incessantemente, de forma mais ou menos duradoura, mais ou menos sintomática. Para pensarmos nesse aspecto, serve-nos novamente de exemplo a situação analítica que consiste, para Laplanche (1987/1992), em desfazer, destraduzir uma tradução já existente — e talvez sintomática — para encontrar uma melhor tradução, talvez menos sintomática, que produza, assim, menos sofrimento.

O que entendemos como parte fundamental da cura analítica, ainda pensando junto com Laplanche (1991/1992), é o contato com algo que marca de forma fundamental a vivência humana: a possibilidade de temporalização das experiências — a capacidade de se temporalizar, queremos dizer, temporalizar a si mesmo, diante das experiências. O que diz respeito a uma temporalidade da cura na situação de análise encontra ressonâncias e desdobramentos, portanto, no que há de próprio na temporalidade humana (Laplanche, 1991/1992).

O sujeito se projeta para o futuro, segundo Laplanche (1991/1992), porque ele não só teoriza sobre o mundo, mas também auto teoriza, se traduz a si mesmo, especialmente se pensarmos em situações que o convocam para esse trabalho — situações como a análise e o luto, como referimos anteriormente. Laplanche (1991/1992) diz que essas situações podem funcionar como possibilidade de questionar as presentes traduções, destraduzi-las à medida que o sujeito remonta e retoma o passado. Esse trabalho é o que pode permitir a operação de melhores traduções em cima do passado. Laplanche (1987/1992, p. 64) lembra-nos que “todo *movimento* consiste em reabitar, ou, se quisermos, reinvestir a vida psíquica no seu conjunto por motivações sexuais em grande parte inconscientes”.

A partir de tais aspectos, podemos pensar que o movimento de temporalização não é, para Laplanche (1991/1992), compreendido a partir de uma unilateralidade da flecha do tempo, que vai no sentido passado-presente-futuro, mas, sim, a partir de uma inversão nessa flecha do tempo unilateral. Consideramos, com Laplanche (1991/1992), que o tempo funciona dentro dessa “flecha do tempo invertida”, que se apresenta como *presente-passado-futuro*. Nessa forma de compreender o movimento do tempo, há a pressuposição de *algo* que já foi integrado pelo sujeito através dos processos tradutivos. Há, portanto, a pressuposição de que o tempo humano só pode ser experienciado após a interferência do outro. Concluimos que a experiência do tempo não é, portanto, individual e privada, se pensarmos a partir do modelo proposto por Laplanche (1991/1992).

Como vimos, o tempo laplancheano é considerado um movimento que foi, em um primeiro momento, impulsionado. Impulsionado pelo outro da situação originária, que instaura o que Laplanche (1991/1992, p. 331) chama de um “a traduzir primordial”, que é o inconsciente. Espera-se que, gradualmente, as novas traduções feitas pelo sujeito venham a cobrir esse arcaico “a traduzir” (Laplanche, 1991/1992). Cobrir, no entanto, não deve ser entendido como sinônimo de esgotar a demanda de tradução proveniente do inconsciente.

Se pensamos, retomando a citação de Laplanche (1987/1992, p. 63), que “o originário é algo que transcende o tempo, mas que, ao mesmo tempo, fica ligado ao tempo”, somos levados à conclusão de que o *tempo propriamente humano*, ou seja, o tempo na análise, o tempo do luto, não respeita e não se adequa a um tempo lógico. Quando falamos de um tempo humano, estamos falando, portanto, de um tempo elaborativo, que envolve o tecer e destecer de uma trama psíquica. Sendo assim, inferimos que, a esse tempo humano, não cabem as tentativas de enquadramento a um tempo cronológico, apesar de entendermos, como foi escrito antes, que ambos podem estabelecer íntima relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos organizar as principais contribuições de Laplanche para a reflexão sobre o tempo, tendo como foco os movimentos teóricos que foram desenvolvidos principalmente em dois textos do livro *La révolution copernicienne inachevée*. Ao longo de nossa explanação, mostramos que as elaborações feitas por La-

planche para a discussão sobre a temporalidade humana partem daquilo que Freud elaborou sobre o tempo. Indicamos que é na advertência que Laplanche (1991/1992) faz a Freud que fica evidente sua principal linha de raciocínio: o *eu* não pode ser considerado o centro da experiência temporal. É o outro da situação originária quem se “encarrega”, inconscientemente, de impulsionar o recém-nascido para o que ele chamou de uma *temporalidade propriamente humana*.

Laplanche (1991/1992) articula fortemente a noção de temporalidade à experiência psíquica da tradução-destrução-retradução, tomando o luto como modelo paradigmático. A temporalidade humana, assim como o luto, se articula à relação intrínseca entre o *eu* e o outro da situação originária. Com isso, concluímos que esse é o movimento copernicano de Laplanche: trazer o tempo para a experiência libidinal do sujeito.

REFERÊNCIAS

- Freud, S. (1995). *Projeto de uma psicologia* (O. F. Gabbi Júnior, Trad.). Imago. (Trabalho original produzido em 1895 e publicado em 1950).
- Freud, S. (2010). A transitoriedade. In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 247–252). Companhia das Letras. (Trabalho original produzido em 1915 e publicado em 1916).
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 161–239). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 13–160). Companhia das Letras. (Trabalho original produzido em 1914 e publicado em 1918).
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 170–194). Companhia das Letras. (Trabalho original produzido em 1915 e publicado em 1917).
- Freud, S. (2010). O início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 163–192). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).

A Abordagem Psicanalítica do Tempo em Laplanche

- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 13–123). Companhia das Letras. (Trabalho original produzido em 1929 e publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). Nota sobre o “bloco mágico”. In P. C. Souza (Ed. & Trad.). *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 16, pp. 267–274). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- Laplanche, J. (1992). Le temps et l'autre [O tempo e o outro]. In J. Laplanche. *La révolution copernicienne inachevée : travaux 1967–1992* (pp. 359–384). Aubier. (Trabalho original publicado em 1991).
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise* (C. Berliner, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1992a). Débat à propos de « *Temporalité et traduction* » [Debate acerca de “*Temporalidade e tradução*”]. In J. Laplanche. *La révolution copernicienne inachevée : travaux 1967–1992* (pp. 337–354). Aubier. (Trabalho original publicado em 1989).
- Laplanche, J. (1992b). Temporalité et traduction : pour une remise au travail de la philosophie du temps [Temporalidade e tradução : por um retorno ao trabalho da filosofia do tempo]. In J. Laplanche. *La révolution copernicienne inachevée : travaux 1967–1992* (pp. 317–336). Aubier. (Trabalho original publicado em 1989).
- Laplanche, J. (1993). *Problemáticas: Vol. 5. A tina: a transcendência da transferência* (P. Neves, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000–2006)* (V. Dresch & M. Marques, Trans.). Dublinense. (Trabalho original publicado em 2006).
- Laplanche, J. (2016). A revolução copernicana inacabada (M. Deweik & M. L. C. Costa, Trans.). *Percurso*, (56/57). http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1212&ori=edicao (Trabalho original publicado em 1992).

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

Livia Nogueira Pellizzoni

Potiguar University, Brazil - livianogueira.adm@gmail.com

Cristine Hermann Nodari

Potiguar University and Feevale University - cristine.nodari@gmail.com

Abstract

The study of Social Innovation Ecosystems (SIE) has been gaining importance in several areas of knowledge, given their effects in combating social, environmental and economic problems. In view of this, the importance of the interaction of the different actors that compose it becomes the central theme of this study, from a perspective of co-creation

of value. Therefore, this research, through a case study, aimed to present propositions that point out the predisposition of an SIE to the value of co-creation. In this way, the study aims to contribute theoretically to the study area and provide elements that contribute to the analysis of SIE.

Keywords: Social innovation ecosystem, value co-creation, propositions, Cariri.

Propostas para um Ecosistema de Inovação Social Predisposto para a Co-Criação de Valor

Resumo

O estudo dos Ecosistemas de Inovação Social (EIS) tem vindo a ganhar importância em diversas áreas do conhecimento, dados os seus efeitos no combate a problemas sociais, ambientais e económicos. Face a isto, a importância da interação dos diferentes atores que o compõem torna-se o tema central deste estudo, numa perspectiva de co-criação de valor.

Assim, esta pesquisa, através de um estudo de caso, teve como objetivo apresentar propostas que destaquem a predisposição de um EIS para a co-criação de valor. Desta forma, o estudo visa contribuir teoricamente para a área de estudo e para fornecer elementos que contribuam para a análise dos EIS.

Palavras-chave: Ecosistema de inovação social, co-criação de valor, propostas, Cariri.

1. INTRODUCTION

The notion of an ecosystem originates from ecology and was introduced by Tansley in 1935 in the pursuit of elucidating how biological communities comprising plants and vegetation influence and are influenced by their surroundings. In the realm of social theory, the term began to gain traction in the 1990s through Moore's utilization, presenting an integrative lens to understand an economic community constituted by a network of organizations and individuals, alongside the environment in which they operate, with the objective of fostering the development of valuable products for stakeholders.

From this vantage point, organizations collaborate and compete, co-evolving knowledge to drive innovations aimed at meeting customer needs (Moore, 1993). Thus, the concept of an ecosystem underscores the interdependence among organizations, alongside the organic nature of interactions among participants, fostering novel avenues for specialization, co-evolution, and value co-creation (Autio & Thomas, 2022; Thomas & Autio, 2012).

In the sphere of Social Innovation (SI), literature on Social Innovation Ecosystem (SIE) remains relatively nascent and sparse, yet it has garnered attention from SI scholars who utilize the ecosystem metaphor to elucidate the multifaceted dimensions characterizing the SI landscape, thereby contributing to a deeper understanding of the SI environment in scholarly discourse (Domanski et al., 2020; Granstrand & Holgersson, 2020). Moreover, this discourse has shed light on the notion of an integrative environment conducive to the advancement of social innovations and scholarly deliberation, aiming to elucidate mechanisms for the adoption, diffusion, or replication of these initiatives (Howaldt et al., 2016; Moulaert, 2013).

Given these insights, there arises a necessity to enhance comprehension regarding the process of value co-creation among actors and delineate the foundational pillars underpinning collaborative dynamics among them. Thus, this research aimed to present propositions that guide the analysis of the predisposition for the co-creation of value among the actors of an SIE, in the Cariri Cearense region, Brazil. To this end, it was necessary to characterize the Cariri ecosystem as an SIE and analyze how co-creation appears between the actors of the Cariri SIE.

2. BACKGROUND

2.1 Social Innovation Ecosystem

In a seminal article on the subject, Blomm and Dees (2008) argue that making ecosystem change more systematic requires the mapping of actors, environmental conditions, and the relationships between them. This mapping begins with defining the intended social transformation, delineating the theory of social change, and subsequently identifying the components that constitute the ecosystem.

Echoing Granstrand and Holgersson's (2020, p.3) definition of innovation ecosystem, which posits it as an "evolving set of actors, activities, and artifacts, along with the institutions and relationships, including complementary and substitute relationships, that are crucial for the innovative performance of an actor or a population of actors," Bloom and Dess (2008) present a similar definition regarding an SIE. They suggest that social actors within an ecosystem context "seek assistance from some individuals and organizations, assist others, defend against threats from others, and compete with others" (Bloom & Dees, 2008).

Identifying the various actors that can comprise an SIE and considering the basic innovation ecosystem model proposed by Adner and Kapoor (2010), we derive an SIE structure in which resource providers or promoters constitute the components, allies or supporters serve as complements, the social entrepreneur or internal core forms the core institution, and beneficiaries, affected parties, or influential observers represent the clients.

Regarding the interrelationships between actors, the mapping process underscores the necessity for governance centered on sustainability, advocating self-organization, intersectoral cooperation, and network formation in the generation of new knowledge (Howaldt et al., 2015). Thus, the study proposes *Proposition 1: The quality of governance and organizational systems within the "core institution" and the level of trust of the SIE in this institution directly impact the development of value co-creation among actors.*

Considering that SIEs both influence actors and are influenced by them (Bloom & Dees, 2008), the establishment of collaborative spaces facilitating successful partnerships between actors becomes pivotal for the ecosystem's sustainability and coordinated provision of solutions to social issues (Triyanti et al., 2017). In light of these conditions, *Proposition 2 emerges: The development of an SIE fosters an environment*

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

conducive to creating shared value for social actors.

Grounded in these propositions, we can examine the effective actions of actors and their effects on the equilibrium of the SIE. Thus, understanding the conditions conducive to value co-creation among actors becomes imperative.

2.2. Value Co-Creation in the Context of Social Transformation

Value is comprehended through three dimensions: value in use, pertaining to the functionality of a product in fulfilling the owner's needs or desires; exchange value, encompassing the monetary worth associated with acquiring the product; and esteem value, which accounts for the subjective associations that ownership of a particular product can evoke (Griffith & King, 2003). Concerning esteem value, Grohs et al. (2020) delineate various perspectives on value, as illustrated in Table 1.

Table 1
Value Perspectives

Value	Definition	Author
Cultural	Knowledge with historical or social significance acquired through favorable social conditions that allow internalization, development of skills, tastes or dispositions.	Bourdieu (2013)
Hedonic	Emotionally intense experiences, highly memorable and enjoyable experiences based on personal interactions.	Babin et al. (1994)
Social	Generation of knowledge in a network, through exchanges and recognition that trigger a creative response to solve social problems.	Bourdieu (2013) Sinkovics et al. (2014)
Status	Favorable reputation based on praise or prestige for performing an action	Bourdieu (2013) Figueiredo & Scarboto (2016)
Economic	Financial gain due to the usefulness and functionality of the action.	Babin et al. (1994)

Source: Adapted from Grohs et al., 2020.

Social value represents an expanded metric of value capable of yielding benefits related to social and environmental enhancement as well as poverty alleviation. Ac-

According to Raiden et al. (2019, p. 17), social value pertains to the “social impact that any organization, project, or program has on the lives of stakeholders affected by its activities.”

For Vargo and Lusch (2008), value is singular and phenomenologically derived from the beneficiary’s perception. Consequently, value is inherently multidimensional, as it may hold varying significance for different actors both within and across networks (Kolyperas & Sparks, 2018). Therefore, it is imperative to identify the types of value pertinent to actors within an ecosystem to nurture social innovation (Cajaiba-Santana, 2014). Hence, we propose *Proposition 3: Co-creation is intertwined with the multiplicity of value perceptions, each assuming a unique and multidimensional character for every actor, thus imbuing relevance to their actions and fostering SI.*

Moreover, within a communal context where multiple actors collaborate to drive social transformation, value generation entails actors’ involvement in processes capable of influencing market practices (Kjellberg & Helgesson, 2006). This involvement correlates with market learning capabilities, which afford actors the opportunity to shape and mold (new) markets, consequently engendering value and facilitating social transformation.

Hence, the first aspect implies the presence of a network structure comprising diverse stakeholders, with the aim of cultivating and sustaining connections and links among actors. This fosters an environment conducive to resource exchange and collaborative generation of social value. The second capability revolves around market practices, focusing on the formulation of market-oriented strategies to identify opportunities (Sigala, 2016, 2019). Lastly, the third capability pertains to market images, wherein images are constructed as the collective interpretations and understandings of actors regarding the impact of their actions and the market within which they operate (Sigala, 2019).

These capabilities facilitate the interconnection of social actors and the co-creation of value for social transformation by instigating changes in market dynamics and the inception of novel markets. Table 2 provides a concise overview of the essential capabilities for co-creation, along with analysis dimensions and primary actors involved.

Table 2

Market Learning Capabilities to Create Value and Transformation

Capabilities	Dimension	Description	Author
Network structure (Share capital)	Structural Capital	Types of connections between actors, communication, frequency of contact and mobilization of resources.	Burt (1992)
	Relational Capital	Quality of personal relationships between actors, considering trust, respect, reciprocity.	Granovetter (1992)
	Cognitive Capital	Degree of engagement, sharing of meanings and knowledge in a community, as well as its replication to other actors.	Nahaniel & Ghoshal (1998)
Market practices	Knowledge and market exchanges	Establishment of exchange of market knowledge between actors and the search for longitudinal, collaborative and reciprocal opportunities.	Storckaba & Nenonen (2011a,2011b)
Market images	Social Normalization	Process of gradual acceptance of behaviors and activities developed in a network by society, replacing other activities that were previously developed and considered normal.	Rettie et al. (2011)
	Consumer Culture	How ideologies are used to direct consumption behaviors, choices and meanings	Arnould (2006); Arnould & Thomson (2005)
	Social Practice	It associates consumer behavior with specific socio-cultural, spatio-temporal and material configurations through the dissemination of material infrastructure, skills development and social acceptability.	Holttinen (2013)

Source: Adapted from Sigala (2016, 2019).

With this comprehension, *Proposition 4 ensues: Co-creation is propelled by the capacity to glean insights from the market, thus catalyzing social transformation.* Consequently, this learning necessitates actors to engage in longitudinal, collaborative, and reciprocal actions to forge shared market understandings and facilitate the development of value and social change (Sigala, 2016).

Moreover, scholars contend that practices possess a “physiology,” wherein they “interact with one another, foster learning, furnish participants with cultural capital, generate a repertoire for internal sharing, create consumption opportunities, underscore the vitality of the brand community, and engender value” (Schau et al., 2009).

Brand communities are conceptualized as “a specialized community, not confined

by geography, founded on a structured array of social relationships among admirers of a brand” (Muniz & O’Guinn, 2001). They can also be characterized as a collective of individuals sharing a common interest in a particular brand, who cultivate their own values, rituals, lexicons, and hierarchy (Cova & Pace, 2006).

In an effort to systematize the principal value creation practices, Shau, Muniz, and Arnould (2009) classified these practices into four thematic categories, which are elaborated upon in Table 3.

Table 3
Categories of Co-creation Practices

Categories	Objective	Practices	Description
Network social	Practices that focus on creating, improving and maintaining ties, seeking community homogeneity and similarity between members.	Receive	Welcome new members and contribute to the learning and socialization of the community. Reception can also be evaluated negatively.
		Empathize	Provide emotional and/or physical support to other members and/or for non-community related life issues.
		To rule	Convey behavioral expectations within the community.
Impression management	Its objective is to generate favorable impressions of the ecosystem	Evangelize	Spread the benefits of being a member and inspire others to learn about/participate.
		Justify	Unfold logic to justify the effort to the group and, collectively, to outsiders and marginal members on the border.
Community involvement	They seek to reinforce member involvement, reinforcing the heterogeneity of the community, through the distinction and subsets of members	Cuttings – subgroups by identification	Recognize variation within the community, marking intragroup distinction and similarity.
		Frames	Value seminal events and landmark moments in property and consumption.
		Stamps	Convert landmarks to symbols.
		Documentation	Build narratives that reinforce the value given to belonging to the community.
Brand use	Enhanced Brand Usage	Preparation	Propose appropriate forms of use or systematize ideal use patterns.
		Customization	Modify in enhanced form to suit specific individual or group contexts.
		Commoditization	Generate value for external members by approaching the market, highlighting means of promoting other existing demands.

Source: Adapted from Schau, Muñiz & Arnould (2009) e Grohs, Wieser & Pristach (2020).

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

Based on this array of practices, it is emphasized that they stem from a process of mutual understanding, encompassing the ways in which actors communicate and interact. Thus, the engagement of actors advocates for the development of shared understandings and competencies that reinforce social order. Moreover, it is the practices themselves that delineate what is deemed essential for actor involvement. Building upon this, *Proposition 5 is formulated: Co-creation is cultivated through practices grounded in shared behaviors.*

This framework endeavors to capture the complexity of value co-creation within SIE. While it does not offer definitive answers, it presents a collection of pertinent components for value co-creation within an SIE, acknowledging the systemic nature of value co-creation across heterogeneous actor networks within an ecosystem.

3. METHOD

From an ontological standpoint, this research acknowledges the existence of multiple socially constructed realities. Therefore, it adopts an interpretivist paradigm, seeking to comprehend the processes of social value co-creation within the ecosystem by drawing upon the subjective experiences of individuals (Burrell & Morgan, 2017; Creswell & Poth, 2016; Merriam & Tisdell, 2015).

The research adopts a qualitative approach, which, according to Merriam and Tisdell (2015), seeks to understand phenomena through the experiences and perspectives of the subjects involved. It is also exploratory, aiming to comprehend a new or ill-defined phenomenon, such as the Cariri SIE, while also seeking to understand the field of scientific research concerning the co-creation of social value in SIE (Cooper & Schindler, 2016). Considering the qualitative nature of the study, five research propositions were established, from the theoretical review that supported the research, with the aim of guiding the investigation and deepening the understanding of the reality studied.

Conducted through a case study, the Cariri Cearense region was selected due to its historical, cultural, heritage, and economic significance. Given that the region is renowned for its diverse artistic and cultural expressions, and drawing from the Organic Museums Project, initiated in 2014, the aim was to examine the relationships between the different actors to assess the extent to which this structure resembles an SIE.

The region is characterized by numerous social initiatives aimed at heritage preservation, regional development, poverty reduction, social empowerment, and education (Chapada Do Araripe, n.d.; Mendonça, 2015). The interconnectedness of these entities, along with their relationships with academic, public, commercial, community, and environmental spheres, presents a conducive environment for this study.

The Organic Museums Project, initiated by Fundação Casa Grande (FCG) a non-governmental organization (NGO), aims to provide social and cultural education to children, young people, and families through experiences in institutional management, early childhood education programs, youth professionalization, social entrepreneurship, income generation, and institutional sustainability. With a focus on arts, communication, tourism, environment, sports, and heritage education, the project aims to establish museums in the homes and/or workshops of cultural masters throughout Cariri. Through an open and dynamic approach, the project fosters hybrid links between cultural activities and personal life, providing visitors with unique experiences, with the main collection being the living stories and knowledge of individuals (SESC, 2021). The project is supported by the National Commerce Service (SESC) and the Ceará Commerce Federation (FECOMÉRCIO), in partnership with Geoparque Araripe.

To achieve the research objectives, that is, to characterize the Cariri ecosystem as an SIE and analyze how co-creation is presented between the actors of the Cariri SIE, data collection techniques included document analysis, non-participant observation, and semi-structured interviews (Merriam & Tisdell, 2015). The combination of these techniques aims to ensure the rigor, validity, and reliability of qualitative research through data triangulation (Creswell & Poth, 2016; Merriam & Tisdell, 2015).

Documentary research involved a survey of the region's characteristics, utilizing records, decrees, photographic collections, printed or digital media, books, reports, and academic research on the region. This analysis served to contextualize the research site, gather historical information, and establish time frames (Barros, 2010).

Non-participant observation aims to discern and comprehend the interaction among social actors in the context of value co-creation, delineating the primary meeting spaces, communication methods employed, and the level of commitment among parties. To this end, data collection involved attending meetings with cultural masters, visiting organic museums, and participating in seminars and events.

For these analyzes (documentary and non-participant observation), the observation protocol was used (Table 4). This protocol was guided by research propositions,

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

plus the Principles for Assessing Social Value proposed by Social Value Internacional (2016).

Table 4

Observation Protocol and Document Analysis

Propositions	Observation Items
P 1	Identify new processes or products arising from the interaction between actors
P 2	Identify the results that the SIE has promoted for actors, market and region
P 3	Identify the types of value (in individual speeches or in presentations)
P 4	Network structure – relational capital: Observe the relationship between actors in exchange spaces Market practices: observing the transmission of knowledge or meanings in knowledge sharing spaces Market images – normalization: observe how the community treats and respects actors (what meanings are attributed) in interactions between groups Market images – theory of practice: observing how the actor impacts the community and society in general, based on the perception of people in the community
P 5	Community involvement – stakes: observe the existence of subgroups Community engagement – milestones: identify relevant events or moments Community engagement – stamps: identify stamps

Source: Own preparation (2024).

During these occasions, systematic observations were conducted and recorded in a field diary. As an outsider, gestures, attitudes, behaviors, routines, and various visual elements (such as clothing, adornments, symbols, etc.) were taken into consideration, along with local infrastructure and surroundings, to gain a deeper understanding of the context. These observations contribute to data triangulation, supplementing document analysis and interviews to support conclusions (Merriam & Tisdell, 2015).

To facilitate this stage, initial face-to-face contacts were made with SESC and members of FCG, through which contact information for other actors was obtained. Interaction with cultural masters and organic museums began with telephone communication and later progressed to face-to-face visits. Each organic museum was visited at least twice during different periods (July/2022, December/2022, and May/2023). Additionally, participation in events occurred between December 2021 and June 2023. The interviews were conducted in two phases, with the first phase comprising questions directed towards cultural masters and those responsible for

organic museums. Details regarding the interviewees and interview timing are provided in Table 5. The script emerged from the literature and through initial contact with the field, aiming to adapt it to meet the research objective. Subsequently, the instrument was submitted and approved by the Research Ethics Committee, under CAAE 69483123.2.0000.5296, in order to guarantee the integrity and dignity of research members as per public record at <https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf>.

Table 5

Description of Museum Interviewees

	Subject	Organization	City	Interview time
1	Françuli	Oficina do Mestre Françuli Museum	Potengi	26:09
2	Luiz Carlos Pereira (Galego)	Ferreiros de Potengi	Potengi	8:54
3	Dona Dinha	Casa Oficina de Dona Dinha Museum	Nova Olinda	18:04
4	Antônio Luiz	Casa do Mestre Antônio Luiz Museum	Potengi	17:32
5	Bob	Casa dos Pássaros do Sertão Museum	Potengi	13:24
6	Nena	Casa do Mestre Nena Museum	Juazeiro	1:12:36
7	Espedito Seleiro	Espedito Seleiro Memorial	Nova Olinda	37:53
8	Corrinha	Oficina Corrinha Mão na Massa Museum	Missão Velha	46:26
9	Ernesto	Telma Saraiva Museum	Crato	1:36:03
10	Zulene Galdino	Casa de Mestre Zulene Galdino Museum	Crato	37:22

Source: From the authors (2023).

The second block of interviews was aimed at the core institution and development institutions (Table 6). Given that these actors have different perspectives on action, it was decided to create instruments suitable for each analysis context.

Table 6

Descrição dos Entrevistados da Instituição Núcleo e das Instituições de Fomento

	Subject	Organization	City	Interview time
1	Alemberg	FCG e SESC	Crato	1:04:43
2	Patrício	URCA/Geopark	Crato	16:44
3	Conceição	Coimbra University	Coimbra	24:43
4	Sabrina	SESC	Fortaleza	12:53
5	Glauber	Nordeste Consortium	Bahia	9:22
6	João Paulo	FCG	Nova Olinda	26:39
7	Junior	FCG	Nova Olinda	47:25
8	Fabiano Piúba	Ministry of Culture	Brasília	27:31

Source: From the authors (2023).

To conduct the data analysis, a content analysis was undertaken, drawing from Flick (2009). The analysis comprised several steps. Initially, the collected material from the three stages of data collection was organized. Subsequently, the interviews were transcribed in full, followed by a comprehensive review and initial analysis of the collected materials and field notes. A synthesis of the content analysis was then conducted, wherein excerpts supporting the research objectives were selected. These excerpts were cross-referenced with the origin of the collected material, alongside detailed examination of the meanings conveyed in the speeches and the contexts in which the interviews were conducted, to construct an interpretation of the data's significance.

Next, an explanatory analysis of the content followed, with the aim of clarifying diffuse, ambiguous or contradictory passages, considering the context of analysis (Flick, 2009). For this, information outside the text was sought to support the interpretation, especially collected in documentary research. Finally, a structured content analysis was carried out, in which the structure of the text was verified and the data was grouped based on the research propositions.

4. RESULTS

4.1. Characterization of the Cariri SIE

When considering the social aspect within the ecosystem, it becomes evident that, fundamentally, it must facilitate the intended social transformation and encompass all constituent parts (Bloom & Dees, 2008). In this regard, the Cariri ecosystem can be characterized as social, as it operates on the principle of cultural, heritage, social, and environmental valorization among all its constituent actors. Despite their heterogeneous characteristics and distinct roles, these actors synergistically contribute to maintaining this purpose and devising innovative solutions to meet needs and instigate social changes (Pinto et al., 2021).

This was observed initially through the actions initiated and/or catalyzed by the FCG, as noted by Slimane and Lamine (2017). During observations at the FCG Renovation festival, held annually on December 19th, various groups converge to celebrate culture and traditions in a communal gathering (Figure 1). This sense of collective endeavor was also evident in other events facilitated by the core institution or SESC, including seminars and the postgraduate course in Inclusive Social Archaeology, organized by the FCG in partnership with URCA, where cultural masters teach classes or deliver presentations.

Figure 1

Renovation of the Casa Grande Foundation



Source: Research data.

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

Similar camaraderie was observed during the inaugurations or renovations of the Organic Museums. The following excerpt illustrates the enthusiasm and engagement with the actions orchestrated by the core institution.

And the Casa Grande, I liked it because they built this museum. Then there is some presentation that they call me too, because there are some school (classes) that they do there on the cell phone (live). [...] And about Sesc, I can say that we present ourselves all the time through SESC. SESC is a company that places great value on the culture we have. This past year, there was no shortage of presentations for me to go to with the children. When I say this, there will be a Sesc presentation, the children get excited because SESC gives a lot of value to our culture (Mestre Zulene Galdino).

At the second level, the independent action of the actors in relation to the core institution was observed, but in a manner aligned with the ecosystem's value proposition (Slimane & Lamine, 2017). This level of co-responsibility that manifests itself in the distribution of resources can be seen in the speech of Mestre Nena, who reported an action developed by him and a supporter of the culture, for the benefit of some *reisado* masters who are in a vulnerable situation:

[...] It's not from here, it's from here in the region, from here in Juazeiro, they were passing by, they weren't, they were passing by out of necessity, precision, a lot of precision. [...] Then she went and held a fair for him and left it there. [...] That's where it (the meeting) was, with that in mind. That was the end of it. All two meetings were about this. And the other one was with the Federal Deputy, who is also a federal deputy and is involved in human rights. Then he also came to know the stories. And I had the opportunity to talk to him there in Fortaleza. He supported me a lot too. He was the one I went to tell him the whole story about. Then, after I told him the story, we got into the subject of the masters (Mestre Nena).

So, considering that in the city of Juazeiro do Norte alone there are more than forty *reisado* groups that were observed during the Cycle of Kings in December 2022, without considering other cultural manifestations, a sense of collectivity and mutual support was perceived, through non-participant observation, even with actors not

directly linked to the ecosystem. Furthermore, it was also possible to observe this action with regard to the dissemination of technologies and experiences, social innovation and co-creation of value, aligned with the purpose of social change. In the speeches of Mestre Nena and Corrinha Mão na Massa, it is possible to verify this:

Look, the way I like it, they like it too. So, within the game, there are children, there are grandsons, everyone is already playing, plus me. So I formed it, even with some difficulty, but I only took in grandsons and great-grandsons, all small, I formed a group of ten and we are moving. Why do I try to set up this group with children? I try to make this other joke, why? Because everything is children. Well, today we are in a cruel time, with things very difficult. So, they study. They all study. Then I encourage them as a joke. Well, they can play as long as they want. They are playing. It could be that, over time, I, for sure, whoever is born has to die, if one of those adults who plays more like me now, on a day when God calls me, doesn't continue, it could be that one of the little ones will continue and don't let it end. Because the pleasure I have is that it continues (Mestre Nena).

So, I really want to teach other people, even if they don't come here to work with me. But learn and do as I did, your own business in your home, your own structure. The important thing is to learn, right? (Corrinha Mão na Massa).

Building upon this, in the evolution of the design of the Cariri SIE, comprising solely a core institution, components, and complements, it is crucial to highlight that no direct opponents or creators of problems were identified. This is not to suggest that there are no challenges or obstacles in effectively implementing social changes. Such challenges do exist but primarily manifest in forms of resistance or the proliferation of mass culture, which undermines the value of the region, territorial appropriation, and heritage appreciation.

Furthermore, in identifying the conceptual model of the Cariri SIE, it is imperative to consider the four environmental dimensions proposed by Blomm and Dees (2008). In the realm of political and administrative structures, it was observed that the FCG engages in continuous dialogue with public management bodies, fostering effective communication and partnerships. This extends to its activities spanning multiple municipalities in the region, as well as engagement with the state govern-

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

ment to advocate for public policy actions, such as the candidacy of Chapada do Araripe for UNESCO World Heritage Site status and the State Chancela de Paisagem Cultural Cearense, as identified in the documentary research of the object of study.

In the economy and markets dimension, it was possible to observe regional development and growth through community-based tourism, which moves a large number of families, in accommodation, tourist operations, transport, food, products and the needs that arise. This was possible to verify in the museums' guest books, identified in documentary research, further expressed in Júnior's speech:

Look, of the 300 families that are involved, there are families that only work with transport. They don't care about visiting. So, great, you're going to be the city's transport. So this is how you will help. It has the hosting network. Then there are the organic museums, right, of the intangible, right? We have masters of ancestral crafts. And we have the boys who carry out the operations, who do all the logistics and so on. Then, finally, there is the complete team. [...] in Nova Olinda, how many families do they have today? There are more than 90 families in Nova Olinda, so on and so on, it's a very growing number. So, from 2019... until 2019, there were only 200. So, this margin of time is quickly, so to reach 1000 families, I think I can do it by 2025, I will have a thousand families, at least. Because it's very fast (Junior).

In the third dimension, which is geography and infrastructure, the ecosystem has the technical support of URCA and Geopark Araripe, seeking to respect local geography, natural elements and the preservation of the environment, considering geography and the environment as part of the ecosystem, what they call cultural landscape. In Corrinha Mão na Massa's speech, this integrated dimension in individual activities is evident:

We are very concerned about preserving nature, because we already work with burning. And then the firewood we use is just tree pruning. People will plant fields, remove wood to prepare the field. Then I buy those prunings. Because I care a lot about not burning native wood, right? So as not to harm and harm the environment, which is already so damaged, right? And so, since I received the first visit to the Geopark here, I was already concerned about the environment. With Geopark's guidance, I took advantage of the grace. I care a lot about not

throwing trash in the surroundings. I have a mission: every 8 days, I go around the house, on the outskirts, in the yards, looking for some bag that the wind carries, so as not to be in the middle, because we also plant, our little garden for ourselves. Remove the vegetable next year and plastic is very damaging, right? It harms the soil. And I have this concern about the environment. So, we don't burn native wood. Only tree pruning (Corrinha Mão na Massa).

Finally, in the culture and social fabric dimension, the SIE of Cariri works massively to respect and promote culture, respect for traditions and perpetuation of ancestral knowledge. As this aspect is fully linked to its value proposition, in addition to the actions directly linked to the promotion of activities, it was observed that, periodically, actions are carried out to provide improvements in the health and well-being of the actors, understanding that people are the main legacy of the region. It is possible to verify this in the speech of Mestre Zulene Galdino.

Oxente, when it was at the beginning of this year, there was a doctor who came from abroad, right? Then he sent transport to take the people here. I took him to my boy, my nephew, who I raised, Anderson, who was toothless, just ugly. So now he's all beautiful, because there (at Fundação Casa Grande) he put his teeth in. And the children, the mothers who went and participated in Ave Maria, gave the greatest value (Mestre Zulene Galdino).

Due to the awareness of these social demands and the mediation of the FCG in all other dimensions (political and administrative, economy and markets, geography and infrastructures and culture and social fabric), it was possible to observe a high level of trust among the FCG actors and in the person of Alemberg Quindins, expressed in all interviews, without restrictions. In this way, Proposition 1 is confirmed: the quality of the governance and organization systems of the "core institution" and the level of trust of the SIE in this institution directly affect the development of co-creation of social value between actors.

Furthermore, it is important to highlight that, within the Cariri SIE, there is an environment of mutual influence, from which new partners emerge, expanding the value proposition and generating more solutions to social problems, as pointed out by Triyanti et al. (2017). Junior's speech reinforces this, by explaining the process of including families in the community-based tourism circuit.

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

So, I pass by a house and see what a clean yard, what well-kept plants, what a well-kept garden. [...] I arrive asking for water. I ask for water. “Ah, I’m just passing by.” Then I pass it again and pass it again and pass it again and pass it again. [...] Then I identify what potential it has. What is the family history, what is it like? [...] Then once that thing is ready, then I start working on the surroundings. That’s not my trust, it’s hers. With the person she trusts, another person she trusts. So there you go... building an entire map of the community based on this person who has a clean yard (Junior).

In this sense, it was observed that bridges between actors happen endogenously, from the inside out, through relationships of trust between SIE actors and subsequent inclusion of other actors that each actor trusts individually. Therefore, there is no verticality in the inclusion of new actors and partnerships, preserving respect for each person, as Júnior expresses: “And I do not focus, I have never focused, on creating a principle of cooperativity, thus a cooperative in that community. I focus on one person.” Therefore, each new individual is a catalyst for expanding the ecosystem. Thus, in relation to the five conditions raised by Terstriep and Kleverbeck (2018) for the development of an ecosystem, some statements were listed that demonstrate the effective characterization of the Cariri SIE as an ecosystem.

Based on this, it is possible to confirm Proposition 2: the development of a SIE provides an environment for creating shared value for social actors. Therefore, it is necessary to explain the dynamics of social innovation (Cajaiba-Santana, 2014) that considers the multidimensionality of relationships between authors in a process of co-creation of value.

4.2. Value Co-Creation Of The Cariri SIE

In the context of value co-creation, it is initially essential to identify the value perspectives underscored by Grohs et al. (2020) within the Cariri SIE. Among these five perspectives, evidence was found of actors’ perception of the value inherent in being part of the SIE and the significance they attach to it.

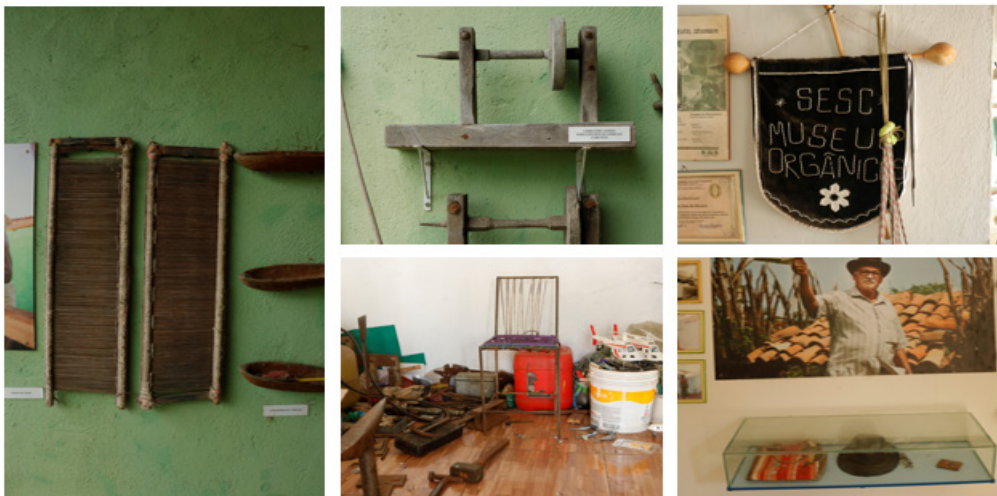
From the cultural value perspective (Bourdieu, 2018), non-participant observation carried out during visits, spanning from the composition of museum exhibits to interview dialogues, revealed actors’ awareness of the historical and social signifi-

cance embedded in their endeavors. This perception influences their actions, emphasizing the importance of preserving the authenticity of activities to remain true to their historical context.

Regarding the hedonic value perspective (Bourdieu, 2018), there was a notable appreciation within the field for the experiences derived from interactions among actors. These interactions result in intense and memorable experiences, which actors recount with enthusiasm. Such experiences are often documented symbolically, contributing to the narrative of museum exhibits (figure 2).

Figure 2

Elements of Historical and Cultural Value in Museum Exhibits



Source: Research data.

In terms of social value perspective (Bourdieu, 2018), the frequency of events in the region was observed to foster the exchange of knowledge and interactions among actors, leading to widespread recognition. This is exemplified in Ernesto's speech.

I think it's very important, man. Because what happens, like everywhere, is that local people don't know the place themselves. Sometimes, I now see people referring to Telma Saraiva, but it could be for other things. People begin to value it when outsiders value it (Ernesto).

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

Furthermore, as a result of these exchanges, new social products are generated that benefit the promotion of social well-being (Grohs et al., 2020), which can be seen in the following two statements. The first concerns the setting up of a home inn and the second concerns the setting up of the museum. In both, social value promoted an effective change in well-being, generating improvements in self-esteem and rehabilitation of people who were in vulnerable situations and excessive alcohol consumption.

So, for example, [...] who's father was an alcoholic and we didn't tell him he couldn't drink because tourists came to his house. We said that, on the day there were tourists, it wouldn't be cool for them to drink. But he didn't understand what the tourist flow was, right? He started to have many visitors at the house and he no longer had time (to drink). He felt that this was an embarrassment to his family. People come from São Paulo, from Rio, artists he saw on the soap opera, the other day, he was at his house. Like Mariana Ximenes, she stayed at his house, anyway. Then he sees the whole city coming to his door. The mayor, the mayor's son, everyone wanted to enter the house (Junior).

[...] For example, Mestre Antônio Luiz, [...], like, what is the reality that I encountered Master Antônio Luiz 15 years ago? He was a totally discouraged. He lost 12 kids, no... there were 12 kids and he lost 6 kids. Half of the group left, the other died, the other had a tragedy. It was chaos. So, what happened? The master indulged in alcohol. In alcoholism. Then he did some work and Rosa, super... resisted all that, such, such, such. And we didn't give up on him like that, we were like "master, trust!" and such. I always played with him until he left, left, left, left, left. And then we saw the organic museum as this opportunity for him to pursue this work, right? (Junior).

In relation to the status value perspective (Bourdieu, 2018; Figueiredo & Scaraboto, 2016), it was possible to observe that belonging to the SIE contributed massively to a favorable reputation of the actors, who are treated as authorities in the region, having active participation in the agenda culture of the region and broad recognition in the communities where they are located. This value is perceived in the following statements, which emphasize the importance of having recognition in life and leaving a legacy for future generations.

Then they decided to build the museum. Then I said: “I accept”, because I die and it stays there, right. I don’t take anything (Dona Dinha).

[...] We need to be seen, to be remembered in life. That when you die, it’s over. It is not? What’s the point if you stay... you work all your life. Then when he gets old, he dies because there’s no way he won’t die. So, but so-and-so died, let’s put her photo here so we can remember, let’s pay tribute to her, let’s do this, do that. And you’re there in your corner, you didn’t take advantage of anything. So, yeah, yeah, I created this. Me. An organic museum. But it wasn’t to become famous, it wasn’t to look good, or attract attention. It’s something I wanted to do (Espedito Seleiro).

Finally, from the perspective of economic value (Babin et al., 1994), it was observed that this value is more explored among craft masters, such as Mestre Espedito Seleiro, Mestre Dinha, Mestre França. Its inclusion in the SIE enabled broad visibility of the products they develop, especially that of Mestre Espedito Seleiro, who has already had his products included in important design collections, such as the Campana Brothers, the architect Paulo Mendes da Rocha, as well as nationally recognized brands, such as Farm Rio, among others, in addition to being part of the costumes for some national films (figure 3).

Figure 3
Creations In Partnership with Espedito Seleiro



Source: 1) Casa Vogue (available at <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/Design/noticia/2019/05/espedito-seleiro-o-mais-renomado-mestre-na-arte-do-couro-ganha-exposicao.html>); 2) Casa Cláudia (available at: <https://casaclaudia.abril.com.br/ambientes/conheca-as-pecas-assinadas-pelos-campana-em-parceria-com-espedito-seleiro/>); 3) FarmRio (available at: <http://bit.ly/2avXJcA>); 4) Internet collection (available at: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Homem_Que_Desafiou_o_Diabo)

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

The other actors still do not explore economic activities directly related to cultural actions. The sale of masks and miniatures of Mestre Antônio Luiz's *reisado de grimaces* was observed, but only in one of the three visits made. However, there was an openness to the idea of making products related to artistic and cultural activities tangible in some way. At the Telma Saraiva Photography Museum, for example, there is a café attached to the space, where sporadic events are held with themes similar to the museum's content, as Ernesto states:

We use these visits in the garden and we manage to put a monocle box so people can pick up a box, look and know that there are 3 types of monocles, 4 types of monocle.[...] So, in my head, making the That's what a living museum is. It's making the museum, the things that exist inside it, circulate. You are a photographer and you want to teach a photography course. We open the museum space for you to teach your course. You are a writer and we open the museum space for you to launch your book. So, what do we think about this, that the museum is not just to show things from the past, but to create history and do future things (Ernesto).

Based on the observations, it was possible to notice the overlapping of value perceptions between the actors (Grönroos & Voima, 2013; Holt, 1995; Sánchez-Fernández et al., 2009). Therefore, it is possible to confirm Proposition 3: co-creation is related to the multiplicity of value perceptions, which assumes a unique and multidimensional character for each actor, generating relevance for their actions and fostering social innovation.

Expanding the study to a context of interaction between actors in the co-creation of value, and from the perspective of market learning, according to Sigala (2016, 2019), with regard to the first capability (network structure), We initially sought to verify structural capital (Burt, 1992). In this dimension, it was observed that, although there is no pre-defined agenda of actions, meetings and/or encounters, the interaction between the actors is continuous and is anchored in the frequency of cultural events held in the region, whether within the ecosystem or within the city's events agenda. Sabrina's speech makes this clear:

We have several projects at Sesc. We have a network that we call DAC Network, Cultural Artistic Development Network. So, we insert these masters into the

network, doing workshops with them, lectures, taking them to public schools, taking them to the Sesc education network. Because we, Sesc Ceará currently has around 20,000 students. So, what we say a lot is that being a student at a Sesc school means being a student at Sesc. So, it's about participating in the entire program (Sabrina).

Furthermore, due to proximity and friendship, interaction, visits and meetings are common in an organic and fluid way. This reinforces the second dimension, relational capital, in which it is clear that this interaction is the result of trust, friendship, respect and reciprocity (Granovetter, 1992). In this regard, Mestre Nena enthusiastically reports on the search for interaction with other actors in these processes:

Mestre Antônio Luiz, he and his group, who I know all of them, we have a great friendship. When we get there, it's like we're at home: they are with us, we are with them. Play and everything. Take a joke. And his dream was always to play a game here. Last year, I brought him to the museum's anniversary. I brought him and Dona Maria de Tiê, who is from up there in the mountains. I went to look for the most distant ones. This year, on August 7th, I'm going to bring one from Crato. It will be one from Crato and two from here (Mestre Nena).

Regarding the dimension of cognitive capital (Nahapiet & Ghoshal, 1998), it was observed that ecosystem actors share common meanings related to valuing people, preserving cultural heritage, respecting traditions. It is possible to perceive the character of appreciation and preservation in Corrinha's speech and the sharing of knowledge in Mestre Zulene's speech.

So, I think organic museums, for me particularly, brought a feeling that, thank God, culture is not so invisible in the eyes of many. What they seek is to value the creators of culture. And that's how I felt after the museum. I felt more valued, seeing that there is someone who looks out for me and so many others who work like me, in an activity that, many times, I thought had no value (Corrinha Mão na Massa).

[...] Then I say to other masters: "The Master who doesn't have a museum like this, for his groups to see and pay attention and know what culture is, then he

wasn't giving value to what we have". [...] A symbol of the joy of art, of the culture of a Brazilian people that we are Brazilians (Mestre Zulene).

As for the second capacity, related to market practices (Storbacka & Nenonen, 2011, 2015), it was observed that, because the creation of organic museums is still a relatively new project, the exchanges are still incipient and poorly structured. However, despite not having a pre-established format, it was observed that there is an assimilation of the SIE principles among all actors, in a network learning process. This perception is made clear in Ernesto's speech.

Because, when we were part of a Sesc museum network as a museum, one museum leads to another. When we form these partnerships, it's not just us working. So, there are other institutions working. Now, the Foundation, together with a group there, are working on the candidacy, which they have already applied for, of Chapada do Araripe as a World Heritage Site. So, this will take away all the attractions that exist here, the museums, things that are not museums, stories. The soda factory here in the region. So, within this history of humanity heritage, they will elevate this soft drink as a heritage. Because here everyone knows it, as much as Coca-Cola (Ernesto).

Regarding the third capacity, market images, within the social normalization dimension (Rettie et al., 2011), it was noted that SIE members started gaining recognition within their community, becoming local figures and assuming leadership roles in political circles. This observation aligns with the dimension of the theory of practice, as behaviors become intertwined with socio-cultural configurations, fostering enhancements in local infrastructure and garnering visibility and social acknowledgment (Holttinen, 2014). This transformation is evident in Mestre Zulene's testimony:

It's because of this: when the museum opened here, on 09/11/2019, there were a lot of people here. This street wasn't like that here. Then the mayor was here and the secretary of culture of Fortaleza, Fabiano. So I went and spoke to the mayor that there is a museum here and this road needed to be paved. He went and said: "Mestre, I'm going to have it paved." Everyone clapped. That means that, through this museum, from my question that I asked if he was going to pave here, my request that I made. So, the mayor heard my word and considered it. So, there's the road, everything is paved here. The mayor [...], that means he

already came [...] to ask if I liked it. Wow... Too much, right? So, it's something that people here in Vila Novo Horizonte liked, because if it weren't for God and this museum, it would cost too much to pave here. Then I made this request and the mayor listened to my request, and carried out the work here in Vila Novo Horizonte, paved the pavement there. Everyone likes it (Mestre Zulene).

However, it is worth highlighting that this recognition is not unanimous, as there is still resistance at some level within localities that value culture and the work of masters. However, considering the aspect of social innovation (Cajaíba-Santana, 2014), it is natural that there is a lack of time and evidence of the benefits arising from these practices for wider recognition, as stated by Mestre Espedito Seleiro.

That, for the people of the city, is worthless. Why? Because we are people who live in the world. I don't say all of us, but there are people who are angry when they see you grow, when they see you, the people admire who you are, the people, your neighbors, if they can kill you so they don't see you being praised, they do, you know? But the problem is that you close your eyes and go ahead and let whoever wants to talk. If you want to come here and see, if you don't, don't come. But the people of the city... there are people here in Nova Olinda who don't know this, many, many, many. Do not come. And there are people here in Nova Olinda who ask: "hey, I want to go there in Seu Espedito, I came from Bahia, I came from São Paulo, I want to visit there", and the person says "no, I don't know". Neighbor, neighbor. He says "I don't know who it is, no". Do you believe it? It's this way (Espedito Seleiro).

In the dimension of consumer culture (Arnould, 2005; Arnould & Thompson, 2005), a mutual recommendation practice among actors was observed. During visits, cultural masters always mention other actors and suggest visiting them. Furthermore, in the attire of some groups, items made by other masters were incorporated, fostering a cyclical consumer culture.

In light of this, Proposition 4 can be confirmed: co-creation is driven by the capacity to learn from the market in generating social transformation. However, it is important to emphasize that this learning capacity is still a developing process and relies on the need for an emphasis on collaborative and longitudinal actions for sharing meanings with the market (Sigala, 2016).

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

In the process of collective diffusion of value creation practices, in the thematic category of social network (Muñiz Jr. & Schau, 2005; Schau et al., 2009), it was observed that the welcoming of new members is highly encouraged by actors within the SIE. They understand the individual and collective benefits of new members' adherence, as expressed by Master Zulene: "wanting is really good, it's very important. We meet people we've never even seen before. And it's good, I know I liked mine a lot." Additionally, there is a sense of partnership among actors, always willing to assist each other and mutually support the actions developed.

In the category of impression management (Schau et al., 2009), there was a widespread advocacy for the idea of the museum among all actors. Regardless of the length of membership in the SIE or the role played, there was unanimous support for the project and justifications ensuring interest and effort to have the museum.

Yes, it's worth it. It's worth it, because this thing, you know, this, this... mix of knowledge, this exchange of experiences, is worth a lot. We learn a lot, right? (Corrinha Mão na Massa).

Ave Maria, it's so worth it. It's worth it, and it's a lot. Because this is art. I think it's great to be part of folklore. I value culture a lot. Culture is simplicity. It's not luxury. My culture is simplicity, as my father always said. And then it's called culture, it's called folklore, it's because we love that, that folklore, we love that culture that belongs to us. Dad always said "Look Zulene, whatever you want to do, do it" and Mom said "no, that's bullshit". Then dad said "no, it's not nonsense", hey, he said "look Zulene, whatever you want to do, think about it in your head, go do it. Now it's not for you to learn other people's culture. And yours. It's not to do what other people do, do what comes into your head and your thoughts." And it is. Huh? And I do what dad told me. So I have a person who has a beautiful group and everything, all full of luxury. Will I be ashamed? Anything. I won't. Because everyone looks for their own way of living. Your way of dressing, your way. Because we learn things from others, it doesn't work. It's good, it came to mind and we go and play those games (Mestre Zulene).

The advantage is this for me: because I'm very small. For me, in a good way, it's a source of pride. Like this? I will be honored with life. So, my thing was to do more, expand more so that when people arrive, we can have a bigger

space that can accommodate more people. These meetings are happening right now. So this way, it's fine. And even so, there was a day when I received 50 college students in the morning and 50 in the afternoon, before the renovation. And here it was too unbearable, before people sat on the floor and here I did the workshop for them. So for me, it's this: for me, it's a lot. This is the first in Juazeiro. Then that's it. This for me... for me it enriches me a lot, because here I had the opportunity to learn from you and I welcome all kinds of people here, I welcome a lot of people. Lots of people, there are days when it's crowded here. And I think it's good. This is a joy for me (Mestre Nena).

In Mestre Zulene's speech, there is a clear appreciation and advocacy for authenticity and respect for various types of actions, as well as an emphasis on expanding service capacity to disseminate and exchange knowledge, thereby strengthening culture and traditions, as articulated in Mestre Nena's speech.

In the category of community involvement (Schau et al., 2009; Schouten & McAlexander, 1995), it was noted that certain events serve as significant milestones that reinforce the actors' representation, which they are keen to participate in, particularly the Sesc Exhibition, Expocrato, and the Meeting of Mestres of the World. Additionally, actors collect various symbolic elements such as trophies, tribute plaques, or banners, symbolizing their sense of belonging, which are incorporated into museum exhibits.

Regarding the category of brand use (Muñiz Jr. & Schau, 2005; Schouten & McAlexander, 1995), it was observed that groups strive to maintain the identity and authenticity of their activities through regular knowledge transmission via rehearsals and meetings, especially evident in popular culture groups. Flexibility in adapting to meet needs was also observed, but there is a collective advocacy for equal participation rights among all group members.

Look, you have to travel with the full group. I've seen that. If it's something that only two of you should go to, go both of you. But you can't let others down. Because if others left it, they wouldn't like it. So, it works like this (Mestre Nena).

Given this, it was possible to see in the field the perspective contained in Proposition 5: co-creation is established through practices that are based on shared behaviors.

5. CONCLUSION

The initial inquiry evolved into the examination of relationships aimed at value co-creation within an SIE. This concern stemmed from a gap identified in the literature, highlighting that many ecosystem configurations focused on social innovation lack structured theoretical frameworks for understanding actor interactions and the types of value emerging from these interactions that effectively contribute to social change and progress. Based on existing literature, this research, through a case study, aimed to present propositions that point out the predisposition of an SIE to the value of co-creation.

Through the analyses, a theoretical contribution was observed towards structuring and consolidating characteristics inherent to an ecosystem, as well as the conditions fostering higher levels of interaction among actors. It became evident how the actions of actors are strengthened and amplified through the presence of diverse actors with heterogeneous approaches and openness to integration. In the Cariri SIE, situated in a region grappling with significant social challenges and limited public policy support, the emergence of this broad, multi-sectoral, and highly adaptable ecosystem organization has garnered attention, catalyzing systematized actions across political, marketing, social, and cultural spheres.

Academically, the research advances studies on SIE and Co-Creation of Value by fostering relevant discussions within each field of knowledge, aiming to elucidate connections between themes and deepen understanding of social phenomena. Although qualitative in nature and not aimed at generalization, the results achieved can serve as a reference for analyzing value co-creation relationships in other ecosystem formations.

From an organizational standpoint, the research contributes to a better understanding of actor dynamics within the SIE, providing parameters for analyzing their relationships and their effective contribution to social innovation. Future research endeavors include establishing a value co-creation observatory within the Cariri SIE, aimed at defining indicators for measuring value co-creation to inform collective actions, public policies, and regional development initiatives. This initiative draws on the Sustainable Development Goals (SDGs) and the 2030 Agenda to correlate actor interactions.

In the social realm, the research underscores the key aspects necessary for strengthening the SIE, while also highlighting gaps driven by social resistance, impoverishment, and challenges in accessing basic health and hygiene conditions. These aspects can serve as decision-making parameters for public management and other stake-

holders, with the goal of enhancing local structuring.

Additionally, the research introduces the premise of conducting multidisciplinary studies incorporating anthropology and inclusive social archaeology. This expansion can guide discussions regarding the meanings and perceptions of value generated within the ecosystem, while also encompassing other aspects such as local architecture, soundscape, and product design elements, there by capturing the unique characteristics of the locality.

ACKNOWLEDGMENTS

To the support received from the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq – Brazil, in carrying out the research.

REFERENCES

- Adner, R. & Kapoor, R. (2010). Value creation in innovation ecosystems: how the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. *Strategic Management Journal*, 31(3), 306–333. <https://doi.org/10.1002/smj.821>
- Arnould, E. (2005). Animating the big middle. *Journal of Retailing*, 81(2), 89–96. <https://doi.org/10.1016/j.jretai.2005.03.001>
- Arnould, E. J. & Thompson, C. J. (2005). Consumer Culture Theory (CCT): Twenty Years of Research. *Journal of Consumer Research*, 31(4), 868–882. <https://doi.org/10.1086/426626>
- Autio, E. & Thomas, L. D. W. (2022). Researching ecosystems in innovation contexts. *Innovation & Management Review*, 19(1), 12–25. <https://doi.org/10.1108/INMR-08-2021-0151>
- Babin, B. J., Darden, W. R. & Griffin, M. (1994). Work and/or Fun: Measuring Hedonic and Utilitarian Shopping Value. *Journal of Consumer Research*, 20(4), 644. <https://doi.org/10.1086/209376>
- Barros, J. D. (2010). Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque: Revista de História*, 2(3).
- Bloom, P. N. & Dees, G. (2008). Cultivate your ecosystem. *Stanford Social Innovation Review*, 6(1), 47–53.

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

- Bourdieu, P. (2018). Distinction a social critique of the judgement of taste. In *Inequality* (pp. 287–318). Routledge.
- Burrell, G. & Morgan, G. (2017). *Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. Routledge.
- Burt, R. S. (1992). Structural holes Harvard university press. Cambridge, MA.
- Cajaiba-Santana, G. (2014) Social innovation: moving the field forward. A conceptual framework. *Technol. Forecast. Soc. Change*, 82, 42-51. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>
- Chapada do Araripe*. (n.d.). Retrieved September 5, 2022, from <http://dossiechapadodoararipe.urca.br/>
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de Pesquisa em Administração-12ª edição*. McGraw Hill Brasil.
- Cova, B. & Pace, S. (2006). Brand community of convenience products: new forms of customer empowerment – the case “my Nutella The Community.” *European Journal of Marketing*, 40(9/10), 1087–1105. <https://doi.org/10.1108/03090560610681023>
- Creswell, J. W. & Poth, C. N. (2016). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage publications.
- Domanski, D., Howaldt, J. & Kaletka, C. (2020). A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, 28(3), 454–474. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1639397>
- Figueiredo, B. & Scaraboto, D. (2016). The Systemic Creation of Value Through Circulation in Collaborative Consumer Networks. *Journal of Consumer Research*, 43(4), 509–533. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucw038>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa-3*. Artmed editora.
- Granovetter, M. (1992). Problems of explanation in economic sociology. *Networks and Organizations: Structure, Form, and Action*, 25–56.
- Granstrand, O. & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation*, 90–91, 102098. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098>

- Griffith, A. & King, A. (2003). *Best practice tendering for design and build projects*. Thomas Telford.
- Grohs, R., Wieser, V. E. & Pristach, M. (2020). Value cocreation at sport events. *European Sport Management Quarterly*, 20(1), 69–87. <https://doi.org/10.1080/16184742.2019.1702708>
- Grönroos, C. & Voima, P. (2013). Critical service logic: Making sense of value creation and co-creation. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 41(2), 133–150. <https://doi.org/10.1007/s11747-012-0308-3>
- Holt, D. B. (1995). How Consumers Consume: A Typology of Consumption Practices. *Journal of Consumer Research*, 22(1), 1. <https://doi.org/10.1086/209431>
- Holttinen, H. (2014). Contextualizing Value Propositions: Examining how Consumers Experience Value Propositions in Their Practices. *Australasian Marketing Journal*, 22(2), 103–110. <https://doi.org/10.1016/j.ausmj.2013.10.001>
- Howaldt, J., Kaletka, C. & Schröder, A. (2016). Social Entrepreneurs: Important Actors within an Ecosystem of Social Innovation. *European Public & Social Innovation Review*, 1(2). <https://doi.org/10.31637/epsir.16-2.4>
- Howaldt, J., Kopp, R. & Schwarz, M. (2015). *On the theory of social innovations: Tarde's neglected contribution to the development of a sociological innovation theory*. Beltz Juventa.
- Kjellberg, H. & Helgesson, C.-F. (2006). Multiple versions of markets: Multiplicity and performativity in market practice. *Industrial Marketing Management*, 35(7), 839–855. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2006.05.011>
- Kolyperas, D. & Sparks, L. (2018). Exploring value co-creation in Fan Fests: the role of fans. *Journal of Strategic Marketing*, 26(1), 71–84. <https://doi.org/10.1080/0965254X.2017.1374298>
- Mendonça, R. L. V. (2015). *Arqueologia Social Inclusiva. A Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*.
- Merriam, S. B. & Tisdell, E. J. (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.
- Moore, J. F. (1993). Predators and prey: a new ecology of competition. *Harvard Business Review*, 71(3), 75–86.

Propositions for a Social Innovation Ecosystem Predisposed to Co-Creation of Value

- Moulaert, F. (2013). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Edward Elgar Publishing.
- Muniz, A. M. & O'Guinn, T. C. (2001). Brand Community. *Journal of Consumer Research*, 27(4), 412–432. <https://doi.org/10.1086/319618>
- Muñiz Jr., A. M. & Schau, H. J. (2005). Religiosity in the Abandoned Apple Newton Brand Community. *Journal of Consumer Research*, 31(4), 737–747. <https://doi.org/10.1086/426607>
- Nahapiet, J. & Ghoshal, S. (1998). Social Capital, Intellectual Capital, and the Organizational Advantage. *Academy of Management Review*, 23(2), 242–266. <https://doi.org/10.5465/amr.1998.533225>
- Pinto, H., Ferreira, S. & Guerreiro, J. A. (2021). The emergence of a Social Innovation Ecosystem in Portugal: An exploratory approach based on the perspective of strategic stakeholders. *European Public & Social Innovation Review*, 6(2), 15–34. <https://doi.org/10.31637/epsir.21-2.2>
- Raidén, A., Loosemore, M., King, A. & Gorse, C. A. (2019). *Social value in construction*. Routledge London.
- Rettie, R., Barnham, C. & Burchell, K. (2011). *Social normalisation and consumer behaviour: using marketing to make green normal*. Kingston Business School, Kingston University.
- Sánchez-Fernández, R., Iniesta-Bonillo, M. Á. & Holbrook, M. B. (2009). The Conceptualisation and Measurement of Consumer Value in Services. *International Journal of Market Research*, 51(1), 1–17. <https://doi.org/10.1177/147078530905100108>
- Schau, H. J., Muñiz, A. M. & Arnould, E. J. (2009). How Brand Community Practices Create Value. *Journal of Marketing*, 73(5), 30–51. <https://doi.org/10.1509/jmkg.73.5.30>
- Schouten, J. W. & McAlexander, J. H. (1995). Subcultures of Consumption: An Ethnography of the New Bikers. *Journal of Consumer Research*, 22(1), 43. <https://doi.org/10.1086/209434>
- SESC. (2021). *Museus Orgânicos* (Vol. 1).

- Sigala, M. (2016). Learning with the market: A market approach and framework for developing social entrepreneurship in tourism and hospitality. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 28(6), 1245–1286. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-06-2014-0285>
- Sigala, M. (2019). A market approach to social value co-creation: Findings and implications from “Mageires” the social restaurant. *Marketing Theory*, 19(1), 27–45. <https://doi.org/10.1177/1470593118772208>
- Slimane, K. B. & Lamine, W. (2017). A transaction-based approach to social innovation. *International Journal of Entrepreneurship and Innovation*, 18(4), 231–242. <https://doi.org/10.1177/1465750317741879>
- Social Value International (2016). *Understanding and Use of the Principles of Social Value*. <https://static1.squarespace.com/static/60dc51e3c58aef413ae5c975/t/6127b55936e97e03e86297ea/1629992289441/Principles+of+Social+Value+.pdf>
- Storbacka, K. & Nenonen, S. (2011). Scripting markets: From value propositions to market propositions. *Industrial Marketing Management*, 40(2), 255–266. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2010.06.038>
- Storbacka, K. & Nenonen, S. (2015). Learning with the market: Facilitating market innovation. *Industrial Marketing Management*, 44, 73–82. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2014.10.009>
- Tansley, A. G. (1935). The Use and Abuse of Vegetational Concepts and Terms. *Ecology*, 16(3), 284–307. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/1930070>
- Thomas, L. & Autio, E. (2012). Modeling the ecosystem: a meta-synthesis of ecosystem and related literatures. *DRUID 2012 Conference, Copenhagen (Denmark)*.
- Triyanti, A., Bavinck, M., Gupta, J. & Marfai, M. A. (2017). Social capital, interactive governance and coastal protection: The effectiveness of mangrove ecosystem-based strategies in promoting inclusive development in Demak, Indonesia. *Ocean & Coastal Management*, 150, 3–11. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.10.017>

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

Cicero Leonardo de Carvalho Ribeiro

Universidade Federal do Ceará, Brasil - leoriba10@outlook.com

Francisco Edson Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Ceará, Brasil - fedsonrsilva@hotmail.com

Sandra Maria dos Santos

Universidade Federal do Ceará, Brasil - smsantos@ufc.br

Augusto César de Aquino Cabral

Universidade Federal do Ceará, Brasil - cabral@ufc.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar o empoderamento feminino de empreendedoras pretas e pardas clientes do Crediamigo, do Banco do Nordeste (Brasil), maior programa de microcrédito da América Latina. O estudo se concentra em três dimensões do empoderamento feminino recorrentes na literatura - econômica, doméstica e psicológica - sendo de natureza qualitativa e descritiva. A pesquisa contou com coleta de dados primários, por meio de aplicação de questionário e realização de entrevista semiestruturada com sete empreendedoras. A análise do conteúdo foi suportada pelo *software* Atlas.ti. Os resultados

mostraram que as entrevistadas têm autonomia na gestão do negócio e controle sobre o planejamento financeiro, mas ainda há espaço para melhorias na visão administrativa de suas atividades. Na dimensão doméstica, foi observado que algumas mulheres ainda têm dificuldade em suplantando a cultura patriarcal. Entretanto, as empreendedoras demonstraram características como autoconfiança, autoestima e criatividade, relacionadas à dimensão psicológica do empoderamento. Além disso, o Crediamigo é reconhecido pelas empreendedoras como uma fonte de apoio econômico e psicológico.

Palavras chaves: Empoderamento feminino, empreendedorismo feminino, microcrédito, mulheres pretas e pardas.

Empowerment of Black and Brown Women Entrepreneurs in Latin America's Largest Microcredit Program

Abstract

This article aims to investigate the female empowerment of black and brown entrepreneurs who are clients of Crediamigo, from Banco do Nordeste (Brazil), the largest microcredit program in Latin America. This qualitative and descriptive study focuses on three dimensions of women empowerment recurrent in the literature - economic, domestic and psychological. The research included secondary and primary data collection, through the application of a questionnaire and semi-structured interviews with seven women entrepreneurs. Content analysis was supported by Atlas.ti software. The results showed that the in-

terviewees have autonomy in managing the business and control over financial planning, but there is still room for improvement in the administrative view of their activities. In the domestic dimension, we observed that some women still have difficulty in overcoming the patriarchal culture. However, the entrepreneurs showed characteristics such as self-confidence, self-esteem and creativity, related to the psychological dimension of empowerment. In addition, Crediamigo is recognized by the entrepreneurs as a source of economic and psychological support.

Keywords: Women empowerment, women entrepreneurship, microcredit, black and brown women.

1. INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino, emergido dos movimentos feministas na década de 1970, ganhou importância global por meio das conferências temáticas pautadas principalmente pela Organização das Nações Unidas - ONU. Reconhecido como multidimensional, ele destaca desafios sociais enfrentados pelas mulheres e busca promover igualdade de gênero na sociedade (Asaleye & Strydom, 2023).

Pesquisas recentes, como a de Couto e Saiani (2021), têm focado as dimensões Econômica, Doméstica e Psicológica como determinantes essenciais nos estudos sobre o empoderamento de mulheres, principalmente a partir dos anos 2000.

No Brasil, mulheres pretas e pardas enfrentam alta vulnerabilidade devido à interseccionalidade de gênero, raça e classe social. O sexismo e o racismo são estruturas de opressão que as tornam particularmente suscetíveis à violência, muitas

vezes combinando violência de gênero e racial. Além de enfrentarem exclusão social, são desfavorecidas no acesso a empregos formais, salários equitativos, cargos de liderança e educação superior. Empreender tem surgido como uma importante alternativa para esse grupo (Collins, 2019; Gonzalez, 2020; Saltos & Garcia, 2020; Silva, Moreira, Pinho & Souza, 2020; Castro, Gomes & Trajano, 2024).

O microcrédito é uma política inclusiva para pequenos empreendedores, combatendo a pobreza e fortalecendo grupos excluídos do sistema financeiro, sendo estudado por seus efeitos, como o empoderamento feminino (Aruna, 2011; García-Hortal, Zapata & Valtierra, 2014; Mota *et al.*, 2021). No Brasil, o Crediamigo se destaca como o maior programa de microcrédito da América Latina, com 88% da carteira nacional e mais de dois terços de seus 2,4 milhões de clientes sendo mulheres, já tendo sido premiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como uma das principais práticas mundiais em inclusão financeira (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2014; Banco do Nordeste do Brasil [BNB], 2023).

Nesse contexto, o presente artigo lança o olhar para integrantes de um programa de microfinanças. Seu objetivo é compreender a relação entre o desenvolvimento de ações apoiadas pelo programa Crediamigo e o empoderamento feminino de empreendedoras pretas e pardas.

O estudo se diferencia por selecionar, dentro do público das microfinanças, empreendedoras pretas e pardas, um dos subgrupos femininos mais afetados pela discriminação e exclusão social. Em pesquisa prévia no *Google Scholar* pelas palavras-chave “microcrédito” e “empoderamento feminino” (e suas versões em inglês e espanhol), os trabalhos localizados, ainda que possivelmente tenham incluído mulheres pretas e pardas, não destacam esses elementos de caracterização em suas análises, sendo essa uma contribuição deste trabalho ao campo de estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Definições e dimensões do empoderamento feminino

Na década de 1970, feministas começaram a usar o termo “empoderamento feminino” para desafiar estruturas sociais que mantinham as mulheres subordinadas, especialmente no trabalho e na ocupação de cargos de poder. Esse movimento é visto como contrário à cultura patriarcal, que privilegia homens brancos e heterossexuais no poder (Sardenberg, 2018).

Segundo Souza e Cortez (2008), o empoderamento feminino tem duas aplicações distintas. Individualmente, refere-se à autonomia da mulher, aumento da autoestima e redefinição do poder dentro do lar. Coletivamente, representa a conquista de direitos das mulheres, como ocupação de cargos públicos, acesso a serviços de saúde adequados e educação não sexista, em uma sociedade predominantemente machista. Este fenômeno multidimensional aborda as dimensões Econômica, Doméstica e Psicológica, detalhadas na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1
Dimensões do Empoderamento Feminino

Dimensão	Aspectos	Autores
Econômica	Acesso, controle e influência sobre as finanças do lar e compra/venda de ativos; desenvolvimento de competências e capacidade de realizar trabalho e produzir valor econômico	Haque, Islam, Tareque e Mostofa (2011); Khan e Awan (2011); Sharaunga, Mudhara e Bogale (2016); Couto e Saiani (2021); Romero (2019)
Doméstica	Tomadas de decisão rotineiras dentro do lar, divisão de tarefas, uso de métodos contraceptivos, divórcio, educação dos filhos, planejamento familiar, cuidado próprio e dos filhos, consumo e compras cotidianas	Mahmud (2003); Haque <i>et al.</i> (2011); Khan e Awan (2011); Oliveira (2015)
Psicológica	Autoconfiança, proatividade, autopercepção, motivação, senso de aceitação de seus próprios direitos e compreensão crítica do ambiente social e político	Francina e Joseph (2013); Oliveira (2015); Sharaunga, Mudhara e Bogale (2016); Fernandes, Lopes, Watanabe, Yamaguchi e Godoi (2016)

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A primeira teria um papel primordial para o empoderamento, uma vez que a detenção de recursos financeiros elevaria o *status* da mulher a um outro patamar de respeito, permitindo-a controlar processos intradomiciliares e levando-a a uma condição melhor frente ao companheiro ou companheira e demais membros da família (Kabeer, 1999; Couto & Saiani, 2021). Para Leite *et al.* (2019), a capacidade de gerar rendimentos independentes poderia ser um fator chave na prevenção da violência entre parceiros íntimos, pois dirime a dependência econômica da mulher em relação ao homem.

Mulheres capazes de tomar, continuamente, decisões que impactam sua vida e a de seus filhos possuem traços de empoderamento no âmbito doméstico. Para autores como Khan e Awan (2011), o arbítrio sobre compras de alimentos, roupas, calçados, consultas médicas e até viagens representam o engajamento das mulheres em decisões rotineiras dentro do lar, significando maior nível de empoderamento.

O empoderamento psicológico, segundo Francina e Joseph (2013), é o controle pessoal sobre si mesmo e o ambiente, incluindo autoestima, autoeficácia e autodeterminação, promovendo bem-estar e felicidade (Bushra & Wajih, 2015). Para Correa e Benegas (2017), o empoderamento psicológico pode ajudar mulheres a se libertarem de relações abusivas, reduzindo a probabilidade de retorno a seus agressores após períodos de afastamento.

Ressalta-se que o empoderamento feminino repercute de maneiras diferentes em relação aos recortes de classe social e raça, por exemplo. Collins (2019) estabelece que dentro das teorias feministas, as quais tem discutido o empoderamento feminino ao longo da história, as experiências de mulheres brancas ocidentais de classe média constituem um grupo dominante que relegam outras mulheres (orientais, negras, de classe social mais baixa) à margem do debate. Tal dinâmica se manifesta na conjuntura socioeconômica em que mulheres negras se encontram, o que é discutido na seção seguinte.

2.2 As questões social e racial como obstáculos ao empoderamento feminino

O empoderamento feminino deve ser abordado considerando a diversidade entre mulheres, que inclui raça, classe social, geração, idade, religião, orientação sexual e cultura, por exemplo. Estudos nesse campo precisam investigar essas nuances sem perder de vista o entendimento coletivo do conceito (Rua, 2023; Marinho & Gonçalves, 2016).

A desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro afeta mais severamente as mulheres pretas e pardas, que enfrentam menor acesso a empregos, salários mais baixos e menos oportunidades de progresso profissional em comparação com mulheres brancas e homens negros. Dados recentes mostram que em 2023 jovens mulheres negras de 18 a 29 anos tiveram uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos homens brancos no Brasil e renda 47% menor que a média nacional (Zumba, 2024).

A falta de representação de mulheres negras em cargos de liderança também agrava sua exclusão social. Ribeiro e Araújo (2016) destacam que, apesar da educação

ser vista como um caminho para a mobilidade social, isso não se concretiza para as mulheres negras devido às barreiras estruturais como racismo e sexismo.

Tais fatores levam essas mulheres a buscar uma saída no empreendedorismo, onde também encontram dificuldades por conta de sua raça e gênero. Dados apontam que empreendedoras negras têm rendimentos duas vezes menor que empreendedoras brancas e 42% menor do valor recebido por homens; apenas 21% delas têm negócios formais, enquanto o índice para mulheres brancas é de 42% (Aguiar, Nassif & Garçon, 2022; Oliveira, Pavan, Tosta & Tosta, 2023).

Ainda, conforme apontam Alvez, Jesus e Murta (2022), mulheres negras brasileiras também têm acesso reduzido a bens, internet, e têm menor expectativa de vida. Essas disparidades são moldadas por fatores históricos e sociais interseccionais como raça, gênero e classe, impactando negativamente sua autoestima, acesso a recursos e a direitos básicos (condições de vida, educação, trabalho e mobilidade).

De acordo com Collins (2019), a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social tem um impacto significativo na forma como as mulheres pretas e pardas são percebidas e tratadas pela sociedade. Para a autora, mulheres da raça negra são mais vulneráveis a sofrerem violência doméstica, sexual e racial em comparação com mulheres brancas, e essas formas de violência muitas vezes se sobrepõem. A constatação de Collins (2019) é corroborada pelo 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), que mostra que 56,8% das mulheres vítimas de estupro no Brasil em 2022 eram negras, percentual que sobe para 61,1% quando tratamos de feminicídio.

Ainda há uma tendência em responsabilizar as mulheres negras por sua própria exclusão, ao invés de reconhecer o papel das estruturas sociais e históricas que perpetuam tal realidade. Carneiro (2019), em consonância, explica que mesmo dentro do discurso clássico sobre a opressão da mulher e o mito da fragilidade feminina, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada e nunca foram tratadas como frágeis. Isso tem implicações importantes para a justiça social, pois a luta contra a opressão deve levar em consideração as diferentes dimensões da identidade para abordar a complexidade e das experiências de opressão. Por exemplo, políticas que visam melhorar as condições de trabalho para mulheres em geral podem não ser eficazes para mulheres de baixa renda ou mulheres de minorias étnicas. As políticas de microcrédito, examinadas a seguir, são exemplos disso.

2.3. Microcrédito como ferramenta de empoderamento

O microcrédito é uma ferramenta crucial para pequenos empreendedores que enfrentam dificuldades com o crédito tradicional, promovendo inclusão social e desenvolvimento econômico local. No Brasil, regulamentado pela Lei 13.999 de 2020, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado é supervisionado pelo Governo Federal, beneficiando pessoas com atividades produtivas de pequeno porte (Ministério do Trabalho e Emprego, 2022).

Desde 1998, o Banco do Nordeste tem se destacado nesse segmento com o Crediamigo, o maior programa de microcrédito da América Latina, servindo 2,24 milhões de clientes ativos e emprestando R\$ 10,6 bilhões em 2022 (BNB, 2023). Além do financiamento, o Crediamigo oferece treinamento em gestão financeira e empreendedorismo, utilizando o aval solidário como garantia. No entanto, críticas apontam que o programa pode levar ao endividamento excessivo e reforçar desigualdades sociais, especialmente de gênero (Araújo, Gomes & Silva, 2019).

Em resposta a essas questões, foram lançadas iniciativas como o Crediamigo Delas em 2021, direcionado a mulheres empreendedoras com prazos estendidos, educação financeira e suporte para iniciantes (BNB, 2022). Ainda, o Programa Brasil pra Elas, iniciado em 2022 pelo Governo Federal, busca proporcionar condições especiais de microcrédito para mulheres através de bancos públicos, integrando financiamento com orientação empresarial (BNB, 2022).

Assim, estudos recentes têm investigado o microcrédito em contextos de atuação feminina. Mota *et al.* (2021), por exemplo, destacaram a maior participação feminina no Crediamigo, embora as políticas públicas ainda não tenham abordado completamente as desigualdades de gênero no Brasil.

Cheng e Silva Junior (2023) mostraram que as participantes do programa ELAS fortaleceram sua capacidade de aspiração, perseverança, envolvimento com a comunidade e senso de autoeficácia (o que destaca a importância dos processos relacionais dentro desses programas), contrastando com observações anteriores de Cezar (2016) sobre a persistência das desigualdades de gênero no âmbito familiar, principalmente pela não redistribuição das tarefas domiciliares, com impactos restritivos no empoderamento social dessas mulheres.

Parente e Coelho (2019), por sua vez, argumentam que o programa Banco do Povo (Tocantins, Brasil), embora melhore as condições de vida, não alcança plenamente o empoderamento feminino em termos de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional. Já Leite *et al.* (2019) ressaltaram a

eficácia do microcrédito na redução da pobreza, mas recomendaram a integração de educação sobre papéis de gênero para mitigar a violência contra mulheres.

3. METODOLOGIA

O estudo é qualitativo e descritivo. Enquanto qualitativo, busca compreender a realidade através de valores, crenças, atitudes e percepções dos indivíduos, permitindo explorar sua subjetividade (Ritter *et al.*, 2023). Já seu caráter descritivo reside na intenção de descrever as características de um fenômeno ou população e sua correlação com dimensões propostas, visando obter uma nova visão sobre um problema específico (Creswell & Creswell, 2023).

O público-alvo da pesquisa são mulheres empreendedoras do bairro Messejana, cidade de Fortaleza (capital do estado brasileiro Ceará), que se autodeclararam pretas ou pardas e estão há mais de quatro anos no programa Crediamigo. O local foi escolhido não somente pela sua elevada concentração de empreendedoras, mas principalmente pela relevância daquela agência de negócios, com cerca de quatro mil clientes ativos e R\$ 5,6 milhões emprestados a empreendedores, 67% dos quais são mulheres (BNB, 2023).

A coleta de dados incluiu pesquisa documental, aplicação de questionário e entrevista semiestruturada. No primeiro momento, 13 empreendedoras foram abordadas em seus locais de trabalho, geralmente anexos às suas residências, com suporte de um agente de microcrédito. Elas responderam um questionário socioeconômico, também com perguntas sobre valor financiado e tempo no programa Crediamigo. No segundo momento, sete delas participaram de entrevistas semiestruturadas, selecionadas com base nos critérios da pesquisa.

Ressalte-se que a metodologia deste estudo está em consonância com as recomendações éticas para pesquisas envolvendo seres humanos, tendo respeitado os princípios de confidencialidade, privacidade e beneficência, e tendo adotado termo de consentimento livre e esclarecido para uso das informações das participantes, o qual foi aprovado pelo Ambiente de Proteção de Dados do Banco do Nordeste.

Além das informações extraídas do formulário de identificação, a coleta de dados incluiu gravação das entrevistas e posterior transcrição para análise. O processo envolveu a codificação das informações, seguida da categorização e interpretação dos dados, com o objetivo de identificar padrões e temas recorrentes nos relatos das

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

participantes. O roteiro de entrevista baseou-se na literatura sobre as dimensões do empoderamento feminino.

Para análise dos dados recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2016), com auxílio do *software* Atlas.ti. Dimensão Econômica, Dimensão Doméstica e Dimensão Psicológica foram as categorias de análise elencadas.

A análise buscou combinar documentos fornecidos pelo BNB, questionário de identificação de perfil das clientes e o conteúdo das entrevistas semiestruturadas, adotando a estratégia de triangulação de dados para aumentar a validação e confiabilidade da pesquisa (Zelcane & Pipere, 2023).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Perfil das participantes

Participaram das entrevistas sete empreendedoras pertencentes ao público elegível desta pesquisa. As clientes serão apresentadas como Empreendedoras (de 1 a 7), ou, em abreviação, de E1 a E7, para garantir-lhes o anonimato. As entrevistas foram realizadas em suas próprias residências ou locais de trabalho, que, com exceção da Empreendedora 3, estavam instalados em cômodos anexos ao próprio domicílio.

O perfil socioeconômico das entrevistadas é apresentado na Tabela 2 a seguir. Observa-se a diversidade no que diz respeito às atividades desempenhadas pelas empreendedoras. Avalia-se que o fato de a pesquisa ter sido realizada em local que não concentra nichos de negócios contribuiu para essa heterogeneidade.

Tabela 2

Perfil Socioeconômicos das Empreendedoras

Identi- fi- cação	Idade	Estado civil	Filhos	Tem- po de estudo	Cor ou raça de- clarada	Tempo de Programa Crediamigo	Renda familiar mensal	Atividade profissional
E1	33	Casada	Um	15 anos	Parda	Nove anos	R\$ 5,5 mil	Venda de cosméticos
E2	51	Casada	Dois	9 anos	Parda	Nove anos	R\$ 3,5 mil	Podologia
E3	41	Solteira	Zero	17 anos	Parda	12 anos	R\$ 2,9 mil	Massoterapia
E4	35	União Estável	Um	9 anos	Preta	Quatro anos	R\$ 5 mil	Marmitaria
E5	35	União Estável	Zero	12 anos	Parda	Quatro anos	R\$ 15 mil	Loja de rações
E6	59	Casada	Dois	12 anos	Parda	16 anos	R\$ 8 mil	Artesanato e cosméticos
E7	51	Casada	Dois	12 anos	Parda	10 anos	R\$ 9 mil	Salão de beleza

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A faixa etária das entrevistadas representa, aproximadamente, 63% do perfil dos clientes do programa Crediamigo, enquanto a escolaridade representa 70% (BNB, 2022). Não se encontrou nesta pesquisa relação diretamente proporcional entre renda alcançada e escolaridade.

A Empreendedora 6 é a de maior idade no grupo. O marido, dono de um bar, também é cliente do Crediamigo. Segundo E6, ambos não interferem na atividade um do outro. A participante, que está entre as principais vendedoras do grupo do qual faz parte, se orgulha do reconhecimento público que recebe das empresas de cosméticos nas quais é cadastrada.

A Empreendedora 7 relata que desde muito jovem já cortava cabelo, mas que o fazia de forma improvisada, “pois nem máquina de corte tinha” (E7). Essa falta de recursos materiais e acesso a bens é apontada pela literatura como uma das dificuldades enfrentadas por mulheres negras, o que trava, inclusive, o início de seus empreendimentos (Aguiar, Nassif e Garçon, 2022; Oliveira *et al*, 2023).

Quanto à escolaridade, nenhuma das empreendedoras possui ensino superior. Das sete participantes, apenas duas concluíram o ensino médio e as outras cinco tiveram que interromper seus estudos. Tais informações corroboram com os dados sobre

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

escolaridade de mulheres negras de autores como Ribeiro e Araújo (2016) e Saltos e Garcia (2020).

Em relação ao estado civil, a Empreendedora 4, a única que se autodeclarou preta (as demais se autodeclararam pardas), encontra-se em uma relação homoafetiva. E4 disse não sofrer preconceito de cor ou raça, mas, sim, em relação a sua orientação sexual. É necessário conjecturar, no entanto, que tais características não passam incólumes, mas se sobrepõem em uma dinâmica de interseccionalidade de raça, gênero, orientação sexual, entre outros, conforme Collins (2019), o que afeta a forma como essas mulheres são tratadas.

Assim, algumas reflexões se apresentam, dado a ausência de relatos sobre racismo por parte das entrevistadas, e a única menção sobre preconceito ser relacionada à orientação sexual de E4. Tomando Collins (2019) e Carneiro (2019), pode-se pensar sobre até que ponto ser negra afetou a realidade social das empreendedoras entrevistadas, todas de origem humildes, já desde o início de suas jornadas, e como isso pode estar relacionado a, por exemplo, a interrupção de seus estudos. Ou ainda, pode-se relacionar às dificuldades no mercado de trabalho as fizeram ter de recorrer a um programa de microcrédito para empreender.

Em relação à renda mensal familiar, as entrevistadas enquadraram-se numa faixa onde se situam 15% dos clientes do Crediamigo, isto é, empreendedores que conseguem auferir renda mensal acima de R\$ 3 mil. O valor do último financiamento realizado pelas empreendedoras – entre R\$ 2 mil e R\$ 12 mil-, encontra-se na faixa na qual estão 56 % dos empreendedores, que corresponde a valores entre R\$ 2 mil e R\$ 21 mil (BNB, 2022).

4.2. Empoderamento das empreendedoras

Nesta subseção serão analisadas as respostas das empreendedoras à luz das referidas categorias do empoderamento feminino (Doméstica, Econômica e Psicológica), com base nos trabalhos de pesquisadores como Haque et al. (2011), Khan e Awan (2011), Oliveira (2015), Sharaunga, Mudhara e Bogale (2016) e Couto e Saiani (2021).

A Figura 1, gerada a partir do software Atlas.ti, ilustra a rede semântica criada. As dimensões do empoderamento feminino guiaram a categorização do conteúdo, e os relatos coletados geraram subcódigos relacionados a essas dimensões. Para os subcódigos, a letra D representa a quantidade de vínculos que possuem; e a letra G representa a quantidade de citações associadas a cada um. No centro da figura encontra-se o código Crediamigo, representando as articulações do programa de microcrédito

com as dimensões de empoderamento identificadas.

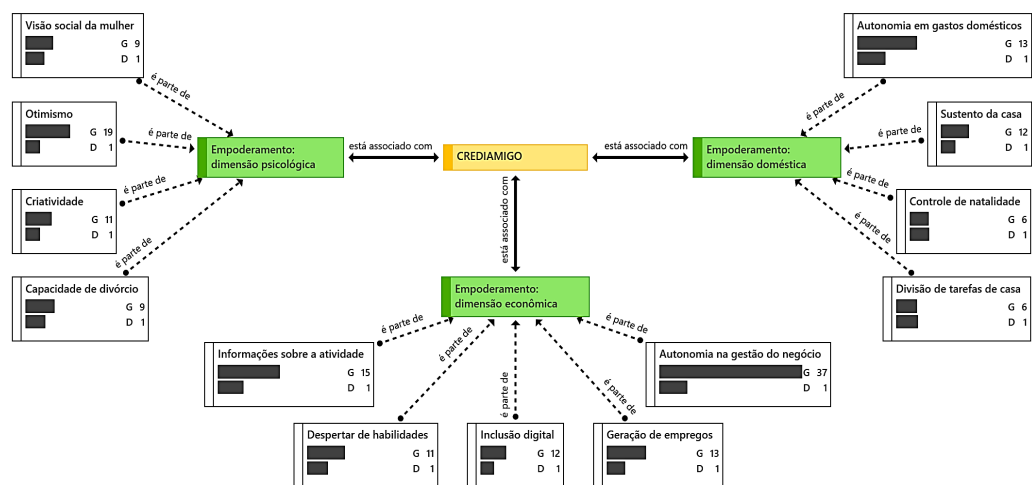
Observa-se que há mais evidências de Empoderamento Econômico nas falas das mulheres entrevistadas. Em contraste, foram encontradas menos citações relacionadas ao Empoderamento Doméstico, sugerindo menor identificação das clientes com esse aspecto. Os resultados detalhados de cada dimensão serão discutidos nas subseções subsequentes para uma análise mais aprofundada.

4.2.1. Dimensão Econômica

O tópico com mais citações associadas ao empoderamento econômico foi autonomia na gestão do negócio. Apreende-se das falas das empreendedoras que, por menos que estejam empoderadas domesticamente, elas conseguem direcionar os rumos da atividade que desenvolvem.

Figura 1

Rede Semântica do Empoderamento Feminino



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ter acesso a crédito e a emprego, fator considerado importante por Fernandes *et al.* (2016) e Leite *et al.* (2019), pode vir a ser o motivo desse tipo de autonomia no próprio negócio. Sobre isso, a Empreendedora 6 relata:

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

Aqui é meu negócio. Quem manda aqui sou eu. Então, quando eu vou comprar, eu não tenho que consultar. Só vou consultar a minha capacidade de planejar os boletos para eu investir e pagar. Faço meu planejamento só com Deus, e mãos à obra (E6).

Essa autonomia na condução de suas atividades denota certo grau de independência, o que é fundamental para promoção de equidade na relação matrimonial, conforme Couto e Saiani (2021) e Leite *et al.* (2019), e implica autoconfiança e autodeterminação, elementos que caracterizam o empoderamento econômico (Romero, 2019; Couto & Saiani, 2021).

A única exceção aos relatos de falta de influência do(a) cônjuge é da Empreendedora 5: “A parte financeira do negócio é com ele. Sempre a gente calcula no final da tarde. Ele fica com a parte financeira e eu com as vendas”. No entanto, suas declarações sugerem uma relação de ajuda mútua no negócio, ao invés de uma dependência absoluta do companheiro. Ao contribuir ativamente para o sustento da casa, ela ocupa um papel de poder significativo, tradicionalmente atribuído aos homens.

Sobre geração de empregos, as empreendedoras E1, E2, E3 e E4 consideram que as atividades desenvolvidas ou já geram ou têm capacidade de geração de oportunidades de trabalho para outras pessoas no futuro, fator que pode evidenciar traços de empoderamento, segundo Kabeer (1999). Não se verificou relação das respostas com fatores como escolaridade, tempo no Crediamigo ou mesmo último empréstimo recebido do Programa.

Sim. Já gerei [emprego]. Dona Sara eu que ajudei. Dei a dica para ela comprar Natura e Boticário num espaço que ela construiu. Eu que cadastrei ela na Natura. Já sou desse ramo há muitos anos. De uns anos pra cá é que eu consegui abrir o próprio negócio. Isso foi com o Crediamigo. Meu primeiro Crediamigo foi R\$ 500. Cadastrei minhas vizinhas. Sou desenrolada. (E2).

Em relação ao acesso das entrevistadas à informação sobre as atividades que desenvolvem, especialmente em plataformas de internet, essa integração e busca de conhecimento se dá principalmente por meio de ferramentas como o WhatsApp, no qual montam grupos de empreendedores, clientes e parceiros. As redes sociais também são bastante usadas pelas clientes do Crediamigo, como conta a Empreendedora 1, podóloga e manicure:

As redes sociais contam muito hoje em dia, porque a gente pesquisa muito: modelo, cor, o que combina... Isso ajuda a gente a ter criatividade. Também tenho grupo de WhatsApp de colegas da mesma profissão que a gente compartilha produtos, experiências... Elas mandam fotos... A gente se reúne para comprar luvas, máscaras, produtos, para ter descontos. (E1).

As respostas das empreendedoras relativas à inclusão digital possibilitam reflexões dentro do que preconizam pesquisadores como Francina e Joseph (2013) sobre interação social. Para as autoras, o construto do empoderamento passa por um aspecto interacional, caracterizado por englobar troca de saberes, de informações e de *insights*, despertando a identificação de oportunidades de melhoria e de acesso a recursos.

Essas interações ocorrem principalmente entre mulheres, que se informam e se encorajam entre si, em uma perspectiva de empoderamento coletivo. Segundo Collins (2019), as mulheres que têm redes de apoio forte entre si são mais capazes de resistir às opressões e lutar por seus direitos, e isso pode ajudá-las a alcançar um maior grau de autonomia e poder pessoal.

Tais características podem desembocar, inclusive, em empoderamento intradoméstico, como relata a Empreendedora 1 ao abordar o papel de liderança que exerce no seu negócio, em casa e nos grupos de revendedoras de cosméticos dos quais participa.

Todas as decisões sou eu que tomo na minha casa. Ele [o marido] depende muito da minha opinião para fazer as coisas em casa. No grupo de whatsapp, sou muito comunicativa com elas, elas pedem muito minha opinião, elas mandam muito fotos de unhas, dos produtos que usam. O que elas fazem, qual tipo de broca que elas podem usar... (E1).

Tal dado reforça o que a literatura aponta como uma relação positiva entre empoderamento econômico e equidade dentro das relações matrimoniais (Leite *et al.*, 2019), além da capacidade de aspiração, perseverança, envolvimento com a comunidade e senso de autoeficácia (Cheng & Silva Junior, 2023).

De um modo geral, as empreendedoras entrevistadas demonstraram que suas atividades as ajudam a despertar ou incrementar suas habilidades, o que corrobora com Bushra e Wajihay (2015), para quem o desenvolvimento de habilidades acompanha as necessidades impostas pelo empreendedorismo.

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

A pesquisa encontrou citações ricas nesse sentido, como a da Empreendedora 3. Por necessidade, ao abandonar o emprego formal, buscou conhecimento em cursos para desenvolver uma nova habilidade, que resultou em um sentimento de empoderamento:

Nunca nem me imaginei fazendo massagem na minha vida. Na primeira aula, pensei: é isso! Já me identifiquei. Logo na teoria da massagem. Chegava oito horas da manhã e saía cinco da tarde. Chegava aqui louca pra começar a fazer, começar a praticar. Tive muitas “cobaias” dentro da minha própria casa. Quando fiz meu primeiro atendimento, vi que realmente valeu tudo a pena (E3).

A Empreendedora 2 reconhece que capacidades inatas, como a de comunicação, foram aprimoradas, ou até mesmo estimuladas, em função do negócio. Já a Empreendedora 4 desenvolveu autoeficácia e perseverança, notadamente ao afirmar que “Eu achava que não ia gerar, não. Abria e já queria fechar em três dias”, corroborando com o que preconiza Cheng e Silva Junior (2023).

Mais uma vez somos chamados a refletir, na falta de relatos mais diretamente relacionados à questão de raça, quantas dessas dificuldades de acesso a recursos, oportunidades de renda e autoestima (Alvez, Jesus & Murta, 2022; Collins, 2019) são resultado da condição imposta às mulheres negras em razão da interseccionalidade de gênero e raça.

4.2.2 Dimensão Doméstica

Sobre a autonomia em gastos domésticos, as sete empreendedoras foram afirmativas ao dizer que usufruíam do próprio dinheiro de modo independente. As Empreendedoras E1, E2 e E7 explicitaram que sequer informam aos maridos a compra de objetos de pequeno valor para si, amigos ou parentes: “Quando ele vai saber, eu já tenho comprado” (E1).

Levar em consideração a opinião do outro sem perder a autonomia é a prática das Empreendedoras E3, E4 e E5, denotando autoeficácia e autodeterminação (Cheng & Silva Junior, 2023).

Coisas que vão interferir, eu já conto com uma opinião. Mas eu dou o primeiro passo nas escolhas. Levo em conta o que vai influenciar na minha vida, na vida dos terceiros. A última palavra é a minha. Peço a opinião de todo mundo, mas a última palavra é minha (E3).

A pesquisa constatou seis respostas associadas à divisão das tarefas de casa, considerado por Oliveira (2015), Fernandes *et al.* (2016) e Romero (2019) como fundamental para avaliar graus de empoderamento feminino, na medida em que se avalia a percepção de tais atividades como de responsabilidade de todos os membros da unidade familiar, não somente da mulher. Estudos como o de Kabeer (1999) indicam que a autonomia financeira das mulheres em relação às despesas domésticas tem um impacto significativo na sua capacidade de sair da pobreza e na melhoria da qualidade de vida das suas famílias.

As Empreendedoras E2, E6 e E7 demonstraram aceitar naturalmente a dupla jornada de trabalho, desdobrando-se entre a atividade que desempenham em seus negócios e as tarefas do lar. Denota-se uma ausência de empoderamento doméstico, pois mostra uma dinâmica de gênero tradicional em que a mulher é responsável por todas as tarefas domésticas e de cuidado, enquanto o homem contribui apenas com tarefas consideradas “masculinas” ou “não-domésticas”.

Eu que faço tudo aqui em casa. Não lava um prato [referindo-se ao marido]. Comida? Eu que faço. Faço a jantinha dele. Venho deixar na sala na mãozinha dele. O que ele faz é limpar o ventilador, limpar o rack. Ele ajuda a limpar a porta, tirar a poeira. Só não ajuda esse negócio de lavar a louça e fazer comida (E2).

Verifica-se aqui uma coincidência pelo fato de elas constituírem subgrupo das que possuem 50 anos ou mais, e que, possivelmente, vivenciaram uma sociedade com valores patriarcais e conservadores mais presentes do que as empreendedoras de gerações posteriores.

Entre as entrevistadas casadas percebeu-se em três delas (E1, E2 e E7) um comportamento que não subverte a ordem da família tradicional a despeito do empoderamento econômico que possam ter. Ou seja, o marido mantém o *status* de provedor, enquanto a mulher assume um papel complementar.

Como avaliam Francine e Joseph (2013), mesmo a uma mulher empoderada economicamente pode faltar empoderamento intradomiciliar, a exemplo da justa divisão de tarefas domésticas, culminando em duplas (às vezes triplas) jornadas, que tornam a rotina de mulheres empreendedoras um verdadeiro fardo.

Além da divisão das tarefas, o ato de compartilhar o sustento da casa pode vir a ser um fator de empoderamento feminino. Ao contribuir com as despesas, as mulheres

entram em um domínio tradicionalmente ocupado por homens, o que pode ser um fator de empoderamento, na visão de autores como Mahmud (2003).

Sobre controle de natalidade, as seis menções registradas sobre o assunto foram feitas pelas empreendedoras casadas ou com união estável (E1, E2, E4, E5, E6 e E7) e indicaram participação feminina em tais decisões. A consciência das implicações da decisão de ter filhos e a prevalência de sua vontade perante a do marido aparece no depoimento de E1: “Não quero filho. Por ele já tinha outro. Digo direto. Porque só sobra pra nós [mulheres]”, afirmou E1, reconhecendo que a responsabilidade pela criação dos filhos acaba pesando mais para as mães do que para os pais.

Nesse sentido, a autonomia da mulher em ter ou não filhos é vista como forte fator de empoderamento para autores como Khan e Awan (2011) e Marmud (2003) e, nesse aspecto, todas as empreendedoras mostraram algum grau de empoderamento. Collins (2019) corrobora que direitos reprodutivos, como acesso a informações sobre sexualidade e controle de natalidade, são essenciais no empoderamento feminino, principalmente em relação ao efeito que as políticas de Estado têm sobre a vida dessas mulheres.

4.2.3 Dimensão Psicológica

Em relação ao otimismo, a maioria das entrevistadas demonstrou enxergar de modo positivo a atividade, e a ideia de ampliar o negócio prevaleceu. Estar otimista com a atividade que desempenha pode contribuir para o empoderamento de mulheres, na medida em que essa sensação assume o significado de autoconfiança, do bem-estar, do êxito profissional a ser alcançado e da superação de desafios por parte das empreendedoras (Fernandes *et al.*, 2016).

Houve um único depoimento que pode ser considerado pessimista, da Empreendedora 4: “Tem dias que eu quero desistir. Tem dias que eu não quero e vou levando”, afirmou durante a entrevista. Em outro momento, no entanto, mostrou vontade de ampliar seu negócio: “Eu pretendo ter outra marmitaria, como uma filial. Mas agora vou ficando por aqui mesmo. Tenho planos de expandir” (E4), complementou, demonstrando um conflito de sentimentos.

Empreendedoras como E1, E2, E3 e E5 mostram vontade de expandir seus empreendimentos, planejando metas para o futuro a partir dos bons resultados que têm obtido com o microcrédito, o que demonstra ascensão a partir da participação delas no programa. Os relatos demonstram orgulho pelas próprias trajetórias, autodeterminação, envolvimento com a comunidade e autoconfiança, elementos apontados na

literatura como constituintes de empoderamento feminino (Leite *et al.*, 2019; Couto & Saiani, 2021; Cheng e Silva Junior, 2023).

Em relação ao divórcio, cinco das seis empreendedoras casadas ou que declararam união estável disseram ter capacidade de pedir divórcio. A Empreendedora 3, única solteira do grupo, também disse que teria caso se visse em situação em que a separação fosse necessária, opinião semelhante à da Empreendedora 5: “Se for se separar, tenho que seguir a vida. Comecei isso aqui só. Eu me sinto capaz de levar isso aqui pra frente. Eu sempre trabalhei e me considero capaz”.

Nesse aspecto, ter capacidade de pedir divórcio é um importante aspecto do empoderamento psicológico, segundo Correa e Benegas (2017). A medida pode evitar manutenção de relações violentas, em que a mulher se encontra subjugada pelo homem (geralmente por dependência econômica) e, portanto, políticas como o microcrédito para mulheres podem empoderá-las para não se manterem em relações abusivas (Castro, Gomes & Trajano, 2024).

Quanto à criatividade, dimensão do empoderamento psicológico (Bushra & Wajihaj, 2015; Correa & Benegas, 2017), todas as empreendedoras se enxergaram como criativas em suas atividades, especialmente no que diz respeito à reconfiguração dos pontos de atendimento, como depoimento da Empreendedora 2: “Quero investir em móveis para minha loja. Aqui é lotado de perfume. Coloquei uma prateleirinha para ver mais. Pessoas vem fazer unha e já olham minhas revistas”.

Tal aspecto reforça os dados da pesquisa que apontam essas empreendedoras como mulheres com sentimento de autodeterminação e autonomia. Para além disso, em um contexto mais amplo do empoderamento feminino, a criatividade pode ser vista como uma ferramenta para que as mulheres possam desafiar estereótipos de gênero e reivindicar espaços de poder e visibilidade. Ao determinar suas próprias ideias, as mulheres podem romper com as expectativas sociais limitantes e ampliar suas possibilidades, como afirmam Sharaunga, Mudhara e Bogale (2016).

Sobre a visão social da mulher, as empreendedoras consideram que as mulheres “estão mais empoderadas” (E1), ocupam mais espaços de poder e possuem mais autodeterminação, mas que devem continuar buscando mais autonomia, principalmente no espaço doméstico. Para a Empreendedora 3, há “muita mulher empoderada em determinado serviço. Mas não vejo muita mulher empoderada em casa”, enquanto a Empreendedora 6 faz uma fala no sentido mais coletivo: “Tem muita mulher acomodada. Ainda tem esse tipo de pessoa que infelizmente não toma atitude para somar”.

Assim, ao mesmo tempo em que reconhecem um maior empoderamento das mu-

lheres, denota-se certa consciência de que a luta por esse empoderamento deve ser uma luta que englobe todas as mulheres (Collins, 2019; Carneiro, 2019).

4.3 Crediamigo como ferramenta de empoderamento

As declarações das empreendedoras sinalizam maior relação do programa Crediamigo com a dimensão Empoderamento Econômico. Do total de 25 menções ao programa, 18 se relacionam a essa dimensão. As outras sete menções tratam de Empoderamento Psicológico, e nenhuma se relaciona a Empoderamento Doméstico.

Elogios ao programa, relativos ao crédito oportuno, são recorrentes nesse aspecto: “O Crediamigo é muito bom. Ele facilita a gente ter o que a gente quer naquele momento, para ir investindo e crescendo. O Crediamigo é muito bom para quem sabe investir”, afirma E1.

O programa parece conseguir estabelecer uma relação que ultrapassa aquela de instituição e cliente, em que a instituição financeira objetiva apenas a lucratividade. A Empreendedora 3 comentou sobre o quanto uma atividade pode influenciar no bem-estar psicológico de quem a desenvolve. Ela é grata ao programa pelo apoio inicial e destaca a importância da autonomia proporcionada pelo Crediamigo para seu autodesenvolvimento.

A criação do Crediamigo para microempreendedores foi muito importante. Para mim, nem se fala. O que a gente tem hoje é graças ao Crediamigo. A minha mãe eu ajudo muito, pra ela não ficar depressiva. É uma questão até de saúde. Essa questão de você ter sua autonomia é muito importante (E3).

O sentimento de tranquilidade possibilitado pelas renovações sistemáticas de crédito, proporcionadas pelo programa aos clientes que mantém bom histórico de adimplência, foi expresso pela Empreendedora 6: “Ajudou muito. Aqui era bem pouquinho coisa, hoje tem bastante. Crediamigo me ajudou bastante. Porque dá a tranquilidade de ter como comprar os produtos à vista”.

Tais relatos enfatizam a relação que programas de microcrédito guardam com o empoderamento feminino, com profunda influência na situação econômica, poder de decisão, conhecimento e elevação de autoestima de mulheres que participam de programas do tipo (Aruna, 2011; Mota *et al.*, 2021; Cheng & Silva Junior, 2023). Por outro lado, a ausência de relação entre o programa Crediamigo e o empoderamento doméstico percebido pelo estudo pode indicar a persistência das desigualdades de

gênero no âmbito familiar da qual nos fala Cezar (2016), principalmente em relação à divisão de tarefas, o que mitiga o empoderamento dessas mulheres, que acabam sempre carregando mais responsabilidades que os homens.

O recorte racial não surgiu nos relatos como uma barreira ao empoderamento dessas mulheres, mas há de se refletir em que medida essa ausência de falas sobre a própria negritude não constitui, por si só, um apagamento identitário (Collins, 2019; Carneiro, 2019) ao qual essas mulheres são levadas, por exemplo. Os dados mostram que o aspecto racial constitui uma distinção nos números sobre violência de gênero e acesso ao mercado profissional (Aguiar, Nassif & Garçon, 2022; Oliveira *et al.*, 2023, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), que desfavorece mulheres pretas e pardas, e as políticas de microcrédito não podem se abster dessa consideração.

Assim, enquanto o microcrédito demonstra potencial significativo para o desenvolvimento econômico e social, é fundamental abordar as complexidades de gênero, de raça e outras variáveis interseccionais para maximizar seu impacto positivo e promover uma inclusão verdadeiramente transformadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou o empoderamento de mulheres empreendedoras pretas ou pardas participantes do programa Crediamigo, um microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, abordando as dimensões Econômica, Doméstica e Psicológica.

Na dimensão econômica, as empreendedoras demonstraram autonomia na gestão financeira de seus negócios, embora algumas tenham percepções limitadas sobre o potencial de crescimento, indicando necessidade de melhorias na orientação empresarial fornecida pelo programa. O acesso à informação e à inclusão digital emergiram como elementos cruciais para o empoderamento econômico das mulheres.

Quanto ao empoderamento doméstico, a independência financeira proporcionada pelo Crediamigo permitiu uma participação mais ativa das empreendedoras nas finanças familiares, melhorando a qualidade de vida de suas famílias. No entanto, a divisão desigual das tarefas domésticas ainda reflete normas patriarcais, onde muitas empreendedoras continuam responsáveis pelo lar, enquanto os homens são vistos como provedores principais.

Na dimensão psicológica, o programa contribuiu para o desenvolvimento da autoconfiança, autoestima e autoconhecimento das participantes, além de proporcionar

reconhecimento social devido ao seu sucesso como empreendedoras.

O estudo revelou variações no empoderamento dessas mulheres, influenciadas por fatores como idade, estado civil, divisão de responsabilidades e capacidade de criar empregos. Apesar dos relatos das participantes indicarem que sua raça ou cor não foi uma barreira significativa em suas trajetórias empreendedoras, a interseccionalidade de gênero e raça pode ter contribuído para desigualdades pré-existentes no acesso a recursos iniciais e continuidade educacional.

Assim, o Crediamigo capacita mulheres para planejar investimentos e tomar decisões informadas para expandir seus negócios, promovendo não apenas autonomia econômica, mas também ascensão social e profissional. No entanto, embora reconhecido por seu impacto positivo no empoderamento econômico, o Crediamigo não foi percebido pelas empreendedoras como um facilitador significativo do empoderamento doméstico. Isso aponta para oportunidades de melhorias, como campanhas de conscientização sobre violência doméstica e suportes específicos.

As limitações da pesquisa referem-se ao acesso a certos dados do programa, especificamente a falta de informações sobre a heteroidentificação dos participantes, que impediu a análise da representatividade de mulheres negras no âmbito do Crediamigo. Além disso, a ausência de dados sobre endividamento impossibilitou uma análise longitudinal e relacional desses aspectos no contexto do estudo.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se uma análise quantitativa da correlação entre acesso ao crédito e empoderamento feminino específico para mulheres pretas e pardas, além do estudo do impacto da inclusão digital em outras dimensões do empoderamento para além da econômica. Aspectos culturais, religiosos e a necessidade de investigações adicionais sobre racismo entre empreendedoras também são destacados como áreas de pesquisa importantes para o futuro.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, H. M., Nassif, V. M. J, & Garçon, M. M. (2022). Os desafios da empreendedora negra na gestão de seus negócios. *Future Studies Research Journal*, 15(1), e0648.
- Alvez, C. O., Jesus, S. M., Murta, S. G. (2022). Mecanismos de empoderamento de mulheres negras: um estudo qualitativo. *Revista de Psicologia*, 13(2), 168-183.

- Araújo, B. A. F., Gomes, J. M. M., & Silva, E. M. S. (2019). Análise do crédito produtivo orientado pelo Crediamigo na perspectiva de gênero. *Revista Científica Hermes*, 18, 51-67.
- Aruna, M. (2011). The role of microfinance in Women Empowerment: a study on the SHG Bank Linkage Program in Hyderabad. *The Indian Journal of Commerce and Management Studies*, 2(4), 77-95.
- Asaleye, A. J., & Strydom, K. (2023). Foreign Aid and Institutional Quality towards Reducing Gender-Based Violence. *Social Sciences*, 12(11), 1-21.
- Banco do Nordeste do Brasil. (2022). Relatório 2022 Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste. *Site do Banco do Nordeste do Brasil*. <https://bit.ly/bnb-rel22>
- Banco do Nordeste do Brasil. (2023). *25 anos Crediamigo: a trajetória do Programa de Microcrédito Urbano do Banco do Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste. <https://bit.ly/25a-crdmg>.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2014). Instituições do Brasil, Equador e Paraguai foram as ganhadoras dos Prêmios Interamericanos para Inovação Financeira e Empresarial do BID. *Site do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/instituicoes-do-brasil-equador-e-paraguai-foram-ganhadoras-dos-premios-interamericanos>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bushra, A., & Wajih, N. (2015). Assessing the socio-economic determinants of women empowerment in Pakistan. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 177, 3-8.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais* (pp. 325-333). Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- Castro, A. M., Gomes, N. M. F., & Trajano, A. A. (2024). Violência doméstica e interseccionalidade. *Caderno Espaço Feminino*, 36(2), 347-361.
- Cezar, I. F. (2016). *Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto "Elas"*. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

- Cheng, K. R., & Silva Junior, J. T. (2023). The role of solidarity in women's empowerment: Narratives from Northeast Brazil. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34(5), 911-921.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Correa, C., & Benegas, M. (2017). Empoderamiento de las mujeres en Uruguay: ¿proceso o resultado?. *Estudios Sociológicos*, 35(105), 169-195.
- Couto, M. C., & Saiani, C. C. (2021). Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locais e individuais e participação no Programa Bolsa Família. *R. bras. Est. Pop.*, 38, 1-22.
- Creswell, J. W., & Crews, J. D. (2023). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. California: SAGE.
- Fernandes, T. S., Lopes, G. S., Watanabe, M., Yamaguchi, C. K., & Godoi, C. K. (2016). Dimensões do empoderamento feminino: autonomia ou dependência? *Revista Alcance*, 23(3), 391-413.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Francina, P. X., & Joseph, M. V. (2013). Women empowerment: the psychological dimension. *Rajagiri Journal of Social Development*, 5(2), 61-74.
- García-Hortal, J., Zapata, E., & Valtierra, E. (2014). El microcrédito como estrategia para atenuar la pobreza de las mujeres. *Estudios Fronterizos*, 15(30), 10-27.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Haque, M. M., Islam, T. M., Tareque, M. I., & Mostofa, M. G. (2011). Women empowerment or autonomy: A comparative view in Bangladesh context. *Bangladesh e-journal of Sociology*, 8(2), 17-30.
- Kabeer, N. (1999). Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30(3), 435-464.

- Khan, S., & Awan, R. (2011). Contextual assessment of women empowerment and its determinants: Evidence from Pakistan. *MPRA Paper*, 30820.
- Leite, T. H., Moraes, C. L. D., Marques, E. S., Caetano, R., Braga, J. U., & Reichenheim, M. E. (2019). O empoderamento econômico das mulheres através de programas de transferência de renda e de microcrédito é suficiente para diminuir a violência entre parceiros íntimos? Evidências de uma revisão sistemática. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00174818.
- Mahmud, S. (2003). Actually how empowering is microcredit? *Development and change*, 34(4), 577-605.
- Marinho, P. A. S., & Gonçalves, H. S. (2016). Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de estudos sociais*, 56, 80-90.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2022). Consultar Seguro Desemprego MTE. *Site do Ministério do Trabalho e Emprego 2022*. <https://www.ministeriodotrabalho.org/consultar-seguro-desemprego-mte/>
- Mota, M. L., Bastos, T. R. S., Silva, L. S., Lagioia, U. C. T., Melo, A. S., Silva, M. B., Oliveira, J. P. N., & Sant'anna, C. H. M. (2021). As políticas de microcrédito na região metropolitana de Recife: a participação e o empoderamento das mulheres no programa crediamigo. *Brazilian Journal of Development*, 7(4), 38198-38211.
- Oliveira, C. S. C. (2015). Empoderamento feminino no Brasil: reflexões e desafios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 32(3), 601-622.
- Oliveira, S. L. S., Pavan, N. I. V. F, Tosta, K. C. B. T, & Tosta, H. T. (2023). Mulheres negras e o processo de construção profissional empreendedor. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, 17(4).
- Parente, T. G., & Coelho, E. C. (2019). Microcrédito e (des)empoderamento das mulheres beneficiárias no Banco do Povo em Palmas/TO. *Revista Observatório*, 5(2), 480-512.
- Ribeiro, R., & Araújo, G. S. (2016). Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. *Nova Economia*, 26, 147-177.

Empoderamento de Empreendedoras Pretas e Pardas no Maior Programa de Microcrédito da América Latina

- Ritter, C., Koralesky, K. E., Saraceni, J., Roche, S., Vaarst, M., & Kelton, D. (2023). Invited review: Qualitative research in dairy science—A narrative review. *Journal of Dairy Science*, 106(9), 5880-5895.
- Romero, M. V. I. (2019). *¿Puede el microcrédito potenciar el empoderamiento femenino?: un estudio sobre la Guatemala rural*. Universidade de Santiago de Compostela.
- Rua, I. (2023). Feminismo Negro no Meio Digital em Portugal: Análise dos Perfis de Instagram @quotidianodeumanegra e @umafriicana. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 45, 156-182.
- Salto, M. K., & Garcia, M. C. (2020). *Microcrédito: Alternativa de reactivación económica para comerciantes de Portoviejo*, Manabí, Ecuador.
- Sardenberg, C. (2018). O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Revista Inc.Soc.*, 11(2).
- Sharaunga, S., Mudhara, M., & Bogale, A. (2016). Effects of ‘women empowerment’ on household food security in rural KwaZulu-Natal province. *Development Policy Review*, 34(2).
- Silva, M. R., Moreira, M. V., Pinho, D. C., & Souza, L. D. C. (2020). Mercado de trabalho para mulheres negras: um olhar a partir dos dados da PNAD Contínua. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), e184523.
- Souza, V. M., & Cortez, M. (2008). Empoderamento feminino: uma análise a partir de mulheres líderes. *Revista de Administração de Empresas*, 48(1), 73-86.
- Zelcane, E., & Pipere, A. (2023). Finding a path in a methodological jungle: a qualitative research of resilience. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 18(1), 1-18.
- Zumba, R. (2024). Jovens negras e desemprego. *Site do Senado Federal do Brasil 2024*. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/pautas-femininas/2024/05/23/jovens-negras-e-desemprego>

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

Ivanez Pinheiro Prestes

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - ivanezprestes@hotmail.com

Edna Raquel Hogemann

Universidade Federal do Rio de Janeiro - ershogemann@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o processamento de ex-crianças soldados pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), por meio de um estudo do caso de Dominic Ongwen. A pesquisa tem como problema realizar uma crítica à sentença do TPI como seletiva ao constatar que o passado de violência sofrida pelo réu não foi devidamente considerado na análise da culpa pelos crimes a ele atribuídos perante a corte internacional. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de tipo qualitativo, de recursos bibliográficos e método dialético, com o recurso de caso concreto. Portanto, notou-se que, nessas regiões, crianças são retiradas abruptamente de suas famílias e levadas

por grupos para serem treinadas com requintes de crueldade a manusear armas, saquear armazéns, matar civis, aterrorizar comunidades e forçadas a usar drogas. O TPI criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Haia, é o primeiro tribunal internacional permanente do mundo a processar alguns dos crimes mais hediondos, incluindo genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Isso demonstra que organismos de defesa internacional buscam, com leis mais severas, barrar tal prática, mas ainda falta uma longa caminhada a ser percorrida para alcançar o objetivo especial que é a proteção integral da criança.

Palavras chave: Dominic Ongwen, Tribunal Penal Internacional, julgamento, seletividade, sentença, Corte Penal Internacional.

Dominic Ongwen Case at the International Criminal Court or When the Defendant, in Actuality, is Also a Victim

Abstract

The theme of the research is to deal with the Dominic Ongwen Case at the International Criminal Court. The research has the problem of criticizing the ICC's sentence as selective,

finding that the past of violence suffered by the defendant was not properly considered in the analysis of guilt for the crimes attributed to him before the international court. This is

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

exploratory, qualitative research, using bibliographic resources and a dialectical method, using a concrete case. Therefore, it was noted that, in these regions, children are abruptly removed from their families and taken by groups to be trained with cruelty to handle weapons, loot warehouses, kill civilians, terrorize communities and are forced to use drugs. The ICC created by the United Nations (UN), based in The Hague, is the world's first permanent international court to prosecute

some of the most heinous crimes, including genocide, war crimes and crimes against humanity. This demonstrates that international defense organizations seek, with stricter laws, to stop this practice, but there is still a long way to go to achieve the special objective of the full protection of children. This is exploratory, qualitative research, using bibliographic resources and a dialectical method, using a concrete case.

Keywords: Dominic Ongwen. International Criminal Court, judgment, selectivity, verdict, International Criminal Court.

INTRODUÇÃO

O estudo promove uma reflexão crítica sobre o processo promovido pela Corte Penal Internacional, envolvendo um membro do Lord's Resistance Army (LRA), do Uganda, Dominic Ongwen, 45, considerado culpado de 61 acusações de crimes contra a humanidade e crimes de guerra, incluindo estupro, assassinato e escravidão sexual, sendo que o réu é ex criança soldado retirado à força de sua família ainda em tenra idade (Fletcher, 2016).

Acerca do debate da sociologia, tem-se que no norte do Uganda, um intenso debate rodeia a questão de saber se o governo do Uganda ou o Exército de Resistência do Senhor (LRA) têm maior responsabilidade pelos crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante o conflito de duas décadas. O julgamento de Dominic Ongwen, antigo comandante do LRA, iniciou-se em 2015 e finalizou em março de 2020 no TPI, e tornou-se um ponto focal para discussões sobre responsabilização (Japiassú, 2004; Fletcher, 2016).

É, no entanto, um facto bem conhecido que as forças governamentais do Uganda também cometeram crimes durante o conflito de duas décadas que abalou o norte do Uganda. Os membros da comunidade deste país vivenciaram frequentemente atos

de execuções arbitrárias, tortura, pilhagens e violência sexual e de gênero cometidos pelas forças governamentais no norte do Uganda. A partir da lógica dos direitos humanos, tem-se a ideia da lógica de que todos os crimes de que Dominic Ongwen foi acusado, os soldados do governo deveriam ser igualmente acusados. Portanto, o governo deveria arcar com a maior culpa porque tinha o mandato de proteger os seus cidadãos e prevenir a prática de crimes (Schauer & Elbert, 2010).

O governo detém a culpa porque a constituição do Uganda prevê que o papel do governo é fornecer segurança e proteger as pessoas e propriedades. Isto não significa que os rebeldes não devam ser responsabilizados pelos crimes ou actos de violação dos direitos humanos, porque quaisquer que sejam as suas queixas, não deveriam ter como alvo civis. O governo carrega mais culpa porque é responsabilidade do governo proteger as pessoas no país. Mas o governo não conseguiu conceder protecção à população do norte do Uganda. O governo também tinha toda a responsabilidade de acabar com a guerra, mas falhou (Schauer & Elbert, 2010).

Neste caso, a escolha de estudar a condenação de ex-crianças soldado reforça a relevância da responsabilidade dos Estados pela proteção dos direitos das crianças. O rapto de crianças por força paramilitar com o intuito de recrutá-las para o conflito armado é uma prática existente no mundo. As crianças são retiradas abruptamente de suas famílias e levadas por esses grupos armados¹ para serem treinadas com requintes de crueldade, a manusear armas, saquear armazéns, matar civis, aterrorizar comunidades e forçadas a usar drogas (Fletcher, 2016).

Estas crianças são tolhidas do convívio familiar, afastadas das escolas e tem seu desenvolvimento moral comprometido e são denominadas por crianças-soldados. As meninas raptadas são submetidas à escravidão laboral e sexual com o intuito de procriar e assim aumentar a população miliciana. A comunidade internacional clama por medidas sanáveis de tal problemática com a prática das leis existentes. O Estatuto de Roma (ER)² do TPI, descreve tal problemática como crime de guerra e crime contra a humanidade (Brasil, 2002; Fletcher, 2016).

O estudo pretende investigar em que medida é possível estabelecer-se uma responsabilidade penal para as crianças-soldado, no que se refere às suas condutas praticadas quando integrantes do Lord's Resistance Army (LRA) traduzido em 'Exército de resistência do Senhor', fundado em 1987, tendo como líder Joseph Kony. O men-

1 Grupos militantes e/ou grupos armados não-estatais.

2 Em 1998, 60 países assinaram o Estatuto de Roma depois que foi aberto para assinatura pelas Nações Unidas. O Estatuto lançou as bases para o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional em 2002. Seu objetivo é investigar e processar criminosos de guerra.

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

cionado exército atuava em oposição ao governo do Uganda, e está ativo também na República Democrática do Congo (RDC) e no Sudão do Sul (DW, 2011).

A relevância da pesquisa se dá no sentido da reflexão a respeito da responsabilidade criminal internacional e sua imputação relativa à decisão do TPI de Haia sobre caso retro referido, em que o réu Dominic Ongwen foi levado a julgamento e condenado por condutas definidas como crime quando ainda menor de dezoito anos.

A definição do critério da responsabilidade criminal internacional tornou-se necessária quando da elaboração do ER, uma vez que “[...] não existe uma idade cientificamente comprovada que determine ter o indivíduo atingido a maturidade necessária para considerá-lo apto a praticar crime” (Japiassú, 2004, p. 182), além de fornecer subsídios para os que almejam a proteção integral da criança.

No presente estudo, empregou-se o método de estudo de caso, para que fosse possível promover a análise dos detalhes menos aparentes do fenômeno jurídico em foco, e assim, facilitar a compreensão dos acontecimentos em torno dele, a saber o processo que culminou com a sentença judicial exarada pelo TPI do caso o Procurador x Dominic Ongwen. Além disso, utilizou-se uma metodologia qualitativa, na medida em que a pesquisa se valeu de artigos científicos, monografias, dissertação de mestrado, tese de doutorado e outras fontes de consulta sobre a temática em apreço. Quanto à pesquisa bibliográfica, foram coletados dados de notícias de sítios eletrônicos, peças processuais, leis e alguns tratados internacionais.

Assim, o artigo tem como objetivo geral discutir o processamento de ex-crianças soldados pelo TPI por meio de um estudo do caso de Dominic Ongwen e ainda realizar uma crítica à sentença do TPI como seletiva ao constatar que o passado de violência sofrida pelo réu não foi devidamente considerado na análise da culpa pelos crimes a ele atribuídos perante a corte internacional. O estudo se propõe, em específico, analisar o caso de Dominic Ongwen, desde os nove anos de idade e após sua entrega às forças militares dos Estados Unidos. Portanto, questiona-se a responsabilidade criminal de ex crianças soldado perante o TPI de Haia, uma vez que tal Corte não teria jurisdição sobre pessoas que não tenham ainda completado 18 anos de idade, aduz-nos termos do art. 26 do Estatuto de Roma³.

3 “Artigo 26 Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos O Tribunal não terá jurisdição sobre menores de 18 anos de idade no momento da prática do crime”.

1. DOMINIC ONGWEN DE PRESA A PREDADOR NO CENÁRIO DANTESCO DA CRISE DO UGANDA

O menino Dominic Ongwen com apenas nove anos de idade foi raptado pelo grupo rebelde LRA a caminho da escola, situada na vila Coorom, no Norte do Uganda, em novembro de 1987. Ele permaneceu cativo na milícia armada até 27 de dezembro de 2014, quando desertou e conseguiu escapar para se entregar para a força de paz pelo exército americano (Schmitt, Kovács, & Pangalangan, 2021).

Jovem analfabeto, Ongwen, passou pelos violentos e desorientadores ritos de passagem e “educação” do LRA; ele deveria esquecer sua vida anterior e foi ensinado que estava predestinado a lutar pelos direitos de seu povo acholi. O nome falso que ele deu a seus captores, logo se transformou em seu *nom de guerre*. Outros abduzidos, seus ex-meninos e meninas combatentes, disseram que Ongwen era uma formidável criança guerreira, conduzindo ataques bem-sucedidos, capturando combatentes e armas. Ele subiu na hierarquia e mudou-se para o sul do Sudão em algum momento de 1993 ou 1994, onde Kony travou uma batalha por procuração contra o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), que era apoiado por Kampala. No Sudão, Ongwen foi encarregado das operações de campo, realizando incursões e organizando sequestros de crianças do norte do Uganda (Boyden, 2003).

No ano de 2014, Dominic Ongwen se rendeu às forças especiais dos Estados Unidos, pois, buscava como os demais desertores, ser anistiado pelos crimes cometidos e receber o perdão da comunidade onde fora raptado quando criança. Apesar das inúmeras tentativas do seu advogado Krispus Ayena Odongo, acabou sendo declarado culpado pelos procuradores Fatou Bensouda e James Stewart no TPI, em Haia.

O LRA era considerado uma milícia formada em oposição ao governo do Presidente Yoweri Museveni, que tinha como uma de suas práticas retirar crianças (em geral, meninos) de suas famílias para treiná-los como crianças-soldado, empunhando armamentos pesados que muitas vezes eram a equivalência das medidas corporais. Por mais de 20 anos, os combatentes do LRA, liderados por Joseph Kony, submeteram o norte do Uganda a um reinado de terror antes de se retirarem para a vizinha República Democrática do Congo (RDC) e Sudão do Sul. O LRA era particularmente notório pelo uso de crianças-soldados. O próprio Ongwen, como já dito, foi sequestrado pelos rebeldes quando criança a caminho da escola e foi forçado a lutar ao lado

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

deles. Seu caso é o primeiro no TPI a envolver um perpetrador e uma vítima dos mesmos crimes de guerra (Schauer & Elbert, 2010).

Ongwen passou aproximadamente oito anos no LRA sofrendo todos os tipos de violência, sendo abduzido, sofrendo verdadeira lavagem cerebral e forçado a ser uma criança soldado. Embora o ER permita que pessoas com quinze anos ou mais se alistem, ou seja, sejam convocadas para as forças armadas de um país, esse menino não se enquadrava em nenhuma dessas hipóteses, uma vez que foi forçado a permanecer no LRA na qualidade de criança-soldado. A última parte de sua infância passou treinando e lutando na fronteira internacional no sul do Sudão - atual Sudão do Sul (Schmitt, Kovács, & Pangalangan, 2021).

Os treinamentos recebidos eram atroz e iam desde ameaças de mortes, extermínio familiar, espancamentos, doutrinação para agir conforme as regras ditadas pelo líder Joseph Kony e chegando a barbárie de prática de canibalismo das próprias pessoas assassinadas pelas crianças-soldado. Em sua defesa, Dominic, disse ter recebido ordens para matar algumas pessoas, pendurar seus intestinos em uma árvore e comer feijão misturado ao sangue, acrescentando ter entrado em colapso por não conseguir esquecer aquela horrenda imagem. Perante o TPI, algumas testemunhas afirmaram que o conheceram no LRA como um jovem leal, disciplinado e obediente, que na época ainda não era capaz de caminhar longas distâncias e realizar algumas tarefas simples. Dominique foi promovido dentro do LRA para ser encorajado a permanecer no mato, a fim de não ser localizado pelas forças estatais (Schauer & Elbert, 2010).

Depois de todo esse processo de verdadeira lavagem cerebral, Dominic Ongwen passou de presa a predador⁴, pois por anos assumiu o comando do agrupamento, tornando-se comandante da brigada Sinia, cometendo os mais vis crimes considerados de guerra e contra a humanidade.

1.1 Doutrina da proteção integral às crianças nos documentos de Direitos Humanos

O art. 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos dispõe que o direito à vida é inerente à pessoa humana e ainda que não o fizesse, a vida é um bem precioso para cada ser humano. No caso específico das crianças, estas são protegidas por legislação especial e devem ter ao seu dispor a educação, saúde e lazer, pois, estão em pleno desenvolvimento intelectual e físico. O direito à vida, como um dos direitos naturais do ser humano deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida (UNICEF, s/d).

⁴ Estima-se que ele foi parar no LRA com uma idade de nove a 14 anos.

A família e o lar são comumente lugares de proteção, respeito e amor para a criança; onde inicia toda a sua preparação para a convivência salutar em sociedade, assim como preconiza a Carta das Nações Unidas. O art. 3 da Convenção discorre sobre direitos da criança dispõe que:

“[...] devem garantir que as instituições, as instalações e os serviços destinados aos cuidados ou à proteção da criança estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde da criança, ao número e à adequação das equipes e à existência de supervisão adequada” (UNICEF, 1990, s/p).

Além disso, o art. 9, vem complementando a doutrina da proteção integral, pois, apregoa que os Estados Partes devem garantir que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos (UNICEF, 1990).

No que diz respeito aos aspectos relacionados ao envolvimento com a relação jurisdicional, o art. 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos dispõe que todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as Cortes de Justiça. Assim como toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com devidas garantias por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, na apuração de qualquer acusação de caráter penal formulada contra ela (UNICEF, s/d).

Importante demarcar que os diversos instrumentos normativos internacionais aqui apresentados tiveram o propósito de elucidar ao leitor de modo didático a trajetória do julgamento de Dominic Ongwen, apontando os caminhos percorridos desde o seu rapto quando criança, sua permanência junto às milícias revolucionárias sangrentas do Uganda e todo o trabalho de lavagem cerebral que o transformaram numa criança-soldado ao arrepio da doutrina da proteção integral da criança, consagrada nos textos da legislação e dos tratados internacionais. E o mais relevante: como Dominic Ongwen, a despeito de toda a doutrinação sanguinária, consegue resgatar aquele menino original (de apenas 8 anos) dentro de si e desertar, clamando por salvação e liberdade (Schauer & Elbert, 2010).

Importa afirmar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, atores sociais tão privilegiados quanto o são os adultos, mas numa condição que exige tutela especial, por isso que sonegar a crianças e adolescentes sua condição de sujeito de direitos é o mesmo que questionar sua condição intrínseca como seres humanos, do mesmo modo como no que diz respeito à isonomia e dignidade que lhes é inerente (Boyden, 2003).

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

Razão pela qual, a resistência, a omissão, o descaso ou o não reconhecimento se materializa pelo silenciar criminoso de crianças e adolescentes, num processo de exclusão da sua participação dos próprios processos de compreensão, interpretação e implementação dos direitos humanos a eles relativos, gestando distorções das mais graves possíveis (Schauer & Elbert, 2010).

De todo modo, é importante demarcar-se que esse exercício da participação é, antes de tudo, um processo educativo, tanto para as crianças e adolescentes como também para todos adultos. O que não se pode admitir é que uma criança ou adolescente seja vilipendiado em sua formação, sistematicamente desrespeitado enquanto ser humano, totalmente despojado de suas bases éticas, culturais e humanitárias para mais tarde ser cobrado exatamente por conta disso.

2. A RESPONSABILIDADE PENAL NO TRATADO DE ROMA - INIMPUTABILIDADE PENAL PARA O TPI

O direito penal não é simplesmente um conjunto de normas estáticas ordenadas esteticamente, mas faz parte de um sistema complexo e dinâmico que cumpre funções concretas nas relações sociais pelo Estado e, “por outro lado, constitui uma das partes fundamentais de um poder estatal que desde a Revolução Francesa se considerou necessário definir o mais claramente possível como garantia para o cidadão” (Zilli, 2013, p. 158).

Destaque-se que a característica fundamental do poder punitivo do Estado é que ele emana de uma Constituição, própria do Estado Democrático de Direito, concedendo e limitando sua extensão, submetendo-o aos princípios que são inspiradores no serviço da liberdade, igualdade, justiça e pluralismo político (Carvalho, 2008).

Uma reflexão em torno de conceitos como responsabilidade penal e inimputabilidade em termos penais são de fundamental importância para que se possa ter uma exata dimensão do que está em causa no presente ensaio, mormente em relação aos atributos relacionados à maturidade cronológica daqueles que praticam fatos penalmente tipificados. Por suposto, esse refletir há de se iniciar na seara do direito interno, mas tendo por pressuposto factual os acontecimentos submetidos ao crivo de um tribunal internacional (Boyden, 2003).

Os crimes de competência do TPI, são crimes de genocídio, contra a humanidade, guerra e agressão elencados no artigo 5 (1) (a) (b) (c) (d) ER (Brasil, 2002).

O art. 7 ER aduz que o crime contra a humanidade se dá quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque. Já, o art. 8 ER dispõe que o crime de guerra se dá quando praticado em conflitos armados de índole internacional ou não, em particular quando cometido como parte de um plano ou política para cometê-lo em grande escala, abrangendo violações graves das Convenções de Genebra de 1949 e demais leis e costumes aplicáveis aos conflitos armados. Vale ressaltar que a referência feita pelas autoras em relação aos crimes contra a humanidade⁵ e o de guerra se devem por terem relativas às condenações imputadas⁶ a Dominic Ongwen (Baines, 2009).

3. O JULGAMENTO DE DOMINIC ONGWEN PERANTE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL - DE PRESA A PREDADOR

O julgamento de Dominic durou cinco longos anos, iniciou-se em 2015 e só terminou em maio de 2021. Foi a primeira vez que uma pessoa compareceu perante o Tribunal Penal Internacional como vítima e alegado perpetrador de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Em 4 de fevereiro de 2021, a Câmara de Julgamento IX proferiu sua sentença condenando Dominic Ongwen por um total de 61 crimes, incluindo crimes contra humanidade e crimes de guerra e em 14 e 15 de abril de 2021, a referida Câmara realizou audiência sobre a sentença na presença do Ministério Público, Dominic Ongwen e seus defensores e ambas as equipes dos representantes legais das vítimas. O Ministério Público propôs sentença para cada um dos crimes pelo qual Dominic Ongwen foi condenado e a pena não inferior a 20 anos de prisão. A promotoria não propõe uma sentença conjunta, porém, recomendou ao mesmo tempo pena inferior a 30 anos de reclusão (Schmitt, Kovács & Pangalangan, 2021).

A primeira sentença do Tribunal, relativa à situação no Uganda, foi proferida con-

5 Significa assassinato, extermínio, escravização, deportação, prisão, tortura, violência sexual, perseguição ou qualquer outro ato ou omissão desumano que seja cometido contra qualquer população civil ou qualquer grupo identificável e que, no momento e no local de sua prática, constitui um crime contra a humanidade de acordo com o direito internacional consuetudinário ou o direito internacional convencional ou em virtude de ser criminoso de acordo com os princípios gerais de direito reconhecidos pela comunidade das nações, quer constitua ou não uma violação da lei em vigor no momento na hora e no local da sua comissão.

6 A inimizabilidade dos governantes é claramente derrubada com a instituição do Tribunal de Nuremberg, que será estudado com mais detalhes em momento oportuno deste trabalho. “A partir dele não apenas os Estados, mas também os indivíduos poderiam ser sujeitos de direitos e deveres perante o Direito Internacional, possibilitando a responsabilização penal inclusive de funcionários do Estado, independentemente do cargo por eles ocupados” (Cardoso, 2012, p. 40).

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

tra Dominic Ongwen, com o veredicto e a sentença de 25 anos em recurso, estando também em “curso processos relativos a alegados crimes em Timbuktu, Mali e o conflito entre as milícias Anti-Balaka e Séléka na República Centro-Africana” (Zilli, 2013, p. 58).

Segundo a defesa de Ongwen, ele se propõe a apresentar uma compreensão histórica e política mais ampla de seu papel no trauma em Uganda do que a sugerida pelo promotor ao apontar para seu passado conturbado. Ao mesmo tempo, ele não nega que coisas terríveis tenham acontecido, mas se esforça para colocá-las no que considera um contexto histórico, social e político ‘correto’. A questão de processar sujeitos que experimentaram crianças-soldado apresenta um difícil dilema moral. Embora temidas por muitos por sua brutalidade, a maioria, se não todas, essas crianças foram submetidas a um processo de abuso e coação psicológica e física que as transformou de vítimas em perpetradores (Vilares & Russo, 2013).

Isso por si só justifica a relevância da Psicologia Jurídica como disciplina auxiliar no deslinde dos conflitos humanos que chegam aos tribunais dos mais diversos, tanto no nível nacional quanto internacional no que diz respeito aos conteúdos que envolvem noções de moral e ética; fundamentos da Psicologia da personalidade; Psicologia do Desenvolvimento humano; conceito de violência a partir de uma perspectiva da Psicologia Social; práticas psicológicas e sua atuação no sistema jurídico (Schauer & Elbert, 2010).

Razão pela qual, a questão do criminoso não deve somente ser vista pela tipologia de personalidade e sim a partir de questões históricas e sociais que envolvem a realidade desta pessoa. Também não cabe apenas fazer diagnósticos psicopatológicos sem fazer uma leitura psicossocial ampla em que este sujeito está envolvido.

Por outro vértice, a Corte necessita permanecer comprometida com uma posição independente, objetiva e não politizada, resistindo resolutamente às práticas abomináveis de manipulação política dos processos judiciais. Razão pela qual, há que se demarcar que, a despeito das profundas e procedentes críticas relativas ao modo como os juízes lidaram com a questão da dualidade vítima-perpetrador, o Caso Ongwen traz em si um considerável avanço para a justiça internacional penal. Isso porque, ressalte-se, pela primeira vez, um réu foi condenado perante o TPI pelos crimes de casamento e gravidez forçados (Schauer & Elbert, 2010).

3.1 Depoimento de defesa de Dominic Ongwen

Do pedido de absolvição ao de condenação, de ser vítima do sistema à pretensa escolha a continuar cometendo atrocidades; do desejo de se livrar do LRA à volta para casa; da manifestação de melhora de vida estando sob custódia do TPI ao pedido de prisão perpétua, foram momentos que permearam o julgamento da ex criança-soldado Dominic Ongwen (Baines, 2009).

A defesa sustentou que a Câmara deveria considerar como fator atenuante o tempo em que Dominic Ongwen passou cativo no LRA, pois seu sequestro se deu durante a tenra idade de desenvolvimento, passando a viver em um ambiente desfavorável, longe da escola, familiares e sob o controle de Joseph Kony um criminoso de guerra (Schmitt, Kovács & Pangalangan, 2021).

P'Atwoga Okello e Evelyn Amony foram testemunhas de defesa de Dominic, e o descreveram como uma criatura alegre, educada e ativa. Dominic teria sido, inicialmente, vítima da falta de zelo do governo do Uganda, que não o protegeu do rapto quando tinha a idade de nove anos e deixando de resgatá-lo para devolver a sua casa?

P'Atwoga Okello que era professor em escola primária de Dominic Ongwen, testemunhou que ele era um estudante muito ativo e gostava de artes. Evelyn Amony testemunhou como alguém que gostava de pessoas, em particular crianças, e lembrou que sempre que a encontrava, ele a cumprimentava de uma maneira alegre. Por outro lado, a maioria das vítimas de Dominic Ongwen, sob a justificativa dos danos irreversíveis que foram resultado dos crimes sobre eles, suas famílias e comunidades, expressaram que ele deveria ser condenado à prisão perpétua. Outras desejaram a condenação de 30, 40 ou 50 anos de prisão e algumas vítimas queriam que fosse condenado à morte (Schmitt, Kovács & Pangalangan, 2021).

Dominic Ongwen, em seu depoimento, relatou sobre seu rapto a caminho da escola quando tinha nove anos de idade, bem como fora seu treinamento no LRA. Afirmou ter sido forçado a matar pessoas, participar de rituais que o fez entrar em colapso não esquecendo de tais imagens. E continuando, afirmou, que o tratamento no centro de detenção era melhor do que no mato. A promotoria reiterou que não havia provas que o réu havia cometido crimes por sofrer ameaça ou pressão do LRA e que estaria rejeitada a coação como uma circunstância atenuante. Outrossim restou claro que o Sr. Ongwen cometeu crimes de guerra e crimes contra a humanidade. De igual modo não pode ignorar a ausência de empatia ou remorso pelas inúmeras vítimas de seus crimes (Baines, 2009; Schmitt, Kovács & Pangalangan, 2021).

Vale ressaltar que a decisão exarada, baseou-se nos fatos estabelecidos na sentença de primeira instância referendando que o réu deveria cumprir pena máxima pelos crimes cometidos, porém, levou-se em conta seu rapto, sua designação como criança soldado

servindo ao LRA e todo o sofrimento imposto pela milícia armada (Baines, 2009).

3.2 Dominic Ongwen: de criança física e mentalmente vítima do LRA a presa do TPI

O ER concedeu ao TPI a jurisdição para julgamento de indivíduos por genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e agressão e visa complementar, não substituir, os sistemas penais nacionais, e processa casos apenas quando os Estados não estão dispostos ou incapazes de fazê-lo. Insta discorrer que o TPI não processa menores de 18 anos quando um crime foi cometido, devendo considerar questões como prova suficiente, jurisdição, gravidade, complementaridade e interesses da justiça além de recolher e divulgar provas incriminatórias e exoneratórias e, não menos importante, o réu é considerado inocente até prova em contrário (ICC, s/d).

Dito isso, o que se questiona é como um tribunal que atua julgando indivíduos que tenham cometido um dos quatro crimes elencados anteriormente, manifesta dar segurança jurídica no âmbito internacional e proteção global dos direitos humanos e, desafortunadamente, exara decisões parciais que evidenciam a seletividade do direito penal sobre as pessoas, sendo elas inequivocamente autor e vítima, de fatos praticados (Baines, 2009).

Os doutos julgadores do Tribunal Penal Internacional atendendo ao clamor das vítimas, da comunidade internacional, dos defensores das vítimas, proferiram sentença a uma ex criança-soldado, desconsiderando, em parte, a gravidade de ter sido raptado quando criança, bem como as provas exoneratórias e, não menos importante, quando o réu deveria ter sido considerado inocente, até que se provasse em contrário. Ao procederem assim, voltaram as costas para a condição não menos relevante de vítima daquele que fora brutalmente retirado do convívio de seus familiares e transformado num ser destituído de sentimentos (Baines, 2009).

Nesse julgamento os juízes não procederam como no Caso Lubanga Dyilo, condenado por recrutar e alistar crianças e usá-las para participar ativamente no conflito em Uganda, caso que, inclusive, fora utilizado, sem sucesso, pela defesa de Ongwen. Nessa decisão, proferida pela Câmara de Julgamento I, em 2012, os juízes levaram em conta a submissão escrita de uma *expert* que destacou que o trauma “relacionado à guerra por ex-combatentes e crianças soldados em países diretamente afetados pela guerra e pela violência é complexa e frequentemente leva a formas graves de distúrbios psicológicos múltiplos” deixando esses indivíduos com “poucas habilidades para

lidar com a vida sem violência” (Trial Chamber I, 2012).

3.3 Análise da seletividade e imparcialidade do TPI

A seletividade da acusação tem sido descrita como o maior problema da justiça criminal internacional. A seletividade da acusação é um dos dilemas mais intratáveis da justiça criminal internacional. Não é de surpreender, portanto, que a seleção de casos do Tribunal Penal Internacional (TPI) tenha sido objeto de debate crítico há muito tempo. No entanto, tem havido pouca atenção acadêmica para o procedimento de seleção do ponto de vista de seu efeito e percepção pelas comunidades afetadas (Aptel, 2012).

No entanto, a abordagem da justiça processual imperfeita mantém a humildade sobre os procedimentos e aceita que nunca se pode ter certeza absoluta de que *qualquer* procedimento levará ao resultado mais justo em um determinado momento (Baines, 2009). Da consistência decorre o princípio da imparcialidade: tratar igualmente as partes ou os rivais em um conflito. Na maioria dos casos, imparcialidade refere-se ao ‘estado de espírito’ ou virtude de um tomador de decisão que está supervisionando um procedimento (por exemplo, uma audiência) entre, normalmente, duas partes.

A imparcialidade é um princípio fundamental da justiça porque reflete a equidade e inspira a confiança do público em que a justiça seja feita. O termo é distinguível de neutralidade, que descreve a ausência de *qualquer* posição de apoio a uma das partes. Portanto, ser imparcial não implica necessariamente em neutralidade, pois o primeiro permite a tomada de posição desde que as partes recebam tratamento igualitário. Além disso, o conceito de imparcialidade compartilha uma relação crucial com o cognato de independência. Pode-se agir de forma independente, mas não necessariamente de forma imparcial. No entanto, uma falta geral de independência, invariavelmente, fornecerá motivos para questionar a imparcialidade de alguém (Baines, 2009).

A antítese da imparcialidade é o conceito de preconceito: ser injustamente preconceituoso contra determinados indivíduos ou grupos, ou concentrar indevidamente um interesse em um alvo exclusivo ou gama de assuntos. Frequentemente, portanto, a imparcialidade encontra maior expressão em um dos princípios da justiça natural: a regra contra o preconceito. Um procedimento imparcial é aquele que demonstra ausência de parcialidade em relação a qualquer das partes relevantes. Sob essa luz, esta seção explica por que as comunidades afetadas podem ser mais propensas a ver o tra-

tamento dado às partes pelo procedimento como tendencioso em vez de imparcial.

3.4 Debate sobre a culpabilidade de crimes cometidos em conflitos domésticos e internacionais por ex-crianças soldado

Notou-se que as circunstâncias de Dominic Ongwen espelhavam as de muitos membros do LRA. Sequestrado aos dez anos de idade enquanto ia para a escola, Ongwen foi recrutado à força para o LRA. Jovem e impressionável, tornou-se “eficiente” e “destemidamente leal” aos seus superiores, eventualmente ascendendo ao posto de comandante. Aqueles que o conheceram contaram histórias mistas sobre sua condição de vítima e perpetrador durante sua tempo no LRA. Alguns se lembraram de Ongwen libertando pessoas do cativeiro “em risco considerável para si mesmo.” Outros, no entanto, lembraram-se de Ongwen matando mulheres grávidas e ferver pessoas em panelas (Baines, 2009, p. 172-173).

As ações aparentemente contraditórias de Ongwen revelam um personagem complexo, cujas motivações eram um “produto do contexto em que vivia” (Baines, 2008, p. 10). No entanto, ao contrário muitos outros membros do LRA, Ongwen era obediente e habilidoso o suficiente para ser promovido ao “círculo interno” do LRA (Baines, 2009, p. 164).

A posição única de Ongwen tornou-se evidente para o TPI, que iniciou a sua investigação da “situação relativa ao LRA” em 2004, após um encaminhamento do Presidente Museveni. Em 2005, após a conclusão da sua investigação, o TPI emitiu mandados de prisão para aqueles que determinou serem os cinco principais comandantes do LRA: Joseph Kony, Vincent Otti, Raska Lukwiya, Okot Odhiambo e Dominic Ongwen (Happold, 2007, p. 159-161).

A intervenção do TPI gerou muita controvérsia no Norte do Uganda. Muitos temiam que os mandados de prisão desencorajassem os membros do LRA de se renderem ao abrigo da Lei da Amnistia do Uganda, prolongando o conflito. Outros acusaram o presidente Museveni de manipular o TPI referindo-se apenas “à situação relativa ao LRA”, protegendo suas próprias forças da investigação das atrocidades que cometeram no outro lado do conflito (Happold, 2007, p. 161).

A existência de uma dicotomia falsa vítima/agressor polariza aqueles com status ambíguo de vítima/perpetrador (McEvoy & McConnachie, 2012, p. 532; Mazinani, 2014, p. 289); no Norte do Uganda, esta dicotomia manifesta-se na polarização dos antigos membros do LRA. A comunidade local e internacional coloca antigos membros do LRA em situações de “abduzido indefeso” ou “criminoso malvado”; ambas

as caracterizações falham em reconhecer o contexto complexo e as motivações dos antigos membros do LRA.

Várias partes no conflito constroem a complexa vitimização e perpetração de antigos membros do LRA com base no seu próprio interesse (Govier & Verwoerd, 2004, p. 372). Existe muita literatura sobre a construção social de “vítimas” e “perpetradores”, mas esta literatura aborda apenas brevemente as motivações por trás de tais construções sociais. Ao revelar os incentivos para a construção social de “vítimas” e “perpetradores”, este item tenta combater construções simplistas em favor de compreensão sutil.

Mohamed (2015) credita a construção social de “vítimas” e “perpetradores” como “dano colateral da responsabilização” (p. 1214). Na corrida para conseguir a responsabilização crimes, os mecanismos de justiça nem sempre reconhecem os antecedentes complexos dos atores em conflito, em vez disso, construí-los como inteiramente perpetradores ou inteiramente vítimas (Baines, 2009, p. 183; Fletcher, 2016, p. 302). Esta polarização legitima vários mecanismos de justiça, exigindo punição para perpetradores construídos e justiça para vítimas construídas (Fletcher, 2016, p. 302).

Ruanda, vizinho do Uganda, é um exemplo da polarização de vítimas e perpetradores para servir os interesses dos mecanismos de justiça. Na sequência do Genocídio de Ruanda, tribunais gacaca locais foram criados pelo governo de Ruanda para julgar perpetradores. Apesar da aparência do gacaca como uma avaliação justa e imparcial de crimes, segundo Begley, “o legado duradouro do gacaca é o coletivo criminalização de todos os Hutu”, devido em parte ao seu “mandato restrito de apenas tentar genocídio crimes.” Este mandato ignorou crimes cometidos pelos Frente Patriótica contra Hutus, concentrando-se apenas nos crimes dos genocidas Hutu (Begley, 2016, p. 4-5).

Embora os Hutus tenham perpetrado a maioria dos crimes no Ruanda, a polarização do seu estatuto foi ignorada. Alguns estudiosos acreditam que o TPI constrói de forma semelhante “vítimas” e “perpetradores” em seu próprio benefício. Em sua teoria da “vítima imaginada”, Fletcher (2016) explica que os mecanismos de justiça criminal internacional constroem as vítimas como puros sofrendores merecedor de justiça, necessitando conseqüentemente de punição para os perpetradores (p. 302). Em face às recentes retiradas dos Estados africanos, o TPI enfrenta uma crise de credibilidade e deve tomar medidas para melhorar o seu estatuto aos olhos do público (Black, 2016).

Os conflitos modernos muitas vezes confundem a linha entre vítima e perpetra-

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

dor (Jacoby, 2015, p. 511). Caracterizado pelo uso de atrocidades em massa, armas semiautomáticas e “forças irregulares”, estas “novas guerras” muitas vezes têm como alvo os civis tanto como inimigos como como grupos de recrutamento para crianças-soldados (Schauer & Elbert, 2010, p. 312-313). A partir de 2015, aproximadamente 250.000 crianças estavam “envolvidas” com grupos armados em todo o mundo (Derluyn, Vandenhole, Parmentier & Mels, 2015, p. 1). Como as crianças relutantes são forçadas a combate, “as categorias ‘civil’ e ‘combatente’ fundem-se” (Boyden, 2003, p. 344). Os soldados, que geralmente seriam considerados “perpetradores”, são impedidos de fazer escolhas morais devido ao seu recrutamento forçado; eles são “agentes morais coagidos” (Vaha, 2008, p. 6).

O argumento básico para a vitimização das crianças-soldados decorre da visão da sociedade falha em protegê-los do recrutamento. Ao contrário dos adultos, que possuem direitos e responsabilidades na sociedade, as crianças têm direito e proteção por parte da sociedade, mas não assumir a responsabilidade que acompanha esses direitos (Vaha, 2008, p. 13). Por isso, se não for concedido às crianças o direito fundamental de proteção por parte da sociedade, muitos argumentam eles não são responsáveis pelos crimes que cometem quando se tornam crianças-soldados.

Os argumentos a favor da vitimização das crianças-soldados estendem-se ao domínio psicológico, também. Estudos sobre o desenvolvimento infantil oferecem visões contraditórias sobre o desenvolvimento de moral e um senso de certo e errado, mas a maioria das descobertas sugere uma falta comparativa de raciocínio moral em crianças em comparação com adultos. O psicólogo infantil Piaget argumenta que as crianças permanecem irracionais durante grande parte da infância, sugerindo o atraso da seu desenvolvimento moral (Boyden, 2003, p. 350). Outras disciplinas, como a Antropologia Cultural, argumentam que o desenvolvimento moral de uma criança depende da presença de uma “comunidade moral”; sem tal comunidade (como na guerra), a bússola moral de uma criança não se desenvolve totalmente (Boyden, 2003, p. 352).

Quando uma criança está cercada pela guerra, pode ocorrer desorientação no desenvolvimento, interromper o desenvolvimento moral e obscurecer a empatia e as crenças e comportamentos pessoais (Boyden, 2003, p. 352). Devido ao estresse constante de um ambiente de guerra. O cérebro das crianças-soldados tendem a desenvolver-se ao longo de caminhos que respondem ao stress. Condicionadas para sobreviver em condições intensas, as crianças-soldados apresentam frequentemente transições rápidas à raiva, agressão ou fuga em resposta a qualquer tipo de ameaça

(Schauer & Elbert, 2010, p. 332).

Deixando de lado o trauma psicológico, as crianças-soldados enfrentam ameaças tangíveis que influenciam, fazê-los agir de maneiras que de outra forma não fariam (Schauer & Elbert, 2010, p. 319). De acordo com Baines (2009), “as crianças podem ‘brincar de estúpidas’ para evitar serem forçadas a matar, ou ‘jogar de forma inteligente’ – inclui demonstrar vontade de matar – a fim de garantir uma vida melhor, como o acesso a melhor alimentação ou segurança” (p. 179). McEvoy e McConnachie (2012) propõem a ideia de uma vítima “que não está mais acorrentada a características de completa inocência e pureza, mas continua sendo uma vítima” (p. 534-535). Aparentemente, as ações incompreensíveis das crianças-soldados decorrem muitas vezes da necessidade de sobrevivência; muitos vêem-nos assim como vítimas das circunstâncias.

Vaha (2008) argumenta que, a noção de crianças-soldados como vítimas depende da ideia de que as crianças são “os membros mais fracos da sociedade e, portanto, têm direito para proteção especial” (p. 13). Mesmo que eles não sejam legalmente responsáveis antes dos 18 anos, ela argumenta que as crianças são moralmente responsáveis (Vaha, 2008, p. 18). Brocklehurst concorda, articulando que focar as crianças-soldados como únicas vítimas, retira-lhes a sua agência como seres morais e políticos (Vaha, 2008, p. 18). Às vezes, crianças soldados escolher deliberadamente “suprimir sua moralidade para sobreviver ou ganhar uma sensação de poder e controle sobre suas vidas” (Baines, 2009, p. 178). Algumas ex-crianças-soldados recordam entrar em “piloto automático” ou “fora de seus corpos”, quando forçados a matarem; outros lembram cometendo atrocidades solicitadas pelos seus comandantes (Baines, 2008, p. 15). Mesmo assim, segundo Brocklehurst e Vaha, essas crianças-soldados continuam sendo seres moralmente conscientes e com pleno direito entendendo que suas ações estão erradas.

Portanto, o exame profundo da “vontade” com que os membros do LRA perpetraram atrocidades, revela uma cultura de medo e ameaça no LRA. Falha em reconhecer os aspectos duplos de vitimização e a condição de perpetrador é uma falha em avaliar a complexidade do conflito no Norte Uganda. No entanto, as construções de vitimização e de perpetração são úteis. Elas simplificam o incompreensível; elas nos distanciam da realidade de que nós também poderíamos ter enfrentaram situações semelhantes às dos antigos membros do LRA e tomarmos as mesmas decisões. Os membros do LRA construíram-se, principalmente, como vítimas quando confrontados com o risco de punição, mas em ambientes livres de risco reconheceram sua

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

complexa vitimização e condição de perpetrador. Os membros da comunidade local também reconheceram esta complexidade, mas pelo menos os tempos foram influenciados pelo interesse próprio. O TPI construiu antigos membros do LRA como perpetradores legitimarem seu método de justiça retributiva no caso mais preocupante de construção social autointeressada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A duração do conflito armado iniciado em Uganda e a inércia do poder estatal, configurou claro a incapacidade da execução da justiça local, em pôr fim ao julgamento do ugandês Dominic Ongwen, que o levaram ao banco dos réus perante o TPI situado em Haia.

Sua trajetória de vida foi marcada por momentos de rapto, treinamentos forçados, degradação humana, coação, ameaças de morte, extermínio familiar, espancamentos e prática de canibalismo das próprias pessoas assassinadas por suas mãos ou ordens. A criança soldado nasceu predador ou se tornou um predador?

Apesar de apresentar um discurso de julgamento independente a corte do TPI julgou, de forma seletiva, o caso de Dominic Ongwen distanciando assim a desigualdade entre indivíduos. É notória a aplicabilidade do direito penal punitivo no caso em comento, revelando a falta de sensibilidade de indivíduos que um dia sofreram todos os crimes que em sua fase adulta cometeram por não terem tido um norte do certo e o errado, do lícito e ilícito, do probo e o ímprobo.

A legislação penal internacional foi analisada e aplicada na perpetração de crimes praticados por Dominic, fazendo uma pequena pausa nas atenuantes, porém, não se deteve com afincos no interesse superior da criança bem como na efetividade dos direitos humanos tolhidos quando sequestrado e cooptado para ser uma criança soldado.

O artigo teve o interesse em estimular mais reflexões e pesquisas sobre a capacidade do Tribunal de cumprir uma função expressiva, ou seja, de transmitir uma mensagem que possa ajudar a educar e melhorar as percepções da justiça criminal internacional nas sociedades e entre suas comunidades.

As percepções do Tribunal serão sempre contestadas, fluidas e sujeitas à influência de diversas circunstâncias. No entanto, o procedimento pelo qual as situações e casos são selecionados é um componente crítico da legitimidade percebida do Tri-

bunal. Alinhar este procedimento de seleção para uma maior justiça processual pode dar uma contribuição modesta, mas significativa, para a legitimidade da Corte. Tal alinhamento pode não ser suficiente, mas pode ser necessário.

E, por derradeiro, questiona-se se as mazelas que assolam os países africanos servem apenas como campo de experimento no julgamento de ex crianças-soldado pelo TPI ou se a comunidade internacional está preocupada com a erradicação da problemática que ocorre por disputa de poder por quem deveria proteger?

O objetivo mais crítico e urgente dos futuros pesquisadores deve ser cunhar um termo para descrever aqueles com status ambíguo de vítima/agressor. Sem um termo para descrever estes actores, o seu estatuto complexo é deslegitimado e polarizado. Com a cunhagem deste termo, os futuros pesquisadores devem desencorajar o uso das construções polarizadas de vítima e perpetrador na academia, defendendo, em vez disso, uma abordagem mais matizada e precisa descrição do conflito. Pesquisas futuras devem investigar profundamente os fatores contextuais que permitiram o Conflito no Norte do Uganda e outros conflitos igualmente complexos.

REFERÊNCIAS

- Aptel, C. (2012). *Discrição do Ministério Público no TPI e Vítimas' Direito de Reparar: Estreitando a lacuna de impunidade*. JICJ, 1357.
- Baines, E. (2009). Complex political perpetrators: Reflections on Dominic Ongwen. *The Journal of Modern African Studies*, 47(2), 163-191.
- Boyden, J. (2003). The moral development of child soldiers: What do adults have to fear? *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 9(4): 343-362.
- Brasil. (2002). *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm
- Black, C. (2016, November 6). The ICC and Afghanistan: The “war crimes game” continues. *The Center for Research on Globalization*. <https://www.globalresearch.ca/the-icc-and-afghanistan-the-war-crimes-game-continues/5555444>
- Carvalho, A. B., & Carvalho, S. (2008). *Aplicação da Pena e Garantismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

- Cardoso, E. (2012). *Tribunal Penal Internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil*. Brasília: FUNAG, p. 40.
- Derluyn, I., Vandenhoe, W., Parmentier, S., & Mels, C. (2015). Victims and/or perpetrators? Towards an interdisciplinary dialogue on child soldiers. *BMC International Health and Human Rights*, 15:(28). <https://doi.org/10.1186/s12914-015-0068-5>
- DW. (2011). *Terrorismo em África - 3 - Lord's Resistance Army - LRA*. <https://www.dw.com/pt-002/terrorismo-em-%C3%A1frica-parte-3-lords-resistance-army-lra-no-sud%C3%A3o-do-sul/a-6627448>
- DW. (2015). *Onde está o líder rebelde Joseph Kony?*. <https://www.dw.com/pt-002/onde-est%C3%A1-o-l%C3%ADder-rebelde-joseph-kony/a-18931963>
- Fletcher, L. (2016). Refracted justice: The imagined victim and the International Criminal Court. In De Vos, C., Kendall, S., & Stahn, C. (Eds.), *Contested Justice: The Politics and Practice of the International Criminal Court Interventions*, (302-325). Cambridge University Press.
- Japiassú, C. E. A. (2004). *O Tribunal Penal Internacional: A Internacionalização do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 182.
- Gemaque, S. C. A. (2013). O Tribunal de Nuremberg e o Tribunal de Tóquio. In: Fernandes, A. S., & Zilli, M. A. C. (Coord.). *Direito Processual Penal Internacional*. São Paulo: Atlas, p. 89-90
- Govier, T., & Verwoerd, W. (2004). How not to polarize “victims” and “perpetrators.” *Peace Review*, 16(3), 371-377. <https://doi.org/10.1080/1040265042000278621>
- Greco, R., & Palitot Braga, R. (2021). From criminal principiology to the right to intimacy as a constitutional guarantee. *Direito E Desenvolvimento*, 12(1): 252-265. <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1433>
- ICC. International Criminal Court. Como funciona o Tribunal. (s/d). <https://www.icc-cpi.int/about/how-the-court-works>
- Happold, M. (2007). The International Criminal Court and the Lord's Resistance Army. *Melbourne Journal of International Law*, 8:159-184.

- Hogemann, E. R., & Almeida, V. T. S. (2022). Poder e voz: a importância da participação de crianças e adolescentes em políticas públicas. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, 7(2): 60. <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/8241>
- Jacoby, T. A. (2015). A theory of victimhood: Politics, conflict and the construction of victim-based identity. *Millennium: Journal of International Studies*, 43(2), 511-530. doi: 10.1177/0305829814550258
- Kanter, M. M. (2022). *Politica externa e integração na Africa oriental: um estudo sobre Uganda, Tanzânia e Quênia*. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132967/000982926.pdf?sequence=1>
- Minahim, A. A., & Spínola, L. M. C. (2018). Julgamento de uma ex-criança-soldado pelo tribunal penal internacional: o caso dominic ongwen. *Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Direito*, 28(2): <https://periodicos.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/27044>
- Mohamed, S. (2015). Of monsters and men: Perpetrator trauma and mass atrocity. *Columbia Law Review*, 115, 1157-1216. <https://scholarship.law.berkeley.edu/>
- McEvoy, K., & McConnachie, K. (2012). Victimology in transitional justice: Victimhood, innocence and hierarchy. *European Journal of Criminology*, 9(5), 527-538. <https://doi.org/10.1177/1477370812454204>
- Schauer, E., & Elbert, T. (2010). *The psychological impact of child soldiering*. E. Martz (ed). *Trauma Rehabilitation After War and Conflict*, 311-360. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5722-1_14
- Schmitt, J. B., Kovács, J. P., & Pangalangan, J. R. C. (2021). *Situation in uganda in the case of the prosecutor v. dominic ongwen*. Public Redacted Version of Corrected Version of 'Defence Brief on Sentencing'. https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/CourtRecords/CR2021_03276.PDF
- Trial Chamber I. (2012). *Decision on Sentence pursuant to Article 76 of the Statute* [Situation in the Democratic Republic of the Congo in the Case of the Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo. <https://www.icc-cpi.int/court-record/icc-01/04-01/06-2901>

Caso Dominic Ongwen no Tribunal Penal Internacional ou Quando o Réu, em Verdade, é Também Vítima

UNICEF. (s/d). *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*: um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais. <https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-sobre-direitos-civis-e-politicos>

UNICEF. (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*: instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos,Foi%20ratificado%20por%20196%20pa%C3%ADses>

Vaha, M. (2008). *Victims or Perpetrators?* Child soldiers and the vacuum of responsibility. Paper presented at: The 2nd Global International Studies Conference, University of Ljubljana.

Vilares, F. R., & Russo, L. (2013). O Tribunal Penal Internacional da Iugoslá-via. In: Fernandes, A. S., & Zilli, M. A. C. (Coord.). *Direito Processual Penal Internacional*. São Paulo: Atlas, p. 139-140

Zilli, M. A. C. (2013). O Tribunal Penal Internacional: Jurisdição Permanente para os Crimes Internacionais. In: Fernandes, A. S., & Zilli, M. A. C. (Coord.). *Direito Processual Penal Internacional*. São Paulo: Atlas, p. 158.

FICHA TÉCNICA

Diretor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Belo Horizonte MG

Editor e Proprietário:

Instituto Superior Miguel Torga

NIPC 900201835

Sede de Redação:

Largo da Cruz de Celas n.º 1

3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:

Paulo Pratas

ISSN: 2184-3929

CAPA: Imagem de fundo, a partir do quadro de Paul Klee, *Der Paukenspieler* (O Tocador de Tambor), 1940.